

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

ESTADO DO PARANÁ

*Plano Municipal de
Segurança Alimentar
e Nutricional
-Francisco Alves -*

PLAMSAN - 2108/2021

RESOLUÇÃO Nº. 001/2017

SUMULA: INSTITUI COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR COM VIGÊNCIA 2018 A 2021.

A CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN do Município de FRANCISCO ALVES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 878/2014, e Decreto Municipal nº 114/2014

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Técnica Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN de Francisco Alves – PR, que terão as seguintes representações:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Nercy Ferreira Dias
Rosani Pereira Ferrari
Osmar Dias Vicenti
Nilza Soares de Oliveira

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Sérgio Valentin Vacari
Silvio Paulino
Diogo Barroso Marquesini
Rita de Cassia Gonçalves da Silva Paiva
Silverlaine Aparecida Frutuoso

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Tiago Martins Alves
Vanderlei Isaias Almeida Faria
Franciele Fabiana da Silva
Raquel Silva Santos

Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura

Paulo Rogério Hirishi Fujji
Paulo Sérgio da Cruz Pinto

Art. 2º - A Comissão Técnica Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, será responsável em elaborar e articular o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Francisco Alves para o quadriênio 2018-2021.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Alves – PR. 04 de setembro de 2017.

NERCY FERREIRA DIAS
Presidente da CAISAN

Identificação

Município: Francisco Alves – Paraná

Porte Populacional: Pequeno Porte I

População estimada: 6.418 Habitantes (IBGE/2017)

Localização: Região Noroeste

Prefeitura Municipal de Francisco Alves - PR

Nome do Prefeito: Alírio José Mistura

Mandato do Prefeito: Início: 01/01/2017 - Término: 31/12/2020

Endereço da Prefeitura: Rua Jorge Ferreira nº. 627 **CEP:** 87.570.000

Telefone: (44) 3643-8000 **E-mail:** pmfranciscoalves@hotmail.com

Órgão Gestor da Agricultura

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Agricultura

Responsável: Paulo Rogério Hiroschi Fujji

Ato de nomeação do Gestor: Portaria nº. 017/2017

Data de nomeação: 01 de fevereiro de 2017.

Endereço órgão gestor: Rua Jorge Ferreira, 627 **CEP:** 87.570.000

Telefone: (44) 3643-8000 **E-mail:** fujjizoo17@gmail.com

Órgão Gestor da Educação

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Nercy Ferreira Dias

Ato de nomeação do Gestor: Portaria nº 122/2017.

Data de nomeação: 09 de maio de 2017.

Endereço órgão gestor: Av. Joaquim Luiz de Souza **CEP:** 87.570.000

Telefone: (44) 3643-1358 **E-mail:** sme_fa@yahoo.com.br

Órgão Gestor da Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Responsável: Sérgio Valentin Vacari

Ato de nomeação do Gestor: Portaria nº. 014/2017.

Data de nomeação: 23 de janeiro de 2017.

Endereço do Órgão Gestor: Rua Jorge Ferreira, nº 483. **CEP:** 87.570.000

Telefone: (44) 3643-8000

E mail: orgaogestor1@hotmail.com

Órgão Gestor da Saúde

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Saúde

Responsável: Tiago Martins Alves.

Ato de nomeação do Gestor: Portaria nº. 027/2017

Data de nomeação: 01 de fevereiro de 2017.

Endereço do Órgão Gestor: Rua Silvío Calda, s/nº **CEP:** 87.570-000

Telefone: (44) 3649-1791

E mail: tiagomartinsalves@hotmail.com

Colaboradores:

Maria Madalena dos Santos Druzian;

Luiz Augusto Teixeira;

Claudicéia Keller da Silva;

Viviane Pires da Silva Pereira;

Silvana de Moraes Margatto;

Angêla Maria da Cruz Silva;

Ednéia Portela dos Santos;

Fernanda Marcomini Paulini;

Neide Pereira da Silva;

Maria Madalena dos Santos Druzian;

Pedro Pulga;

José Airton Paz Pereira;

João Luíz Piovesan Duarte;

Josué José da Cruz;

José Antônio Coronato.

Elaboração:

Apresentação.....	11
Introdução.....	13
Capítulo I. MARCO LEGAL.....	20
1.1 A constituição da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil...21	
1.2 O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.....24	
1.3 A constituição do SISAN e sua consolidação no Estado do Paraná.....31	
1.4 A constituição da Política SAN na Regional/Umuarama.....35	
1.5 A constituição do SISAN no município de Francisco Alves.....39	
Capítulo II. MARCO SITUACIONAL.....	48
2.1 Aspectos Gerais.....48	
2.2 Aspectos Histórico do Município.....50	
2.3 Aspectos Populacionais e Socioeconômicos.....56	
2.4 Aspectos Educacionais, Culturais, Esportivos e Lazer.....70	
2.5 Aspectos Ambientais.....92	
2.6 Aspectos de Saúde.....99	
2.7 Aspectos Sociais.....127	
2.8 Aspectos Agrícolas e Pecuária.....133	
Capítulo III. DESAFIOS DO PLAMSAN/2018-2021.....	138
Capítulo IV. PLANO DE AÇÃO DO PLAMSAN.....	
3.1 Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.....157	
3.2 Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.....161	

<i>3.3 Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica.....</i>	<i>165</i>
<i>3.4 Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.....</i>	<i>169</i>
<i>3.5 Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias.....</i>	<i>172</i>
<i>3.6 Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação.....</i>	<i>177</i>
<i>3.7 Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural.....</i>	<i>181</i>
<i>3.8 Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social.....</i>	<i>185</i>
<i>3.9 Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.....</i>	<i>190</i>
Capítulo V. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLAMSAN.....	192

Fonte de pesquisa

LISTA DE FIGURAS	
Figura 1. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	26
Figura 2. Premiação Melhor Merenda Escolar – Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar 2010.	40
Figura 3. Premiação Prêmio Gestor Eficiente Merenda Escolar 2010.	41
Figura 4. Oficina para Elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional – Umuarama.	44
Figura 5. Curso sobre a Política SAN e oficina para levantamento de indicadores para elaboração do PLAMSAN. Nos dias 25/09, 02 e 26/10.	45
Figura 6. Limites do Município	48
Figura 7. Municípios limítrofes de Francisco Alves	50
Figura 8. Brasão Municipal	54
Figura 9. Bandeira Municipal	54
Figura 10. Palestra Alimentação Saudável Famílias Assistência Social.	77
Figura 11. Palestra - Alimentação Saudável com Alunos do Ensino Fundamental	78
Figura 12. Aula Alimentação Saudável - Ensino Fundamental.	78
Figura 13. Palestra com Pais de Alunos Alimentação Saudável, Balanceada e Equilibrada.	79
Figura 14. Pesagem e Avaliação Nutricional.	79
Figura 15. Reunião com Produtores Rurais do Projeto 30% e PAA.	80
Figura 16. Oficina de Alimentação Saudável aos alunos, (Lanche Salada de Frutas).	80
Figura 17. Capacitação com os Funcionários da Educação	81
Figura 18. Oficina Marechal Cândido Rondon sobre Alimentação.	81
Figura 19. Reunião Inclusão do Peixe na Merenda Escolar, Educação e Produtores Rurais.	82
Figura 20. Capacitação Conselheiros Alimentação Escolar Cascavel.	82
Figura 21. Palestra com as Gestantes sobre Alimentação Saudável, Saúde e Educação.	82
Figura 22. Aula Alimentação Saudável Alimentos Reguladores.	83
Figura 23. Palestra Hiperdia - Saúde.	83
Figura 24. Teatro CMEI Conhecimento das Frutas e Verduras (Creche)	83
Figura 25. Dieta Especial Alunos com Doenças Relacionadas a Alimentação, Intolerância a Lactose e Diabetes, Etc	84
Figura 26. Cardápio Variado, Bolo de Chocolate com Morangos	84
Figura 27. Aula de Culinária D.V.	85
Figura 28. Atividades de Natação	90
Figura 29. Atividades de Hidroginástica	91
Figura 30. Atividades de Handebol	91
Figura 31. Atividades de Futebol	91
Figura 32. Atividades de Futsal	92
Figura 33. Bacia Hidrográfica: Piquiri	95
Figura 34. Lanches oferecidos nas oficinas e atividades	133
LISTA DE TABELAS	
Tabela 1. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991/2010	58

Tabela 2. Informações Gerais	58
Tabela 3. Índice de Desenvolvimento Humano (DHM) - 2010	59
Tabela 4. Arrecadação do ICMS (100%), por município de origem do contribuinte - Paraná - 2014	59
Tabela 5. Rendimento médio declarados na RAIS - 2014	60
Tabela 6. Contagem da população segundo faixa etária - 2013	61
Tabela 7. Identificação da população - 2010	62
Tabela 8. População Urbana e Rural e sexo	62
Tabela 9. Instituições de ensino que ofertam a educação infantil, - 2017	71
Tabela 10. Instituições de ensino que ofertam o ensino fundamental, - 2017	71
Tabela 11. Oferta da EJA no Município, 2017	72
Tabela 12. Taxa de analfabetismo segundo faixa etária – 2010	75
Tabela 13. Número de domicílios particulares permanentes, segundo algumas características	92
Tabela 14. Outros indicadores de mortalidade proporcional – período – 2008/2016	100
Tabela 15. Taxa de mortalidade em crianças menores de 1 ano de idade a cada mil nascidos vivos – 2008 – 2012	101
Tabela 16. Comparativo taxa Mortalidade Infantil e menor 5 anos 2016 com Região e Estado	102
Tabela 17. Nascidos vivos 2014 - 2017	103
Tabela 18. Taxa de Mortalidade Materna Maternidade (a cada 100 mil nascidos vivos) – 2008 – 2012	104
Tabela 19. Informações sobre nascimentos no período de 2014 a 2017	105
Tabela 20. Percentual de crianças nascidas vivas por número de consultas pré-natais de 2008 a 2016	105
Tabela 21. Doenças de Notificação Compulsória – 2012-2016	108
Tabela 22. Mortalidade Geral por Local de Residência – período de 2009/2012.	109
Tabela 23. Outros Indicadores Sispacto e relacionados a atenção básica	111
Tabela 24. Série histórica de cobertura da APS, ESF e ESB.	112
Tabela 25. Estabelecimento e tipo de prestador, segundo dados do CNES – Paraná no ano de 2012/2016	114
Tabela 26. Número de estabelecimento por tipo de convênio segundo o tipo de atendimento prestado, segundo dados do CNES - Paraná no ano de 2016	121
Tabela 27. Leitos de internação por 1000 habitantes, segundo dados do CNES, -Paraná no ano de 2016	121
Tabela 28. Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade, dados do CNES – Paraná no ano de 2016	121
Tabela 29. População em situação de extrema pobreza por faixa etária - 2010	128
Tabela 30. Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas - 2006	133
Tabela 31. Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor - 2006	134

Tabela 32. Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola por tipo de cultura temporária - 2016	134
Tabela 33. Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola pelo tipo de cultura permanente - 2016	135
Tabela 34. Efetivo de Pecuária e Aves - 2015	135
Tabela 35. Produção de Origem Animal – 2015	135
Tabela 36. Cronograma de monitoramento e avaliação	193
LISTA DE GRÁFICOS	
Gráfico 1. População recenseada e estimada, segundo o IBGE, 1980/2010	57
Gráfico 2. Evolução do IDHM de Francisco Alves, do Paraná e do Brasil, 1991/2010	58
Gráfico 3. Histórico Demográfico	63
Gráfico 4. Densidade Demográfica (hab/km ²)	63
Gráfico 5. Pirâmide Etária – 2010	64
Gráfico 6. Taxa de Envelhecimento (%)	64
Gráfico 7. Grau de Urbanização – 2010	65
Gráfico 8. População segundo a Cor/Raça – 2010	65
Gráfico 9. Perfil da População / Nível de Instrução	65
Gráfico 10. População Economicamente Ativa	66
Gráfico 11. Renda Média Domiciliar per Capita	67
Gráfico 12. Produto Interno Bruto per Capita	67
Gráfico 13. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	67
Gráfico 14. Índice Iparades de Desempenho Municipal - IPDM	68
Gráfico 15. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM	69
Gráfico 16. Índice de Gini	69
Gráfico 17. Déficit de Vagas - Creches e Pré-escola	72
Gráfico 18. Desempenho Escolar	73
Gráfico 19. Taxa de Distorção Idade X Série	73
Gráfico 20. Taxa de Analfabetismo	74
Gráfico 21. IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	75
Gráfico 22. Abastecimento de Água - Unidades residenciais atendidas	92
Gráfico 23. Taxa de cobertura do Serviço de Coleta de Resíduos (%)	93
Gráfico 24. Percentual de domicílios, segundo forma de coleta de resíduos sólidos.	94
Gráfico 25. Balanço Hídrico utilizada – 2009	95
Gráfico 26. Energia Gerada	96
Gráfico 27. Agrotóxico utilizado	96
Gráfico 28. Carga de Poluição Orgânica (DBO) Remanescente	97
Gráfico 29. Efluentes	97

Gráfico 30. Cobertura Vegetal e Unidades de Conservação – 2012	98
Gráfico 31. Vulnerabilidade Socioambiental Florestas	98
Gráfico 32. Florestas Plantadas	99
Gráfico 33. Esperança de Vida ao Nascer	99
Gráfico 34. Percentual de crianças menores de 1 ano com vacinação em dia (%)	100
Gráfico 35. Taxa de Mortalidade Geral	101
Gráfico 36. Taxa de Mortalidade em menores de 1 ano de idade	102
Gráfico 37. Taxa de Mortalidade em menores de 5 anos de idade	102
Gráfico 38. Número de óbitos maternos – 2016	104
Gráfico 39. Taxa de Mortalidade Materna	104
Gráfico 40. Nascidos vivos de mães com mais de 7 consultas de acompanhamento pré-natal (%)	106
Gráfico 41. Controle de Doenças e agravos prioritários	107
Gráfico 42. Dengue	108
Gráfico 43. Distribuição da população pobre por faixa etária	128

Abreviatura e Siglas

ABRANDH	Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
APSUS	Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde
APP	Área de Preservação Permanente
BPC	Benefício de Prestação Continuada
DHAA	Direito humano à Alimentação Adequada
CAD/PRO	Cadastro de Produtor
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN	Câmara Intersectorial Municipal de SAN
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CESAN/P	Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CISA	Consortio Intermunicipal de Saúde
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CME	Conselho Municipal de Educação
CAOP	Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção à Saúde Pública.
CAPS-AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
CONSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CORESAN	Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COSEMS	Conselho Secretários Municipais de Saúde
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DATASUS	Departamento de informática do Sistema Único de Saúde

DERAL	Departamento de Economia Rural
DSA	Dengue com Sinais de Alarme
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENEN	Exame Nacional do Ensino Médio
EPAN	Equipamentos e Programas Públicos de Abastecimento, Alimentação e Nutrição
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice De Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INAN	Instituto Nacional de Alimentação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOAF	Incentivo Organização Assistência Farmacêutica
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM	Índice IparDES de Desempenho Municipal
IFDM	Índice Firjan de desenvolvimento municipal
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
LP	Licença Prévia
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome
ME	Ministério da Educação
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição Alimentar
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola

PESAN	Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
PIB	Produto Interno Bruto
PNI	Programa Nacional de Imunização
PLAMSAN	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PME	Plano Municipal de Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa
PNAS	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAT	Programa Nacional do Transporte Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático; PAR-Plano de Ações Articulada
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
ProEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PSE	Programa Saúde na Escola
PSE	Proteção Social Especial
REMUME	Relação Municipal de Medicamentos
RL	Reserva Legal
SAGI	Secretaria Avaliação da Gestão da Informação
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviços de Alimentação da Previdência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEAB	Secretaria de Estado Agricultura e Abastecimento
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEED	Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná
SERE	Sistema Estadual de Registro Escolar
SETP	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SENAR	Sistema Nacional de Aprendizagem Rural
SESA	Secretaria de Estado da Saúde

SETS	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária
SIAB	Sistema de Informação da Atenção Básica
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISPACTO	Sistema online utilizado para o registro da pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores de Saúde (DOMI)
SISPACTO	Sistema de Monitoramento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
SIOPS	Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SNHIS	Sistema nacional de habitação de interesse social
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
TFD	Tratamento Fora de Domicílio
UNIPAR	Universidade Paranaense
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

Apresentação

O I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN 2018/2021 do município de Francisco Alves, é constituído pelo conjunto de ações do governo municipal e da sociedade civil que buscam garantir a segurança alimentar e nutricional e o direito humano a alimentação adequada à toda população.

O referido Plano, foi elaborado pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN em conjunto com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

A CAISAN foi criada pela Lei nº 878/2014, regulamentada pelo Decreto nº 114/2014. É composta atualmente por 4 secretarias: Educação, Assistência Social, Saúde e Agricultura e tem como principal atribuição coordenar a execução da política SAN e do Plano de SAN, tarefa que exige à intersectorialidade entre as secretarias, levando-se em conta todas as condições que determinam as situações de insegurança alimentar e nutricional, associadas na maioria das vezes à situação de pobreza e a dificuldade de acesso às políticas públicas como: saneamento, água de qualidade, saúde, educação e renda.

Considerando inúmeras conquistas ocorridas nos últimos anos relativos à diminuição da fome e a insegurança alimentar e nutricional através dos programas, projetos e ações das políticas públicas, muitos ainda são os desafios que devem ser enfrentados no campo da segurança alimentar e nutricional no Brasil, bem como no município, reflexo e consequência das desigualdades sociais existentes, as quais interferem na qualidade de vida da população.

Portanto, é necessário ampliar e fortalecer sistemas de produção de alimentos de bases mais sustentáveis, a promoção da oferta de alimentos saudáveis para toda a população, principalmente em condições de insegurança alimentar e nutricional das populações específicas e prioritárias.

Desta forma, destaca-se o papel da CAISAN e do CONSEA em defender e garantir a implementação da Política Municipal de SAN, compromisso este, de manter as conquistas e enfrentar os desafios relativos a SAN.

É neste compromisso que o município de Francisco Alves vem pautando sua atuação e apresenta o I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN 2018/2021.

Alírio José Mistura

Prefeito Municipal

Nercy Ferreira Dias

Presidente da CAISAN

Introdução

O I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN do município de Francisco Alves, foi elaborado com objetivo de efetivar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN no município, visando garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada junto à população em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.

Para tanto, se faz necessário que o governo municipal em parceria com as demais instâncias governamentais, busquem aderir os programas, os projetos e as ações que venham superar as situações de insegurança alimentar, através de políticas públicas que garantam o direito ao DHAA.

A garantia desse direito, portanto, abrange desde ações de distribuição de alimento até ações de redistribuição de renda e recursos produtivos, como, por exemplo, acesso à terra rural e urbana, a territórios, a moradia, a informação, aos canais de participação política e controle social, dentre outros. Enfim, trata-se de um conjunto de ações multisetoriais que envolvem atribuições de diversos órgãos e agentes públicos.

Para alcançar o seu propósito maior, é preciso a promoção da intersetorialidade das políticas públicas, através das secretarias afins, estabelecidas no município como: educação (referência da implementação da Política SAN), assistência social, saúde e agricultura, com esforços e integração, bem como o acompanhamento, monitoramento e a avaliação da SAN e da realização progressiva do DHAA no município.

O referido plano é uma ferramenta importante para consolidar o SISAN. Neste sentido, para que o mesmo seja expressivo em garantir a população alimentação adequada e saudável, é necessário que ele contenha:

- Diagnóstico da situação de SAN no município e contextualização;

- Mapeamento das ações em SAN nos três níveis de gestão;
- Definição de metas, objetivos, diretrizes, desafios, orçamentos para execução das ações, bem como explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades integrantes do SISAN;
- Plano de monitoramento e avaliação das ações e programas das políticas públicas setoriais;
- Ser quadrienal, com ações previstas no Plano Plurianual; e
- Contemplar as propostas das conferências municipais em SAN e demais políticas setoriais que contemplem o campo da política SAN.

A Comissão Técnica Intersetorial para elaboração do PLAMSAN, buscou pautar sua metodologia de trabalho de acordo com a política Nacional de SAN, dividindo-se em desafios, metas e ações relacionadas sendo:

Desafios refere-se a uma dimensão mais estratégica do Plano, expressando de forma direta quais os desafios que precisam ser enfrentados no campo de SAN.

Metas refere-se a um resultado final a ser alcançado nos próximos quatro anos, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa.

Ações relacionadas refere-se aos meios necessários para alcance das metas.

O plano estabelece ações divididas em cinco capítulos, sendo:

1. Marco legal;
2. Marco Situacional;
3. Desafios do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/2018-2021;
4. Plano de ação do PLAMSAN; e
5. Acompanhamento e avaliação.

No primeiro capítulo, ocorre o marco legal abordando como foi construído a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, bem como o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN nas três esferas

de governo. Será retratado a construção do processo de implantação de SAN a nível regional e a ainda será apresentado o processo de construção a nível municipal, colocando as situações sobre a realidade local.

No segundo capítulo, analisa-se os contextos que formam um conjunto de referência que garantam a alimentação adequada e saudável como política de direito humano efetivados por meio da implantação e implementação de ações articuladas entre poder público e sociedade civil. A coleta de dados será por meio da análise de dados que cada secretaria ou entidade possuem, além dos dados constantes nos planos municipais existentes, dados do IBGE, IPARDES, MPP, Plano Municipal de Educação, Plano Municipal de Saúde e outros.

No terceiro capítulo, apresenta questões que possam responder, ao enfrentamento e superação dos grandes desafios que ameaçam a garantia do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar.

1. Dados insuficientes com relação as ações de SAN no município, que permitam o acompanhamento, monitoramento e avaliação das condições de SAN;
2. Consolidação da intersetorialidade e pré-disposição para o pertencimento dos gestores das políticas públicas – educação, saúde, assistência social e agricultura e meio ambiental e outras políticas públicas.
3. Reversão das tendências de aumento das taxas de excesso de peso e obesidade e conscientização para uma alimentação saudável;
4. Enfrentamento da falta de renda familiar e o baixo incentivo aos produtores da agricultura familiar;
5. Estruturas físicas e humanas insuficientes para a gestão, articulação e execução da política SAN; e
6. Recursos insuficientes para implementar a Política de SAN no município.

Francisco Alves, visando atingir seus objetivos de acordo com o que fora aprovada pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, considerará as diretrizes e os desafios elencados pelo Plano Nacional de SAN.

Diretrizes:

I - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

II - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

III - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

IV - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

V - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

I – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

VII - Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006;

VIII- Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Desafios:

1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional – Corresponde à Diretriz 1 da PNSAN;

2 - Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e

Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural -
Corresponde às Diretrizes 1, 2, 4, 5 E 6 da PNSAN;

3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN;

4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN;

5 - Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias – Corresponde às Diretrizes 3 e 5 da PNSAN;

6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação – Corresponde à Diretriz 5 da PNSAN;

7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural – Corresponde à Diretriz 6 da PNSAN

8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social – Corresponde às Diretrizes 3, 8 da PNSAN e Diretriz SISAN;

9 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional – Corresponde à Diretriz 7 da PNSAN.

No quarto capítulo serão colocadas as ações do PLAMSAN. Para melhor entendimento das ações propostas no plano de ação, as mesmas compreenderão: desafios, objetivos, submetas, metas, ações relacionadas, indicadores de resultado e prazo, responsáveis, órgãos parceiros, PPA e diretrizes.

No último capítulo discorreremos sobre o processo de monitoramento e avaliação, indicando as responsabilidades de cada um nesta rede intersetorial buscando integrar e articular os esforços entre as áreas de governo e da sociedade civil, para garantia do direito à alimentação adequada e a soberania alimentar.

Desta forma a CAISAN cumpre com mais uma de suas atribuições, contribuindo com a política SAN, e com o que determina a legislação vigente que é a garantia do direito humano a alimentação adequada a toda população de Francisco Alves.

Capítulo 1

1. MARCO LEGAL

A fome e a insegurança alimentar são problemas antigos na realidade brasileira, associadas principalmente à pobreza, à falta de educação alimentar e de políticas públicas efetivas para a resolução do problema. O conceito de segurança alimentar vem sendo construído a partir de um conjunto de debates, estudos e ações ao longo dos anos.

Uma grande personalidade que lutou e defendeu a fome, tendo como base um dos problemas sociais mais agravantes do Brasil, foi Josué de Castro, (Josué Apolônio de Castro - influente médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro do combate à fome) que no ano de 1932, realizou um inquérito sobre as condições de vida das classes operárias no Recife, no qual associa a fome à produtividade do trabalhador e aborda a dimensão social da fome e das doenças. Esta publicação foi uma das bases para a formulação do salário mínimo (Lei nº 185 de janeiro de 1936 e Decreto Lei nº 399 de abril de 1938) que passou a vigorar apenas em maio de 1940 (Decreto Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940). Participou ativamente do movimento em prol do estabelecimento do salário mínimo na Fundação dos Arquivos Brasileiros de Nutrição (1940).

Em 1940, Josué José de Castro escreve o livro Geografia da Fome, obra na qual efetuou mapeamento do Brasil a partir das características alimentares, documentando a existência de situações de fome no país, afirmando que tais situações não são consequências de fenômenos naturais, mas predominantemente por fatores econômicos e sociais. Essa publicação foi traduzida para 25 idiomas, sendo disseminada por todo o Brasil.

Os avanços obtidos no acesso à alimentação no Brasil nos últimos anos é resultado de um conjunto de ações voltadas para o enfrentamento da fome e da pobreza, como o aumento real do salário mínimo, o crescimento do emprego formal, a progressiva expansão do Programa Bolsa Família, o fortalecimento do

Programa Nacional de Alimentação Escolar, o apoio à agricultura familiar, entre outros.

1.1 A constituição da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

A garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada está expressa em vários trabalhos internacionais, ratificados e reconhecidos pelo governo brasileiro, entre eles: o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais.

Lei nº 11.346 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, tem como principal propósito a promoção em todo território nacional, do direito humano à alimentação adequada (DHAA). Esse direito é realizado quando cada homem, mulher ou criança vivendo sozinhos ou em grupo tenham acesso a alimentos adequados e saudáveis ou aos meios necessários para obtê-los de forma permanente, sustentável e emancipatória.

A LOSAN além de estabelecer as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do SISAN, representa a consagração de uma concepção abrangente e intersetorial da Segurança Alimentar e Nutricional e, ainda, afirma o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar, como princípios que a orientam e como fins a serem alcançados através de políticas públicas. Dessa forma, essa lei estabeleceu um programa político que deve ser realizado para todos, ou seja, cabe ao Estado, em sua concepção mais abrangente, se organizar para garantir aos que habitam no Brasil o acesso à alimentação adequada e aos meios necessários para obtê-la.

A compreensão de Segurança Alimentar e Nutricional como um direito humano é importante, porque abre a possibilidade de qualquer brasileiro, lesado ou ameaçado de lesão a esse direito, cobrar do Estado medidas que corrijam a situação. Vincular o DHAA ao princípio da soberania alimentar significa reconhecer o direito do nosso povo escolher livremente quais alimentos produzir e consumir.

Documentos que embasam a SAN

Decretos nº 6.272/2007 e nº 6.273/2007

Os debates da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em julho/2007, em Fortaleza - CE, foram centrados em três eixos temáticos: I) Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolvimento econômico e social; II) Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e, III) Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Permearam os debates questões relacionadas à equidade, diversidade, sustentabilidade, participação e controle social, descentralização e intersetorialidade.

Alguns meses após a III CNSAN, resultado do amplo debate ocorrido na preparação e na realização da conferência, foram assinados os Decretos nº 6.272 e nº 6.273, ambos de 23 de novembro de 2007. O primeiro decreto regulamenta o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) definindo suas competências, composição e funcionamento. E, o segundo cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Portanto, com essas normas, foram regulamentados os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional previstos na LOSAN.

Emenda Constitucional (EC 064, 04/02/2010)

A inclusão do Direito Humano à Alimentação na Constituição, norma de maior hierarquia do ordenamento jurídico brasileiro, reforça o compromisso em cumprir com a obrigação de garantir a todos o acesso à alimentação adequada e aos meios para sua obtenção.

É importante, ainda, mencionar que as normas constitucionais que traçam programas para o governo têm maior força ou poder de vincular os órgãos públicos quando há uma lei infraconstitucional que disponha sobre essas metas impostas pela Constituição.

Nós temos a LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar - que já define o Direito Humano à Alimentação Adequada de forma ampla, fazendo a conexão desse direito com a necessidade de garantia do acesso à terra, território, água, biodiversidade, soberania alimentar, entre outros. Além de definir o direito à alimentação, a LOSAN estabelece que o SISAN – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - é um instrumento importante para garantir esse direito. Dessa forma, fortalece-se a perspectiva de dar concretude ao sistema, para que os órgãos públicos adotem medidas para seu funcionamento. Assim, há um processo de reforço legal que é de mão dupla: a LOSAN reforça a efetividade da Constituição Federal e a Constituição Federal traz uma referência importante para a LOSAN.

Decreto nº 7.272/2010

As diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) foram definidas na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (III CNSAN), o que permitiu um avanço para o passo seguinte que foi a publicação do Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010. Os termos do decreto foram elaborados em discussão com o CONSEA Nacional e aprovados na Plenária Nacional daquele Conselho.

O Decreto nº 7.272 institui oficialmente a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e também regulamenta outros aspectos da LOSAN, particularmente os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Para a continuidade da estruturação do SISAN os governos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios têm que atender os pré-requisitos mínimos estabelecidos neste Decreto 7.272 para aderirem ao Sistema. Além disso, existem outras exigências trazidas pelo Decreto e que devem ser atendidas para permanência de estados, DF e municípios no SISAN.

1.2 - O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela LOSAN, tem como principal propósito a promoção, em todo o território nacional, do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Esse direito é realizado quando cada homem, mulher, idoso ou criança, vivendo sozinhos ou em grupo, tenham acesso a alimentos adequados e saudáveis ou aos meios necessários para obtê-los, de forma permanente, sustentável e emancipatória.

A realização desse direito exige a adoção de ações que permitam o acesso a todos os bens e serviços necessários para que todos tenham, imediatamente, o direito de estar livre da fome e da má nutrição e, progressivamente, o direito à alimentação adequada.

A garantia desse direito, portanto, abrange desde ações de distribuição de alimentos até ações de redistribuição de renda e recursos produtivos, como, por exemplo, acesso à terra rural e urbana, acesso a territórios, acesso à moradia, acesso a informações, acesso aos canais de participação política e controle social, entre outros. Trata-se de um conjunto de ações multissetoriais que envolvem atribuições de diversos órgãos e agentes públicos.

Para alcançar o seu propósito maior, é preciso que o SISAN seja integrado por todos os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios afetos à Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e que estimule a integração dos diversos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promova o acompanhamento, monitoramento e a avaliação da SAN e da realização progressiva do DHAA no território brasileiro.

Assim, o SISAN possui componentes federal, distrital, estaduais e municipais. A Lei nº. 11.346, de 15 de setembro de 2006, nos termos do seu Art. 11, define como integrantes do SISAN:

1. A Conferência Nacional de Segurança Alimentar – responsável pela indicação ao CONSEA das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de SAN. É precedida de Conferências Estaduais, Distrital e Municipais, e, em alguns casos,

regionais e territoriais, onde são escolhidos os delegados para o encontro nacional. A Lei prevê, ainda, que a Conferência Nacional avalie o SISAN.

2. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA – é a instância de articulação entre o governo e a sociedade civil nas questões relacionadas a SAN. Tem caráter consultivo e assessora o Presidente da República na formulação de políticas e nas orientações para que o país garanta o Direito Humano à Alimentação Adequada.

A participação social, tanto na formulação quanto no controle social das diversas iniciativas, é uma característica importante do processo de construção das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e tem se dado por meio das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e conselhos estaduais e municipais.

As diretrizes e as principais estratégias que orientam as políticas de SAN vêm sendo debatidas com a sociedade civil por meio destes espaços de participação. O CONSEA e os conselhos estaduais e municipais de SAN também estão buscando estratégias para o fortalecimento dos mecanismos para a população exigir a realização do seu direito à alimentação adequada e saudável.

3. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN – integrada por Ministros de Estado. Sua missão é articular e integrar ações e programas de governo a partir das proposições emanadas do CONSEA, de acordo com as diretrizes que surgem das conferências de SAN.

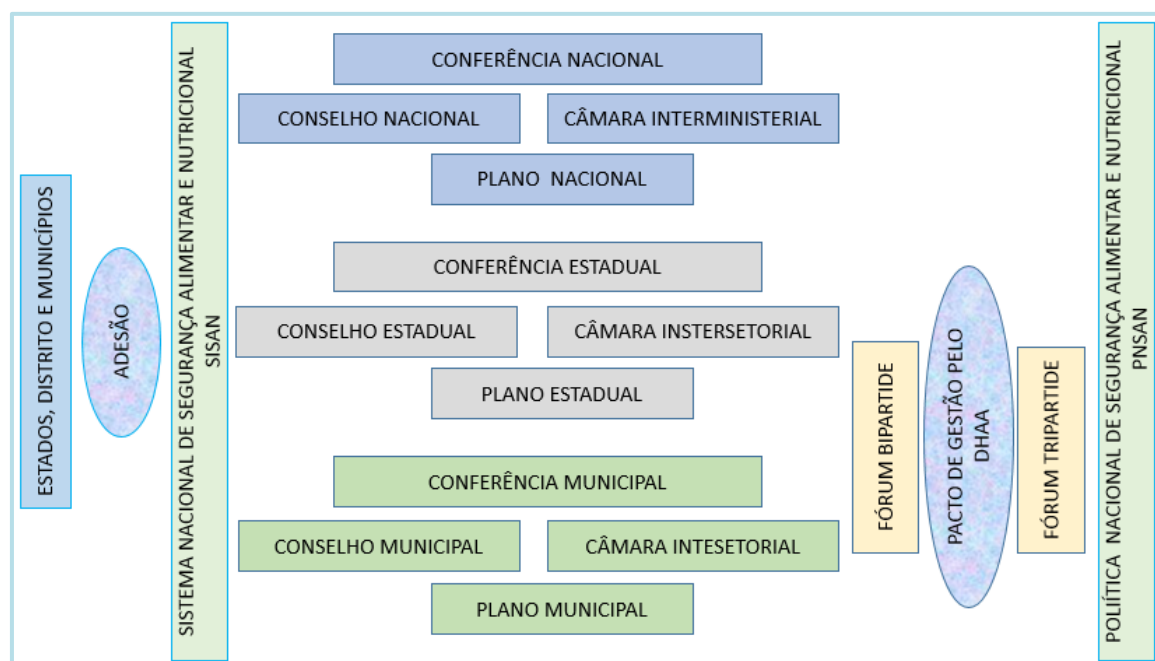
4. Órgãos e entidades de SAN da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e

5. Instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

Esta estrutura no âmbito federal deve ser replicada nos Estados, Distrito Federal e Municípios, para que se possa articular nacionalmente o sistema, permitindo a instituição das instâncias de pactuação, Fóruns Bipartite (Estados com seus

municípios), e o Fórum Tripartite (União, Estados/Distrito Federal e Municípios), na perspectiva de formulação, execução, monitoramento e avaliação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através da articulação dos Planos Nacional, Estaduais/Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Figura 1. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN



Como já referido anteriormente, o SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituído em 2006 com a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei N.º 11.346/2006), definiu dois conceitos básicos fundamentais: (1) o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e (2) a Soberania Alimentar. Mas, foi um pouco antes, em 1993, que realmente iniciou a estruturação desse Sistema, com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, que é um órgão de assessoramento da Presidência da República, com um desenho diferenciado: para cada membro representante do Estado, dois são da sociedade civil. Para melhor compreensão desse contexto, se faz necessário um breve resgate de alguns dos principais acontecimentos desse processo de construção na esfera nacional:

ANOS	PARADIGMAS	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS
1935 - 1950	Visão de Josué de Castro: fome como questão social e resultado da política que exclui a maioria da população, convivendo com o governo populista de Getúlio Vargas.	<ul style="list-style-type: none"> - Instituição do salário mínimo, baseado no poder de compra de uma “ração mínima” para o trabalhador - Criado os SAPS (Serviços de Alimentação da Previdência Social) e introduzida a alimentação nas escolas
1950 - 1970	Estado Assistencialista e Desenvolvimentista, sem redistribuição da riqueza nacional	<ul style="list-style-type: none"> - Política social compensatória, destinada a alguns poucos segmentos da população.
1970 - 1980	Estado Autoritário (Ditadura Militar) e visão biologista do problema da fome (entendia) como distúrbio da saúde humana	<ul style="list-style-type: none"> - A política econômica esperava o “bolo crescer para, depois, reparti-lo”, - Criação do Instituto Nacional de Alimentação (INAN), vinculado ao Ministério da Saúde; - Primeiros desenhos de políticas públicas mais abrangentes quanto se tentam unir o social e a política agrícola de abastecimento (PRONAN I, II e III)
1985	Estado Assistencialista com ampliação de programas de distribuição de alimentos aos “pobres”	<ul style="list-style-type: none"> - Início da redemocratização do país, depois de 20 anos de governo militar; - Programa do Leite (governo Sarney)
1986	Reconquista do Estado de Direito e a reconstrução da Democracia passa a ser o objetivo da sociedade brasileira; intensifica-se a	<ul style="list-style-type: none"> - 8ª Conferência Nacional de Saúde: luta pelo direito à saúde e reconhecimento da alimentação como direito

	<p>mobilização nacional para a elaboração da nova Constituinte Federal.</p>	<p>intrinsecamente ligado à vida e à saúde;</p> <ul style="list-style-type: none"> - I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição como desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que reconhece o direito à alimentação e a necessidade de se criar um Conselho Nacional.
1988	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da nova Constituição Federal do Brasil com direitos sociais reconhecidos (chamada de Constituição Cidadã) 	<ul style="list-style-type: none"> - Início da construção do SUAS e redesenho de alguns programas de alimentação e nutrição.
1993	<ul style="list-style-type: none"> - Segurança Alimentar como mecanismo para o enfrentamento da fome e da miséria e com eixo do desenvolvimento econômico e social 	<ul style="list-style-type: none"> - Movimento Nacional pela Ética na Política que resultou no impeachment do Collor; - Início da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada por Betinho; - Criação do primeiro CONSEA no Governo Itamar Franco
1994 - 2002	<ul style="list-style-type: none"> - Visão do Estado neoliberal, prevendo-se que a estabilização da moeda, o mercado e as regulações públicas seriam suficientes para a redução da fome, da pobreza e da desigualdade social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Extinção do CONSEA e criação do Conselho Comunidade Solidária, que previa a construção de redes de parcerias entre governo e sociedade civil; - Criação (1998) do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) - Criação (2002) da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), com a missão de contribuir com a internalização do DHAA no Brasil.

2003	- Combate à fome como ação prioritária do Governo Lula (Fome Zero)	<ul style="list-style-type: none"> - Recriação do CONSEA Nacional; - Formulação de um conjunto de políticas públicas articuladas para promover o acesso à alimentação; - Acesso à água: adoção pelo Governo Lula do “programa um milhão de cisternas”, criado por organizações sociais que compõem a articulação do Semiárido (ASA)
2004	- Reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada como paradigma para o enfrentamento da fome e da pobreza.	<ul style="list-style-type: none"> - Realização da II Conferência Nacional de SAN em Olinda (RE); - Inicia-se o processo de redesenho das políticas públicas voltadas ao combate à fome; É lançado o Programa Bolsa Família
2005	- Reforça-se o debate interligando os conceitos do DHAA, SAN e Soberania Alimentar	- Criação do Programa de Aquisição de Alimentos com compra direta da Agricultura Familiar
2006	- Direito Humano à Alimentação Adequada como objetivo primeiro da LOSAN.	- Aprovação da LOSAN: Lei Orgânica de SAN nº 11346 aprovada em setembro de 2006, instituindo o Sistema e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
2007	- A realização do DHAA deve ser alcançada por meio de uma Política e um Plano Nacional de SAN.	<ul style="list-style-type: none"> - Realização da III Conferência Nacional de SAN em Fortaleza (CE); - Criada a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

2008	<p>- Intensifica-se a discussão sobre a importância da intersectorialidade nas diferentes dimensões da SAN.</p> <p>- Alcança-se novo patamar de criação de competências em DHAA e amplia-se a discussão sobre a exigibilidade do DHAA.</p>	<p>- O Brasil cumpre antecipadamente a 1ª Meta do milênio, que prevê para 2015 reduzir à metade a fome e a pobreza.</p>
2009	<p>- A realização do DHAA requer novos arranjos e a gestão intersectorial das políticas de SAN.</p>	<p>- Aprovação de lei sobre o PNAE (Alimentação Escolar), destinando 30% dos recursos federais do programa para aquisições locais da Agricultura Familiar</p>
2010	<p>- Reforço dos instrumentos legais que promovem, protegem, respeitam e proveem o DHAA.</p>	<p>- Aprovação da emenda constitucional que inclui a “alimentação” entre os direitos fundamentais (art. 6º);</p> <p>-Aprovação do Decreto Presidencial que institui a Política Nacional de SAN e determina a elaboração do Plano Nacional de SAN.</p>
2011 - 2016	<p>- Progredir na realização do DHAA por meio de políticas Públicas adequadas e disponibilizar instrumentos de exigibilidade.</p>	<p>- Realização da IV Conferência Nacional de SAN em Salvador (BA).</p> <p>- V Conferência Nacional de SAN em Brasília (DF).</p> <p>Elaboração da Carta Política</p> <p>- Adesão dos municípios aos SISAN</p> <p>- Municípios iniciam processo de elaboração do Plano Municipal SAN</p>

1.3 A constituição do SISAN e sua consolidação no Estado do Paraná

Destacamos a criação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/PR, em 2003, que foi vinculado a então Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP.

O CONSEA/PR tem caráter consultivo e a finalidade de assessorar o Governo do Estado na concepção e condução da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Constituiu-se em um colegiado com 2/3 de seus membros representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes do Governo, a exemplo da formação nacional.

Ainda em 2003, foi criada a Coordenadoria de Enfrentamento à Pobreza e Combate à Fome, na Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, responsável pela gestão dos programas federais de segurança alimentar e nutricional e pela cogestão de programas estaduais, como o Programa Leite das Crianças, de combate à desnutrição infantil e fomento à bacia leiteira do Estado. Foram organizadas 14 conferências regionais e a I Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (I CESAN), realizada em fevereiro de 2004.

Na II Conferência Estadual de SAN/PR, que ocorreu em dezembro de 2006, foram definidas as diretrizes para a política estadual de SAN e eleitos conselheiros representantes de todas as regiões do Estado para participar da gestão do Conselho Estadual, com objetivo de maior proximidade com os municípios.

Em 2007 foi formada a Frente Parlamentar de SAN que, em conjunto com o CONSEA/PR, encaminhou proposta de Lei Estadual, que instituiu a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – PESAN (Lei nº 15.791, de 04/04/2008).

Em 2010, foi criado o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN (Lei nº 16.565 de 31/08/2010) estabelecendo as diretrizes, objetivos e sua composição. Em dezembro do mesmo ano, foi sancionado o Decreto nº 8.745,

que criou a Câmara Governamental Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN/PR.

Em 2011, precedendo a III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – III CESAN/PR foram realizadas conferências municipais e regionais. Nas 20 conferências regionais, foram eleitos os membros das Comissões Regionais de SAN – órgão colegiado vinculado ao Conselho Estadual, objetivando a descentralização das ações e a consolidação da política.

Consolidação da Política:

No processo de implantação, o Governo do Estado assinou a adesão ao SISAN, comprometendo-se a elaborar o 1º Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná no prazo de um ano, de forma pactuada entre os diversos setores relacionados com a SAN e com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONSEA/PR e nas demandas da III CESAN/PR.

Em 2012, por meio do Decreto nº 4.459, de 26 de abril, a coordenação geral da CAISAN/PR foi transferida para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária - SETS, a qual firmou convênio com o antigo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome – MDS para a implementação do SISAN nos 399 municípios do Estado.

A SETS realizou, também, capacitação dos técnicos de suas 18 regionais, como forma de aprimorar o conhecimento acerca do tema de SAN e divulgar o Sistema e seus componentes visando a consolidação da Política e a implantação do SISAN, em todo o Estado do Paraná.

Com a elaboração do Plano Estadual de SAN, conclui-se a etapa de implantação do SISAN, que passa a contar com todos seus componentes legalmente previstos. Ainda se vislumbra, no Paraná, com a instituição do sistema na esfera municipal, uma possibilidade em todos os aspectos, especialmente na intersectorialidade das ações, que é um de seus principais pilares. A intenção desse sistema é integrar e

articular os esforços entre as várias áreas do governo e da sociedade civil, para formular, implementar e monitorar essa política de forma intersetorial.

O desafio que a SAN atribui ao Estado do Paraná, tanto do ponto de vista da formulação de sua política quanto de sua implementação, é responsabilidade coletiva e deve ser buscada de forma intersetorial e participativa, para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da soberania alimentar.

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, através do convênio nº 140/210, o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária construiu coletivamente, com apoio do grupo de acompanhamento instituído pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, uma metodologia de capacitação no apoio aos municípios para a integração e adesão ao SISAN e a descentralização da PNSAN de acordo com os preceitos dos marcos legais nacionais e estaduais que regulamentam as políticas nacional e estadual de SAN.

Destaca-se que o processo de construção da SAN no Paraná vem avançando com base em uma importante parceria entre governo e sociedade civil. O processo desencadeado pelas oficinas propiciou agregar e congregar os integrantes governamentais e da sociedade civil envolvidos com a temática de SAN, viabilizando um momento de auto reconhecimento de ações de SAN nos municípios e de visibilidade da existência desse processo no Estado. Oportunizou-se ainda, a discussão e definição de papéis dos governos e dos atores sociais envolvidos na constituição dos componentes necessários para a adesão ao SISAN.

Diante das capacitações realizadas pela SETP a equipe técnica da DESAN e CONSEA avaliou espaços valiosos de conhecimento que contribuíram para a mobilização e articulação dos municípios em aderir a implantação do SISAN bem como a implantação da Política de SAN nos referidos municípios do Estado.

Oficina Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

A primeira etapa da construção de uma metodologia de trabalho de forma descentralizada e participativa para a implantação da Política de SAN no Estado do Paraná foi a realização da Oficina Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2012, com o objetivo de formar agentes multiplicadores para adesão ao SISAN nos 399 municípios do Estado.

O processo de construção da metodologia de trabalho a ser pactuada entre o Governo do Estado e a sociedade civil, teve início com a realização da meta 1 do referido Convênio, em maio de 2012, que promoveu uma oficina com a participação dos membros do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná – CONSEA/PR.

Foi previsto inicialmente, um público de 120 participantes para esta Oficina de formação, indicados pelas Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional – CORESANs, dentro dos segmentos: instituições de ensino superior – IES, gestores municipais de segurança alimentar e nutricional, organizações da sociedade civil, membros do CONSEA/PR e técnicos da SETS. Diante do interesse de participação por outros segmentos e organizações, foram abertas vagas para observadores, totalizando 137 participantes nos 03 dias de Oficina, o que demonstra o interesse pela discussão da temática de SAN.

O quadro a seguir, resume os objetivos e as estratégias de trabalho desenvolvidas no decorrer da Oficina.

	Objetivos	Estratégia
1	Capacitar os agentes mobilizadores/formadores para a criação e implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN no âmbito municipal.	Para alcançar este objetivo teremos, no primeiro dia de Oficina, momentos de formação conceitual, no qual, serão apresentadas as dinâmicas do funcionamento do CONSEA e CAISAN Nacionais, CONSEA/PR

		e, além disso, a apresentação sobre orçamento público
2	Definir a estratégia de mobilização e de aplicação e adequação de metodologia para a realização das 18 oficinas regionais	Através de trabalho em grupo, elaborar e definir as prioridades de ação para a implantação do SISAN na esfera municipal. Sugerir que os participantes reproduzam as discussões, fomentando ações que possam auxiliar na construção do SISAN, contando para isso, no seu município e região, com apoio de espaços como associações de municípios, câmaras de vereadores, outros conselhos de políticas públicas
3	Pactuar as atribuições dos agentes mobilizadores/formadores das regiões	Fomentar a busca na sua região e município de organizações que possam auxiliar neste processo de modo a fortalecer as Comissões Regionais de SAN (CORESANs), considerando, sobretudo as realidades nas quais estão inseridas.

1.4 A constituição da Política SAN na Regional/Umuarama

No âmbito dos municípios, o novo fluxo de adesão coloca os estados como partícipes do processo. Significa dizer que, além da mobilização, os estados devem orientar, analisar e formalizar a adesão de seus municípios, enquanto que a CAISAN Nacional ficou com a responsabilidade de referendar a adesão.

Sendo assim, a Região de Umuarama inicia sua experiência na área de Segurança Alimentar e Nutricional entre os anos de 2003/2004, com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, tendo como foco o Programa Fome Zero e paralelamente com a criação do Programa Leite das Crianças do Estado do Paraná.

Neste período, foi desenvolvido o processo de mobilização e articulação para formação dos primeiros conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e a criação dos Comitês Gestores do Programa Leite das Crianças. E após foram criados programas Bolsa Família, Programa Aquisição Alimentar e convênios para implantação de hortas comunitárias e cozinhas comunitárias, através de editais para projetos municipais.

A secretaria responsável pela gestão dos programas federais SAN e pela gestão de programas estaduais acima mencionados, foi a coordenadoria de enfrentamento à pobreza e combate à fome na Secretaria do Emprego, Trabalho e Promoção Social - SETP. Foram realizadas as primeiras Conferências tanto a I Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional em Umuarama como a I Conferência Estadual SAN em 2006 com o apoio do Escritório Regional da SETP.

Em 2006 foram realizadas a II Conferência Regional SAN e a II Conferência Estadual SAN, onde neste ato foi criada a Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional de Umuarama - CORESAN. Reiniciou neste mesmo período um outro ciclo de mobilização e articulação junto aos municípios. As primeiras discussões e realização do processo de monitoramento e avaliação dos programas SAN com perspectiva de implementar a Segurança Alimentar e Nutricional no combate a Insegurança Alimentar e Nutricional e a Garantia ao Direito Humano a Alimentação Adequada.

Trabalho este desenvolvido pela CORESAN, com estrutura física e técnica do Escritório Regional da SETP. A CORESAN foi eleita na II Conferência Regional SAN composta por 9 membros, sendo (1/3) 3 representantes dos órgãos

governamentais e 2/3 (6) representantes dos municípios da sociedade civil, tendo como coordenador membro da sociedade civil, representando a região de Umuarama que abrangia 23 municípios, também como membro do Conselho Estadual da Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como papel de agente multiplicador e articulador entre o Estado e Municípios. As reuniões da CORESAN com as respectivas representações aconteciam mensalmente, sempre documentadas através de atas e relatórios. O trabalho e a assessoria do ER/SETP e da CORESAN se tornou fortalecido a partir da instituição da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Lei nº 15.791, de 04/04/2008) e a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, SISAN - Lei Estadual de Lei nº 16.565 de 31/08/2010).

Em 2011, procedendo a III Conferência Regional SAN de Umuarama e a III Conferência Estadual SAN, foram eleitos os novos membros da CORESAN.

Neste período houve por meio da SETP capacitação aos técnicos, atingindo o ER da região de Umuarama, que motivou a CORESAN a dar continuidade no processo de capacitação, realizando palestras, reuniões, seminários, como forma de aprimorar o conhecimento acerca do tema de SAN e divulgar o Sistema e seus componentes.

Dando continuidade na vigência do convênio com o MDS, a SETP reinicia o processo de mobilização para capacitar os agentes mobilizadores/formadores para implementação do SISAN em âmbito municipal. Foram realizadas ao longo dos anos de 2012 e 2013 várias oficinas para formação dos agentes da região de Umuarama.

Os atores envolvidos nessas oficinas foram técnicos das políticas públicas de agricultura, meio ambiente, assistência social, trabalho, saúde, educação e representantes da sociedade civil. Estas capacitações através das oficinas resultaram na inspiração para que a CORESAN de Umuarama, com apoio do ER da SETP, dessa continuidade às oficinas através de encontros microrregionais nos anos de 2013 a 2014, atingindo os 23 municípios.

O objetivo das oficinas foi de definir estratégias de mobilização e articulação junto aos municípios sobre a importância do SISAN, o processo passo a passo, visando a organização para adesão ao sistema. Como estratégias para a implantação do SISAN nos municípios foram realizadas reuniões de sensibilização junto aos prefeitos, secretários das políticas afetas a SAN e representantes da sociedade civil presentes nos CONSEAs municipais.

Foi estabelecido também, agenda com os municípios para orientação e assessoria junto a comissão técnica dos municípios quanto ao processo de solicitação para adesão ao SISAN e seus critérios e requisitos através das leis que preconizaram a implantação dos componentes do SISAN.

Podemos concluir que a região de Umuarama, através do trabalho de mobilização e articulação da CORESAN e assessoria do Escritório Regional da SEDS, obteve um resultado positivo e expressivo quanto a adesão do SISAN na referida região.

Uma outra fase de mobilização e articulação ocorreu entre 2014 a 2015 foi a transferência da Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a Secretaria de Estado Agricultura e Abastecimento – SEAB, dando continuidade através do ER/SEAB em conjunto com a CORESAN, às realizações das Conferências SAN a nível municipal, tendo 100% de adesão dos municípios e também a nível regional com presença dos 21 municípios e seus respectivos representantes.

Considerando o processo de adesão do SISAN na região de Umuarama, a CORESAN e o ER/SEAB, realizaram no mês de maio de 2016 as oficinas de orientação para elaboração do PLAMSAN, compromisso esse que os municípios realizaram com a adesão ao SISAN. O objetivo das oficinas foi encontrar uma forma de proporcionar troca de experiências junto aos municípios reforçando e repassando as orientações pelo MDS e a SEAB através do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional.

1.5 A constituição do SISAN no Município de Francisco Alves

Diante das responsabilidades e necessidades em garantir o DHAA, a segurança alimentar e nutricional, iniciou-se como estratégia de combate à fome e a insegurança alimentar e nutricional. Mobilizando a sociedade civil e integrando com os órgãos governamentais a discussão da possibilidade da criação de ações como os programas de transferência de renda. O programa Bolsa Escola (2001) que funcionava como um programa de transferência de recursos para a manutenção das crianças nas escolas. Assim, a criança não precisaria trabalhar para ajudar os pais, uma vez que a família recebia um benefício financeiro. Para gozar dos direitos do bolsa, era preciso apresentar frequência na sala de aula e de no mínimo 85% e possuir renda inferior a R\$ 90,00 (valor exigido em 2001).

Em 2003 cria-se o projeto Rede de Proteção Social o qual foi incorporada ao Programa Fome Zero. Entre as várias propostas da Rede, estão o Bolsa Escola, o Auxílio Gás, o Abono Salarial, o Seguro Desemprego, a Bolsa Alimentação, dentre outros.

O Programa Bolsa Família (2004) consistiu na unificação e ampliação desses programas sociais num único programa social, com cadastro e administração centralizados no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com intuito de transferir renda e combater a fome no país.

O programa estendeu-se a todos os municípios e incentivou a criação dos Conselhos Municipais como órgão de controle social e de assessoria para implantação e acompanhamentos dos projetos de SAN.

Diante do processo de mobilização e implantação da Segurança Alimentar e Nutricional, o município aderiu a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA em 2003, paralelamente aderindo a implantação do Programa Leite das Crianças, em parceria com o governo estadual, criando o Comitê Gestor Municipal do Programa. O programa tem por finalidade contribuir para reduzir os índices de desnutrição e mortalidade infantil além de fortalecer a cadeia leiteira.

Posteriormente a adesão ao Programa Bolsa Família, houve em 2007 a implantação do Programa Aquisição Alimentar, beneficiando os agricultores da Agricultura Familiar, via governo do Estado do Paraná. O referido programa veio beneficiar a rede de serviço socioassistencial, através da distribuição dos produtos agrícolas para a oferta de refeições junto aos usuários das entidades sociais.

Em 2009, foi implantado programa Nacional de Alimentar Escolar - PNAE, o qual adquire produtos da agricultura familiar por meio de chamamento público, dispensando o processo licitatório.

O município de Francisco Alves nos anos de 2008, 2009 e 2010 foi contemplado com o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar da Ação Fome Zero, ficando entre os 24 municípios de melhor merenda escolar do Brasil. Este prêmio avaliava todas as ações relacionadas à merenda escolar em específico os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e contrapartida do município que investe em recursos livres na merenda escolar, como também avalia capacitação de merendeiras e ações relacionadas a agricultura.

Figura 2. Premiação Melhor Merenda Escolar – Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar 2010.



Figura 3. Premiação Prêmio Gestor Eficiente Merenda Escolar 2010.



Em 2011, o município realiza a 1ª Conferência em SAN, objetivando a implantação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, elegendo os novos membros do CONSEA municipal de SAN e elencando as prioridades das propostas a serem efetivadas como estratégias, metas e diretrizes.

Nos anos de 2013 a 2014, a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento – SEAB juntamente com a Comissão Regional SAN - CORESAN, reiniciam as capacitações, seminários e oficinas, a nível estadual e regional para implantação do SISAN nos Municípios, os quais por meio dos atores da SAN, como os técnicos e gestores das políticas de agricultura, assistência social, saúde, educação e segmentos da sociedade civil do município puderam participar desses momentos, o qual favoreceu o processo de organização e estruturação da política SAN no município.

Foi através dessa caminhada de mobilização e capacitação que resultou uma gestão organizada pronta para implantação do SISAN, quando o município de Francisco Alves em 2014, se mobiliza, se organiza e solicita a adesão para implantação do Sistema junto a CAISAN do Paraná e em 15 de abril de 2016, conforme o termo de adesão do SISAN nº 07/2016 processos nº 13.825672, o

município é certificado e diante desse processo o município se compromete em elaborar o I Plano Municipal de SAN.

O referido município elabora o PLAMSAN 2018/2021, aprovado pela CAISAN em parceria com o CONSEA municipal. Este plano é resultado do diálogo e da integração entre governo e sociedade civil, através das conferências municipais de SAN, reuniões do CONSEA e CAISAN, capacitações, oficinas, trabalho este que teve um grande empenho coletivo de todos os atores responsáveis pela política SAN, e que será implementado para quatro anos, bem como a participação do processo de monitoramento e avaliação do Plano de ação em destaque na construção da política de segurança alimentar e nutricional no município de Francisco Alves.

Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

A II Conferência Municipal de Segurança Alimentar de Francisco Alves, foi realizada em 29 de junho de 2015.

A metodologia de discussão da Conferência foi organizada através de 3 eixos temáticos, podemos elencar algumas prioridades resultado da discussão da II Conferência:

Eixo 1: Comida de Verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar.

PROPOSTA
Implantar a central para o recebimento dos alimentos manipulação, armazenamento e distribuição no âmbito da execução do PAA, PNAE, em nível municipal com a infraestrutura incluindo veículo apropriado com câmara fria, equipamentos necessários e a equipe técnica especializada com apoio financeiro das três esferas de governo.
Promover uma campanha de conscientização através das secretarias municipais e estaduais e a EMATER, quanto ao uso abusivo de agrotóxicos nas lavouras, para garantir uma produção com qualidade e mais saudável.

Viabilizar a organização da agricultura familiar para a produção de alimentos baseados na agroecologia ou orgânicos e que para isso as secretarias de agricultura estadual e municipal e EMATER dê o apoio técnico com ênfase na certificação e comercialização garantindo uma alimentação de qualidade e saudável.

Realizar ações de conscientização dos produtores feirantes para com a produção e que realizem a transição para a produção orgânica.

Eixo 2: Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e alcances da política pública no campo da soberania e segurança alimentar e nutricional.

PROPOSTA

Oferecer aos produtores da agricultura familiar, cursos de capacitação para que os mesmos adquiram maior conhecimento quanto aos agrotóxicos sobre diversas alternativas de produção e como conseguir subsidio nas três esferas de governo.

Promover assistência técnica através de um profissional capacitado na formação de produtos hortifrúti e produtos manipulados como: conservas, panifícios, doces, carnes e laticínios.

Promover o acesso à alimentação adequada e saudável às famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e dar condições para elas conseguirem sua própria renda através de cursos de capacitação.

Eixo 3: Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar.

PROPOSTA

Capacitar os conselheiros sobre suas atribuições e funções no conselho para fazer uso de sua autonomia e que possa cobrar apoio técnico da EMATER e secretarias da agricultura estadual e municipal.

Fortalecer o CONSEA, por meio de cronograma de reuniões pelo menos as ordinárias a cada três meses e a extraordinária sempre que se fizer necessárias, para o desenvolvimento de ações projetos na segurança alimentar e nutricional a ex: PAA - Programa Aquisição de Alimentos - Compra Direta.

Criar vínculo para troca de ideias de ações conjuntas entre o conselho regional, estadual e nacional da Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 2017, a SEAB, ofertou oficinas para os municípios no intuito de orientá-los no processo de construção/elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Figura 4. Oficina para Elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional – Umuarama.



E neste ano de 2017, o município de Francisco Alves elabora e lança o I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN/2018-2021, aprovado pelas secretarias que compõem a CAISAN, bem como a Comissão Técnica.

Para isso, o município em oficinas conjuntas entre os membros do CONSEA e as Secretarias de Assistência Social, Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Agricultura e Meio Ambiente e também com a área de planejamento e orçamento e apoio do gabinete municipal, discutiram e levantaram indicadores que serão tratados em cada desafio conforme prevê as orientações nacional e estadual, de maneira a possibilitar as estratégias necessárias para os próximos quatro anos.

Figura 5. Curso sobre a Política SAN e oficina para levantamento de indicadores para elaboração do PLAMSAN. Nos dias 25/09, 02 e 26/10.





A implementação do SISAN no município, será um marco histórico que vem ao encontro com a consolidação da intersetorialidade, o fortalecimento do CONSEA e da agricultura familiar e da soberania alimentar, processo este que definirá a materialização da Política de SAN, conseqüentemente promovendo a todos os cidadãos o Direito a Alimentação Adequada e Saudável – DHAA, principalmente aqueles cidadãos que se encontram em insegurança alimentar e nutricional e em condições de vulnerabilidade social.



Capítulo 2

MARCO SITUACIONAL

1 - Aspectos Gerais

O município de Francisco Alves localiza-se no Terceiro Planalto, no Noroeste do Estado do Paraná, distante 70 quilômetros de Umuarama e 650 quilômetros de Curitiba, capital do Estado. Possui uma área de 320,765 quilômetros quadrados, estando a uma altitude média de 339 metros acima do nível do mar e nas coordenadas geográficas: 24° 03' 57" de Latitude Sul e 53° 50' 52" de Longitude W-GR.

O acesso ao Município é garantido por meio das Rodovias: BR-272 e PR-323

Figura 6. Limites do Município



FONTE: IPARDES
NOTA: Base Cartográfica ITCG (2010).

Clima

O clima do município de Francisco Alves é subtropical úmido (Mesotérmico), com média do mês mais quente superior a 30°C e a do mês mais frio inferior a 18°C, sem estação seca definida, verões quentes e geadas pouco frequentes.

Vegetação

O Município possui uma pequena área de reserva natural, não chegando a 0,9% da área total do seu território, composta por uma vegetação característica do clima subtropical. Nela são encontradas madeiras como peroba, cedro, figueira, imbuia, palmito, entre outras.

Relevo e Solo

O Município apresenta relevo levemente ondulado, com declives leves, não prejudicando o desempenho de atividades econômicas, onde pode-se cultivar grandes plantações e utilizar máquinas agrícolas.

O solo é classificado como latossolo vermelho-escuro eutrófico, sendo uma área esculpida em rochas eruptivas básicas, tendo sido o Noroeste capeado com sedimento mesozóico denominado Arenito Caiuá.

Hidrografia

Os principais rios do Município são: Piquiri, Xambrê, Ribeirão das Antas e Ribeirão Encantado.

A bacia hidrográfica conta com algumas nascentes próximas à sede do Município, como é o caso do Córrego Barra Bonita.

Os afluentes do Rio Piquiri são: ao Sul, Córrego das Antas, Barra Bonita, Encantado, entre outros; ao Norte, Rio Xambrê, Córrego Azul, Córrego da Prata, Córrego Sucuri, entre outros.

Limites

Os limites atuais são: ao Norte, com Iporã; ao Sul, com Palotina; a Leste, com Iporã e a Oeste, com Terra Roxa

Figura 7. Municípios limítrofes de Francisco Alves



Fonte: MapLink (Consulta no site www.maplink.uol.com.br, em fevereiro de 2012).

O município é cercado por água em três lados, sendo a oeste, pelo Rio Piquiri, fazendo divisa com município de Terra Roxa; ao sul, também pelo Rio Piquiri, fazendo divisa com o município de Palotina; ao norte, pelo Rio Xambrê, fazendo divisa como município de Iporã e, o lado leste, é cortado pela Estrada Divisora que separa o município de Francisco Alves com o município de Iporã.

2 - Aspectos Histórico do Município

Marcos Históricos

Na região onde hoje situa-se o município, havia uma estrada que ligava a cidade de Maringá a Guaíra, e por onde passava principalmente os carros do exército.

Foi passando por esse caminho, por volta de 1952, que os primeiros colonizadores abriram picadas na mata e iniciaram um pequeno povoado, incentivado pelo principal colonizador de Francisco Alves, Ibrahim Abud Neto.

Inicialmente, foi instalada uma serraria para exploração de madeira que era transportada através do Rio Piquiri. Também havia um pequeno hotel, um

armazém e um bar, surgindo depois uma capela, farmácia, residências e estabelecimentos comerciais.

Nesta época, as dificuldades eram muitas, os meios de transporte eram raros. Algumas pessoas usavam carro-de-boi para levar os doentes até as cidades vizinhas.

Nomeiam-se pioneiros na localidade, além de Ibrahim Abud Neto, as famílias de João Cortez Capel, Leonel Francisco, Maurício Silva, Carlos Pereira da Silva e outros.

Em 1967, o povoado foi elevado à categoria de Distrito Administrativo. Pela Lei Estadual nº 6.314, de 24 de agosto de 1972, sancionada pelo governador Pedro Parigot de Souza, foi criado o município de Francisco Alves, com território desmembrado de Iporã. Naquela época, o Município possuía, além do atual Distrito de Rio Bonito, cinco pequenos Núcleos Comunitários.

O nome da cidade é uma homenagem a Francisco Alves (cantor de reconhecido talento, falecido em um acidente na década de 1950) solicitada pelo cantor Sílvio Caldas, ao colonizador Ibrahim Abud Neto.

A instalação oficial do Município ocorreu em 31 de janeiro de 1977, com a posse de Walter Vargas Gonçalves, como prefeito e Osvaldo Balan, como vice-prefeito.

A Câmara Municipal de Vereadores foi composta pelos seguintes membros: João Batista Tomazini, Carmelito Alves, Lauro Fernandes de Oliveira, Osvaldo Beltramim, Pedro Demetrio Sbaraini, Alfredo Raimundi, Ângelo Paulini, Joaquim Tolovi e Neuso Montovani.

Era comum que as pessoas se referissem ao município de Francisco Alves pela denominação “Chico Viola”, pois tratava-se do carinhoso apelido pelo qual era conhecido o cantor, que também era chamado de “Rei da Voz”.

Em primeiro de janeiro de 1983, assumiu o segundo prefeito, José Delapria, tendo como vice-prefeito, Nelson dos Santos Pereira, eleito pelo voto popular. A Câmara de Vereadores contava com os seguintes membros: Cecílio Ribeiro Coutinho, Osvaldo Beltramim, Osmar Garcia Montanha, Orlando Fávero, Lauro Fernandes de Oliveira, José Carlos Bosco, João Gouveia, Waldomiro Mistura e Cândido Pereira da Silva.

Em primeiro de fevereiro de 1989, foi formada a terceira legislatura, com a posse do prefeito Nelson dos Santos Pereira e do vice-prefeito, Ângelo Paulini. A Câmara de Vereadores foi formada com os seguintes membros: Antônio Luiz Tomazini, Décio Raimundi, Joaquim Palmeira da Costa, Luiz Paulini, Mario Paulini, Nilson Saldeira, Orlando Fávero, Quirino Alves e Sidnei Bressan.

Em primeiro de janeiro de 1993, assumiu para a quarta legislatura, o prefeito José Delapria, tendo como vice-prefeito, Ari Ferreira Braga. A Câmara de Vereadores foi composta pelos seguintes membros: Mario Paulini, José Miguel dos Santos Martins, José Fernandes, Nilson Saldeira, Quirino Alves, Joaquim Palmeira da Costa, Juraci Pereira da Silva, Orlando Fávero e Joaquim Rosa dos Santos.

Em primeiro de janeiro de 1997, assumiu o quinto prefeito, Cilas de Moraes Pereira, tendo como vice-prefeito, Odilon Guedes Bezerra. A Câmara de Vereadores foi composta pelos seguintes membros: Joaquim Palmeira da Costa, Joaquim Rosa dos Santos, Juraci Pereira da Silva, Liomar Mendes Lisboa, Luiz Paulini, Neuso Mantovani, Nilson Saldeira, Oraide Margatto Messias Mansano e Samuel Guedes Bezerra. Nesta gestão, no dia 3 de junho de 1997, o Município perde o seu prefeito Cilas de Moraes Pereira, o vereador Joaquim Palmeira da Costa, a Secretária de Educação, Lúcia Albuquerque do Nascimento e o engenheiro civil, José Ademir Dario, em um acidente automobilístico, no município de Telêmaco Borba, quando dirigiam-se para a capital do Estado.

Em 04 de junho de 1997, o vice-prefeito Odilon Guedes Bezerra assumiu a prefeitura e Carlos Aparecido Sartorelli, a cadeira de Joaquim Palmeira da Costa na Câmara Municipal.

Em primeiro de janeiro de 2001, assumiu para a sexta legislatura municipal, Nelson dos Santos Pereira e Irene da Silva Varjão, ficando a Câmara Municipal composta pelos seguintes membros: Alírio José Mistura, Carlos Aparecido Sartorelli, Douglas Domingues da Costa, Joaquim Rosa dos Santos, Juraci Pereira da Silva, Liomar Mendes Lisboa, Nilson Saldeira (assassinado no dia 9 de junho de 2002), Neuso Mantovani, Rubens Eugênio dos Santos e Valdir Salles do Nascimento.

Em primeiro de janeiro de 2005, assumiu para a sétima legislatura municipal, Valter César Rosa e Roberto Ferreira Niero, como vice-prefeito. A Câmara Municipal ficou composta pelos seguintes membros: Alírio José Mistura, Douglas Domingues da Costa, Izael de Paulo da Silva, Joaquim Rosa dos Santos, Juraci Pereira da Silva, Liomar Mendes Lisboa, Miguel Arcanjo dos Santos, Rubens Eugênio dos Santos e Sivanir de Oliveira.

Em primeiro de janeiro de 2009, foram reeleitos para exercer a oitava legislatura, Valter César Rosa e Roberto Ferreira, sendo a Câmara Municipal composta pelos seguintes membros: Rubens Eugênio dos Santos, Alírio José Mistura, Dário Aparecido de Nigro, Douglas Domingues da Costa, José da Silva, Juraci Pereira da Silva, Maria Rosa Tolovi Ferrari, Miguel Arcanjo dos Santos e Rosangela Onofre.

Em primeiro de janeiro de 2013, foram eleitos para exercer a nona legislatura, Alírio José Mistura e José da Silva, como vice-prefeito, ficando a Câmara Municipal composta pelos seguintes membros: Dário Aparecido de Nigro, Douglas Domingues da Costa, Juliano Vaz de Almeida, Juraci Pereira da Silva, Joaquim Rosa dos Santos, Marcilio Zandonadi, Marcos Eduardo Trindade da Silva, Rosangela Onofre e Rubens Eugênio dos Santos.

Em primeiro de janeiro de 2017, foram eleitos para exercer a nona legislatura, Alírio José Mistura e José da Silva, como vice-prefeito, ficando a Câmara Municipal composta pelos seguintes membros: Rubens Eugênio dos Santos – Presidente da Câmara, Miguel Arcanjo dos Santos, Dário Aparecido de Nigro,

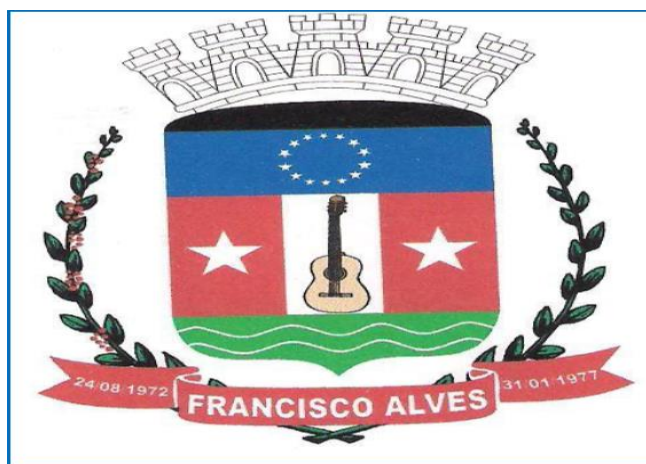
Liomar Mendes Lisboa, Maria Rosa Tolovi Ferrari, Juliano Vaz de Almeida, Valtair Jacinto da Silva, Valdemir Terceiro Chamorro e Marcio Renato da Silva.

Símbolos Municipais

Os símbolos municipais de Francisco Alves (Brasão, Bandeira e Hino) foram instituídos por meio da Lei Municipal nº 001/77, de 03 de fevereiro de 1977.

O Brasão de Armas e a Bandeira foram idealizados e executados pelo vexilólogo e heraldista, Professor Arthur Luponi.

Figura 8. Brasão Municipal



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2015

Figura 9. Bandeira Municipal



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2015.

O Brasão de Armas é composto por:

- um escudo de formato “Samnítico” (ou francês moderno);
- uma coroa mural, de cinco torres visíveis, em metal prata, com os portões e janelas de preto (ou sable);
- suportes, à direita, um ramo de café e à esquerda, um ramo de soja, ambos frutificados;
- uma coroa centrada, abaixo da coroa mural, de doze estrelas de prata, cingindo a monograma de AVE MARIA é simbolizando a mãe de Deus, invocada sobre o nome de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do município;
- três palas: figurada no centro da primeira pala, uma estrela de cinco pontas, em metal prata, representando simbolicamente o colonizador do município, Ibrahim Abud Neto; no centro da terceira pala, uma outra estrela simbolizando os quatro pioneiros desbravadores do município: João Cortez Capel, Leonel Francisco, Maurício Silva e Carlos Pereira da Silva;
- um violão, posto no centro da segunda pala, simbolizando o cantor popular Francisco Alves, cujo nome foi dado ao município em sua homenagem;
- duas faixas estreitas, sinuosas, em metal prata, representando simbolicamente os dois principais rios que banham o município: o Piquiri e o Xambrê;
- um listel, em vermelho com o topônimo FRANCISCO ALVES, em caracteres maiúsculos e em metal prata. Na ponta em flâmula, à direita, a abreviatura cronológica “24-8-1972”, indica a data da criação do Município; e à esquerda, a abreviatura cronológica “31-1-1977” indica a data oficial de sua instalação, com a posse do primeiro Prefeito Municipal, Sr. Walter Vargas Gonçales, eleito em 15 de novembro de 1976.

O Hino do Município, composto pelo Maestro Sebastião Lima, é formado pelas seguintes estrofes:

Às margens do Rio Piquiri,
Uma clareira altissonante foi aberta,
Pois esta terra tão linda onde nasci
Surgiu exuberante em cívica oferta

Meu berço querido de matas colossais
Emoldurado por verdes cafezais
Francisco Alves da viola seresteira
Glória da música popular

Que vive na saudade brasileira
Suas belas canções não iremos olvidar
Neste chão de riquezas mil
O seu vulto para sempre ficará

Na homenagem de um povo gentil
Perenizado nesse imenso Paraná
Aceite esse hino mensageiro
Nosso sincero e grande amor

Que o seu nome seja sempre o primeiro
Lembrando a todos nós seu talento e valor
Francisco Alves meu amado rincão
Serás eterno em meu coração.

(Fonte: Prefeitura Municipal de Francisco Alves, 2015.)

3 - Aspectos Populacionais e Socioeconômicos

O fluxo migratório do Município é predominante dos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A população total do município em 2000, segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 6.956 habitantes, dos quais 4.110 moravam na zona urbana e 2.846 na zona rural.

Neste ano, a divisão da população por faixa etária encontrava-se da seguinte forma:

- População de 0 a 14 anos: 1.171 na zona urbana e 773 na zona rural;

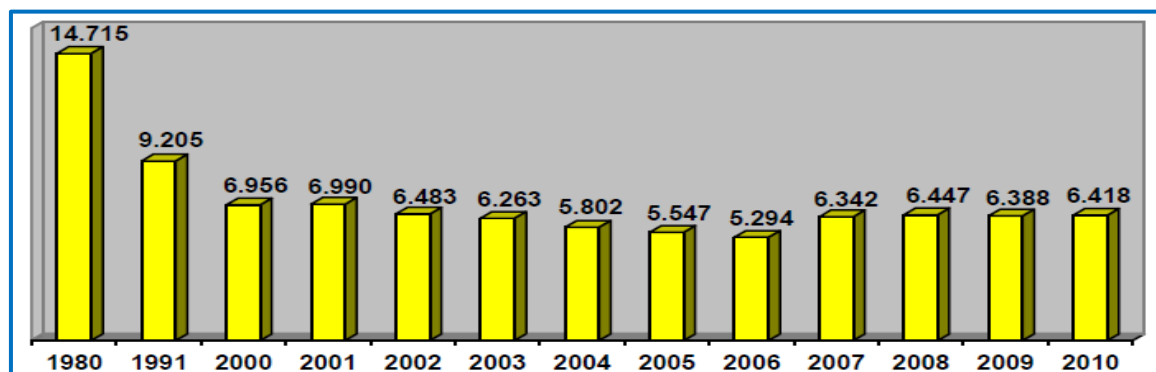
- População de 15 a 64 anos: 2.535 na zona urbana e 1.871 na zona rural;
- População acima de 65 anos: 404 na zona urbana e 202 na zona rural.

De acordo com o censo de 2007, realizado pelo IBGE, a população recenseada e estimada de Francisco Alves foi de 6.342, mostrando uma queda em relação ao censo de 2000.

Entre 2000 e 2010, a população de Francisco Alves cresceu a uma taxa média anual de -0,80%. Nesta década, a taxa de urbanização do Município passou de 59,09% para 65,97%. Em 2010 viviam, no município, 6.418 pessoas.

O gráfico a seguir mostra a evolução da população do município a partir do censo de 1980 até o censo de 2010.

Gráfico 1. População recenseada e estimada, segundo o IBGE, 1980/2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Estimativas.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, de 2000 era de 0,576, computando-se uma população alfabetizada de 80% e 60% economicamente ativa. Aproximadamente 20% dessa população tinha renda superior a três salários mínimos, na economia formal ou informal.

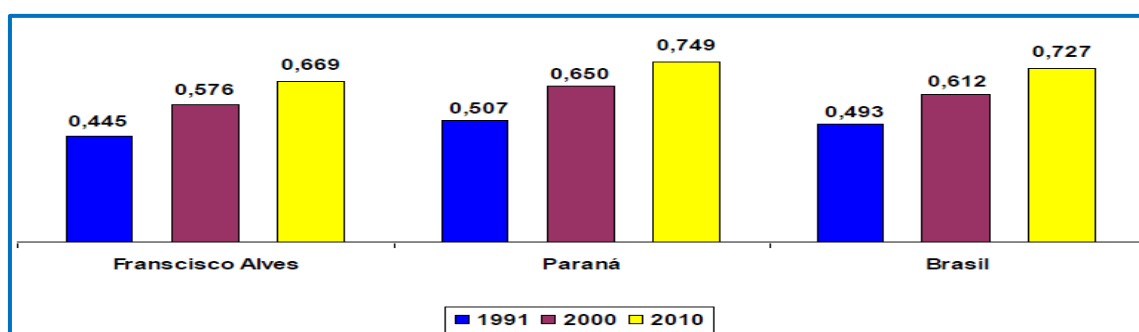
O IDHM passou de 0,576 em 2000 para 0,669 em 2010, uma taxa de crescimento de 16,15%. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,113), seguida por Renda e por Longevidade.

Tabela 1. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991/2010

Ano	Francisco Alves	Paraná	Brasil
1991	0,445	0,507	0,493
2000	0,576	0,650	0,612
2010	0,669	0,749	0,727

Fonte: PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano (Consulta no site www.pnud.org.br, em abril de 2009).

O gráfico a seguir apresenta as diferenças de resultado de crescimento bruto do IDHM, em pontos percentuais de Francisco Alves frente ao estado do Paraná e ao Brasil.

Gráfico 2. Evolução do IDHM de Francisco Alves, do Paraná e do Brasil, 1991/2010

Fonte: PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano (Consulta no site www.pnud.org.br, em abril de 2009).

Tabela 2. Informações Gerais

População Censitária Total (IPARDES- Projeção das Populações Municipais 2017)	6.418 Habitantes
Densidade Demográfica (IPARDES/2015)	19,90 (Hab/Km ²)
Nº de Domicílios Total (IBGE/2010)	Zona Urbana - 1.399 Zona Rural - 688
Grau de Urbanização (IBGE/2010)	65,97%
Renda Média Domiciliar Per Capita	R\$ 506,60

(IPARDES/2010)	
Produto Interno Bruto Per Capita (IPARDES/2013)	R\$ 19.232,00
População Economicamente Ativa (IBGE/2010)	3.105

Fonte: IPARDES/SUBPLAN/Informações municipais para planejamento institucional/2017



Tabela 3. Índice de Desenvolvimento Humano (DHM) - 2010

Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)	0,669
- IDHM – Longevidade	0,786
- Esperança de vida ao nascer:	72,16 anos
- IDHM – Educação	0,570
- Escolaridade da população adulta	0,36
Fluxo escolar da população jovem (Frequência escolar)	0,71
- IDHM – Renda:	0,669
- Renda per capita: R\$ 1,00	512,87
- Classificação na unidade da federação:	325
- Classificação nacional:	2.691

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, IPEA, FJP NOTA: Os dados utilizados foram extraídos dos Censos Demográficos do IBGE. (1) O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto e 0,800 e mais - muito alto.

Tabela 4. Arrecadação do ICMS (100%), por município de origem do contribuinte - Paraná - 2014

CIDADE	2.014
Umuarama	69.723.000,32
Cianorte	45.826.896,57

Douradina	11.358.741,98
Pérola	8.902.043,81
Iporã	8.896.567,26
Cruzeiro do Oeste	4.671.197,40
Tapejara	3.290.071,18
Japurá	2.832.576,60
São Tomé	2.353.684,16
Cidade Gaúcha	1.134.591,34
Rondon	949.684,52
São Jorge do Patrocínio	920.471,57
Tapira	798.238,08
Altônia	554.835,62
Icaraíma	495.834,44
Alto Piquiri	488.610,34
Perobal	457.775,50
Xambrê	357.233,97
Tuneiras do Oeste	238.365,93
Jussara	220.220,90
Ivaté	182.512,19
Mariluz	139.451,73
Alto Paraíso	124.868,60
Francisco Alves	82.908,98
Nova Olímpia	63.772,08
Maria Helena	39.556,02
Esperança Nova	28.340,18
São Manoel do Paraná	22.549,48
Cafezal do Sul	16.423,66
Indianópolis	14.759,50
Brasilândia do Sul	8.869,36
Guaporema	6.919,46

Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM)

Tabela 5. Rendimento médio declarados na RAIS - 2014

CIDADE	RENDA 2014 - Ipardes	RANKING PR
Douradina	2291,97	1
Ivaté	1716,97	2
Jussara	1659,94	3

Cidade Gaúcha	1614,18	4
Cianorte	1611,13	5
Tapejara	1586,16	6
Brasilândia do Sul	1583,51	7
Umuarama	1569,39	8
Rondon	1549,59	9
São Tomé	1548,84	10
Indianópolis	1505,11	11
Cruzeiro do Oeste	1491,56	12
Alto Paraíso	1472,35	13
Mariluz	1431,66	14
Alto Piquiri	1409,99	15
Pérola	1379,41	16
Icaraíma	1359,49	17
Japurá	1349,65	18
Perobal	1345,89	19
São Manoel do Paraná	1330,08	20
São Jorge do Patrocínio	1319,77	21
Tuneiras do Oeste	1319,75	22
Guaporema	1314,56	23
Iporã	1311,52	24
Cafezal do Sul	1295,58	25
Francisco Alves	1291,98	26
Esperança Nova	1257,86	27
Tapira	1250,36	28
Altônia	1242,01	29
Nova Olímpia	1225,04	30
Maria Helena	1206,95	31
Xambrê	1109,28	32

Fonte: TEM – RAIS (IPARDES) 31/12/2014 /AMERIOS

Tabela 6. Contagem da população segundo faixa etária - 2013

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
1 a 4	185	163	348
5 a 9	254	222	476
10 a 14	265	251	516

15 a 19	337	284	621
20 a 39	771	811	1582
40 a 49	472	443	915
50 a 59	337	421	761
60 a 79	482	484	966
80 anos acima	83	65	148
Total	3.224	3.194	6.418

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

Tabela 7. Identificação da população - 2010

Tipo de domicílio	PIA (10 anos e mais)	PEA (10 anos e mais)	População Ocupada
Urbano	3.614	1.984	1.833
Rural	1.898	1.120	1.080
Sexo			
Masculino	2.748	1.806	1.726
Feminino	2.764	1.298	1.187
Total	5.512	3.105	2.913

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

NOTA: A soma das parcelas por sexo e/ou tipo de domicílio, podem diferir do total.

Tabela 8. População Urbana e Rural e sexo

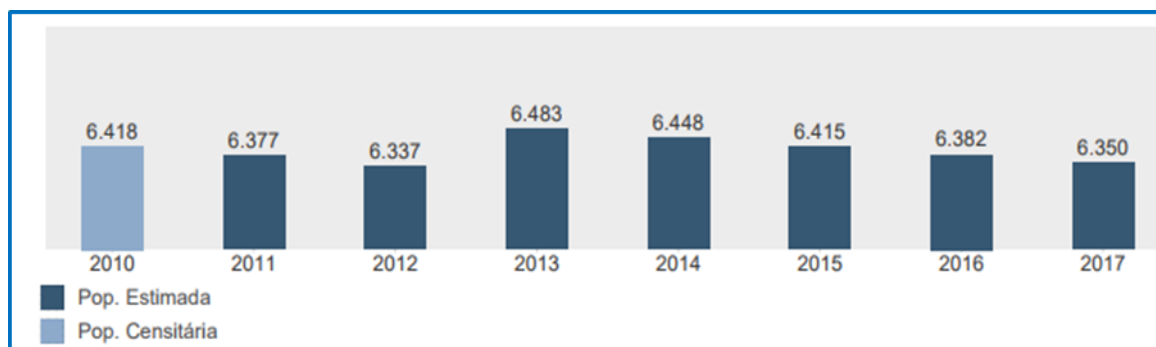
População	Masculina	Feminina	Total
Urbana	2.083	2.151	4.234
Rural	1.141	1.043	2.184
Total	3.224	3.194	6.418

Fonte: IPARDES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo Demográfico - 2010.

Histórico Demográfico

Apresenta a evolução do n.º de habitantes, considerando os dados do último Censo e de estimativas realizadas para os demais anos.

Fonte: IBGE.

Gráfico 3. Histórico Demográfico**Densidade Demográfica**

Mostra como a população se distribui pelo território, sendo determinada pela razão entre a população e a área de uma determinada região. É um índice utilizado para verificar a intensidade de ocupação de um território.

Fonte: IPARDES.

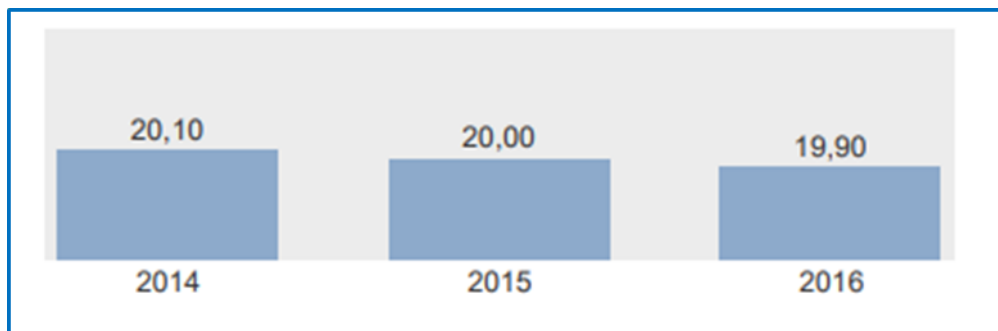
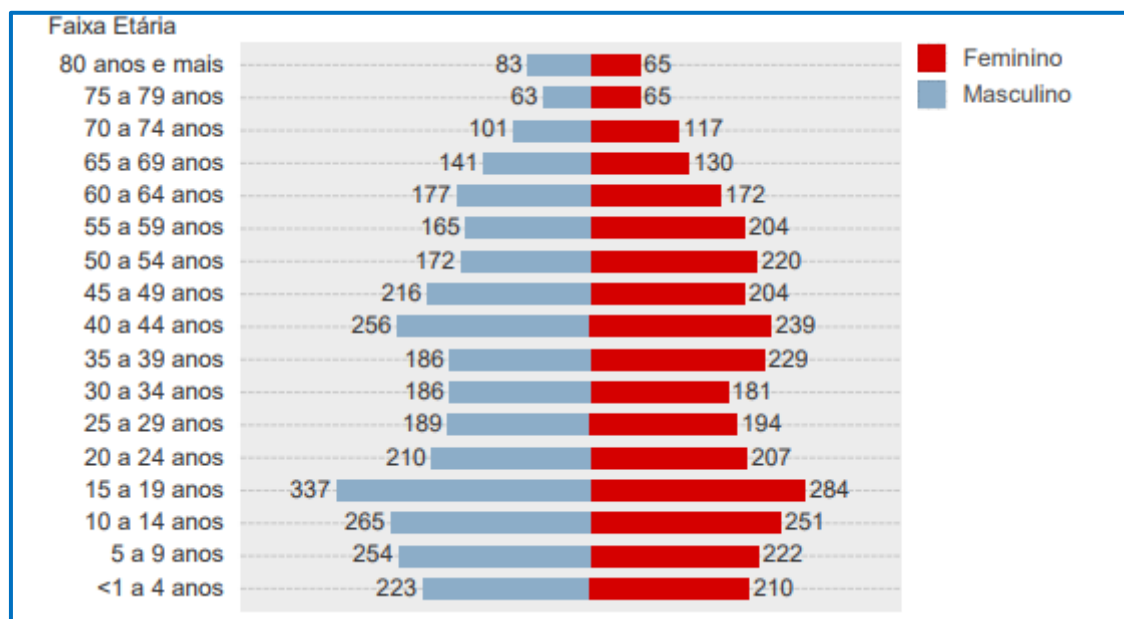
Gráfico 4. Densidade Demográfica (hab/km²)**Pirâmide Etária**

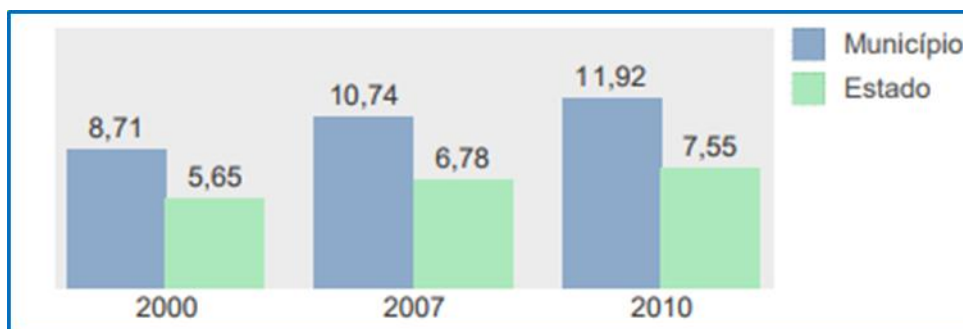
Gráfico organizado para classificar a população censitária do município conforme as faixas de idade, dividindo-as por sexo.

Fonte: IBGE.

Gráfico 5. Pirâmide Etária – 2010**Taxa de Envelhecimento**

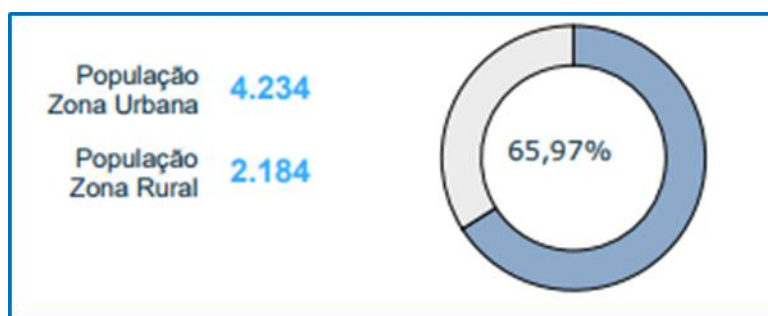
Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população total.

Fonte: IPARDES.

Gráfico 6. Taxa de Envelhecimento (%)**Grau de Urbanização**

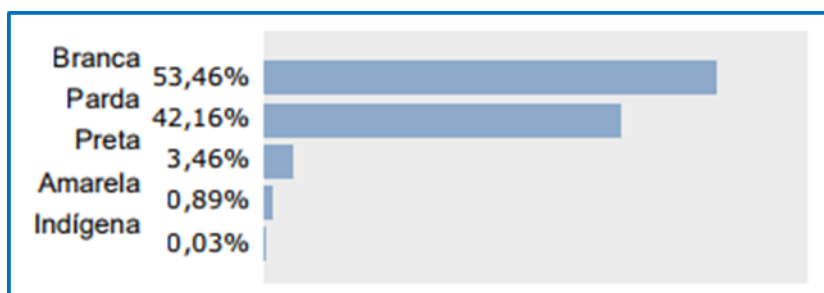
Indica a proporção da população total que reside em áreas urbanas, segundo a divisão político-administrativa estabelecida pelas administrações municipais.

Fonte: IBGE

Gráfico 7. Grau de Urbanização – 2010**População segundo a Cor/Raça**

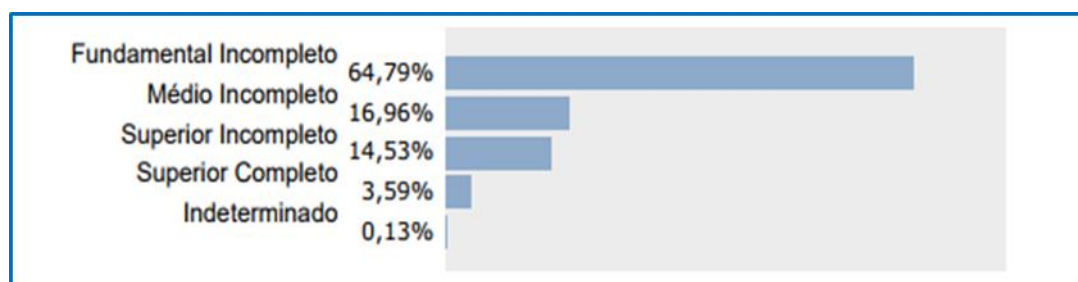
Distribuição da população do município segundo a cor/raça.

Fonte: IBGE.

Gráfico 8. População segundo a Cor/Raça – 2010**Perfil da População / Nível de Instrução**

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução. A classificação segundo o nível de instrução foi obtida em função das informações da série e nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o vigente.

Fonte: IBGE.

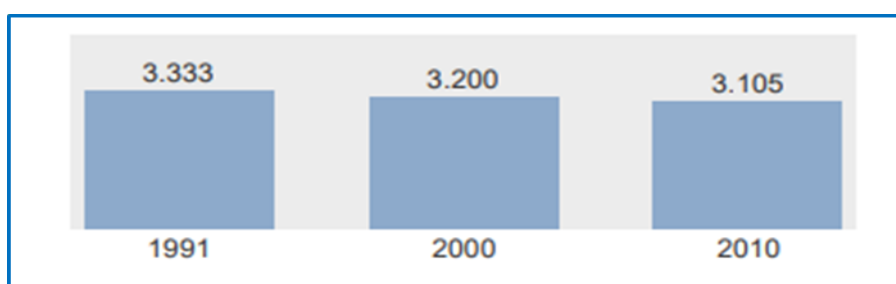
Gráfico 9. Perfil da População / Nível de Instrução

População Economicamente Ativa

Subgrupo da população em idade ativa integrado pelas pessoas que estavam desenvolvendo alguma atividade de forma contínua e regular ou, por não estarem ocupadas, se encontravam procurando trabalho no período de referência, tendo, para isto, tomado medidas concretas de procura. Inclui-se ainda o exercício do trabalho precário. Em resumo, é a conjunção de ocupados e desempregados.

Fonte: IBGE.

Gráfico 10. População Economicamente Ativa



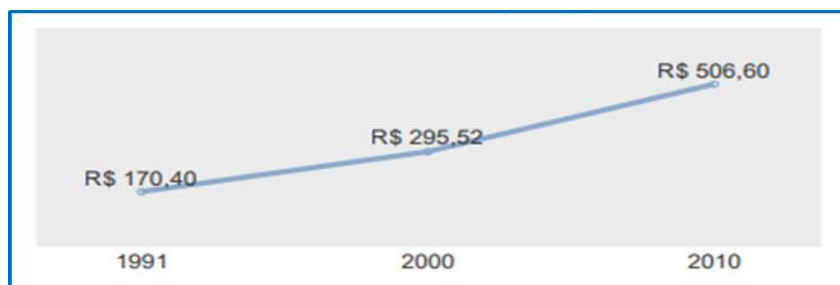
Renda Média Domiciliar per Capita

Média das rendas domiciliares per capita das pessoas residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

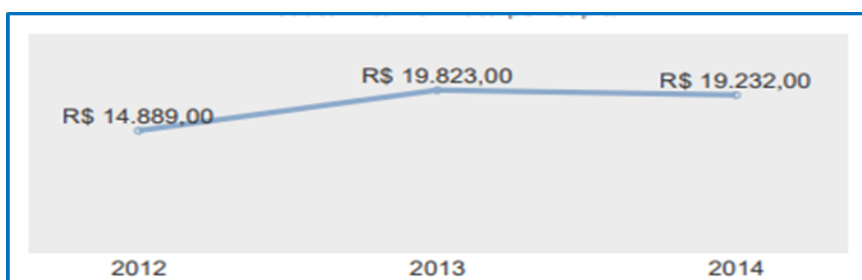
Considerou-se como renda domiciliar per capita a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores.

O salário mínimo do último ano para o qual a série está sendo calculada torna-se a referência para toda a série. Esse valor é corrigido para todos com base no INPC de julho de 2010, alterando o valor da linha de pobreza e conseqüentemente a proporção de pobres. O valor de referência, salário mínimo de 2010, é de R\$ 510,00.

Fonte: IPARDES.

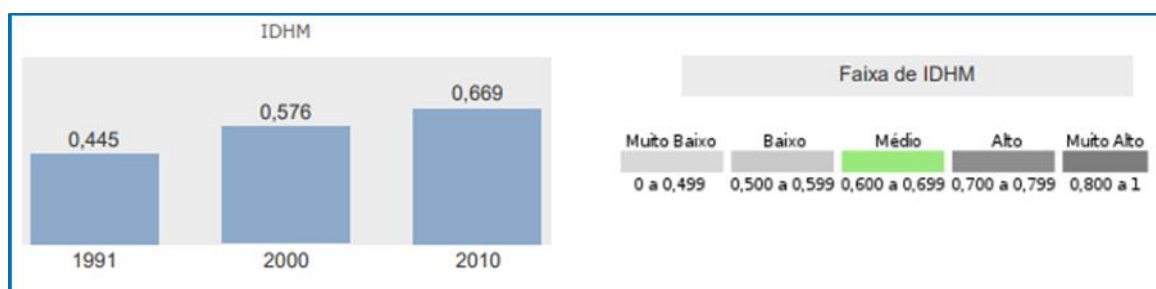
Gráfico 11. Renda Média Domiciliar per Capita**Produto Interno Bruto per Capita**

PIB per Capita - corresponde ao valor do PIB global dividido pelo número absoluto de habitantes de um país, região, estado ou município. Fonte: IPARDES.

Gráfico 12. Produto Interno Bruto per Capita**Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM**

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

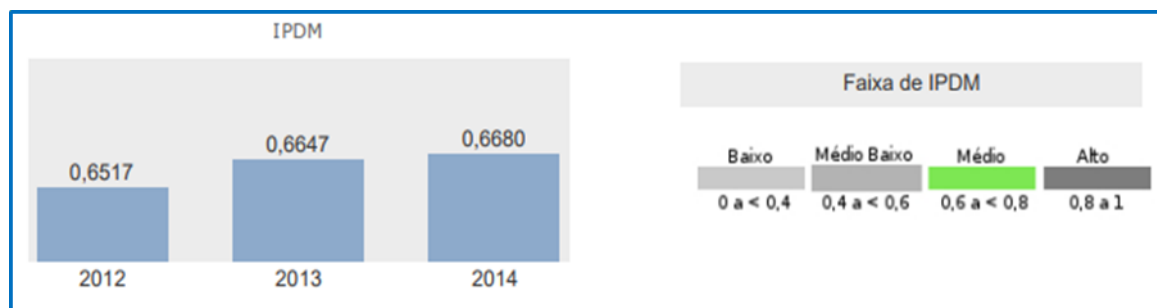
Fonte: IPEA / PNUD / FJM

Gráfico 13. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

Índice Iparades de Desempenho Municipal - IPDM

O Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) procura avaliar a situação dos municípios paranaenses, considerando, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social, a saber: a) emprego, renda e produção agropecuária; b) educação; e c) saúde. Na construção do índice da dimensão Saúde são usadas as variáveis: número de consultas pré-natais; óbitos infantis por causas evitáveis, e óbitos por causas mal definidas. Na educação, as seguintes variáveis: taxa de matrícula na educação infantil; taxa de abandono escolar (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano e ensino médio); taxa de distorção idade-série (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano e ensino médio); percentual de docentes com ensino superior (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano e ensino médio); resultado do IDEB (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano e 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano). E na dimensão Emprego, Renda e Produção Agropecuária as variáveis relacionadas ao salário médio, ao emprego formal e à renda da agropecuária. Fonte: IPARDES.

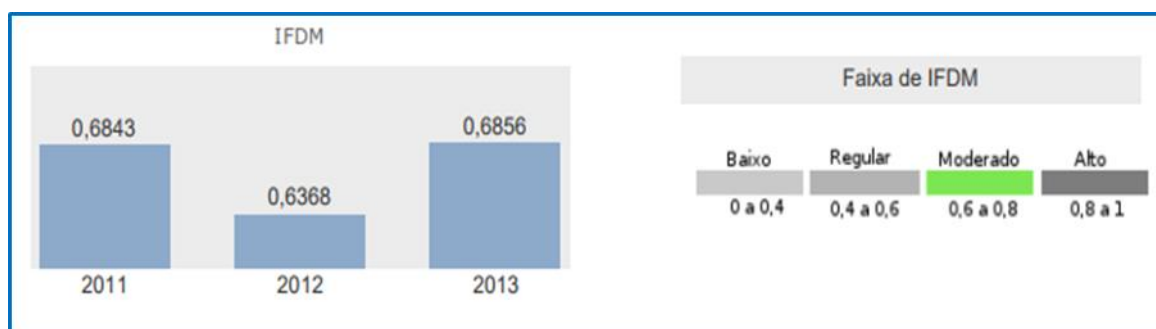
Gráfico 14. Índice Iparades de Desempenho Municipal - IPDM



Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM

O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

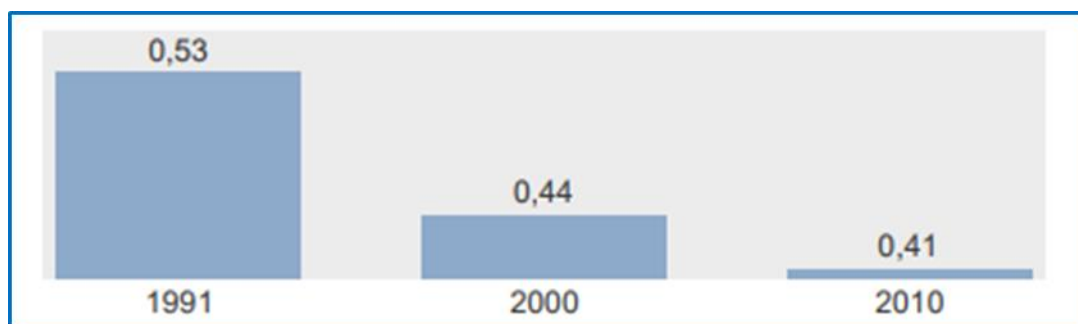
Fonte: FIRJAN - Edição 2015.

Gráfico 15. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM

Índice de Gini

Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1 (um), quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Fonte: IPARDES.

Gráfico 16. Índice de Gini

A economia no município está baseada na agricultura e na pecuária, com destaque para a produção de milho, soja e leite.

O setor industrial é representado por indústrias de transformação e confecções.

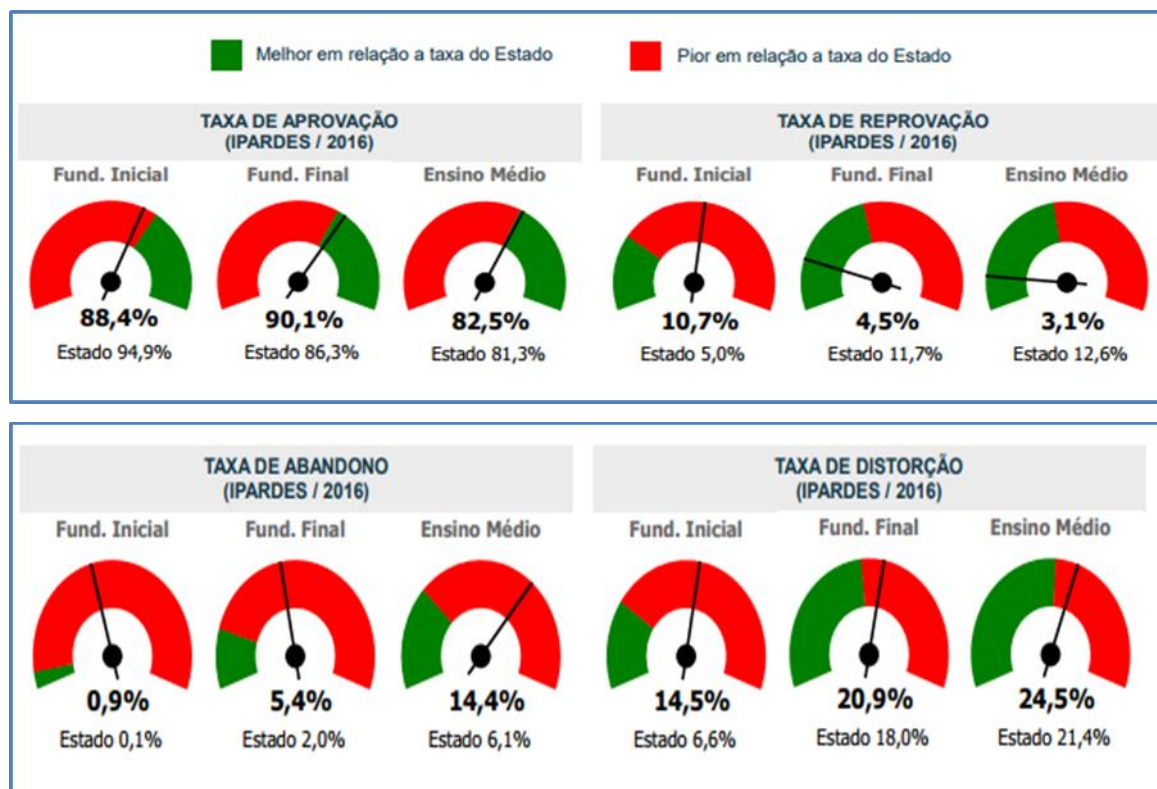
Existem cerca de 220 empresas (100% encaixam-se em micro e pequenas empresas), sendo que a cada dez empresas, quatro são informais, ou seja, não estão registradas nos órgãos competentes. Em torno de 91% das empresas são

do setor terciário (comércio e serviços). As empresas públicas representam 15% da força econômica do Município.

A indústria representa 4% da economia, a agropecuária representa 33% e o setor de comércio e serviços representa 63%.

4 - Aspectos Educacionais, Culturais, Esportivos e Lazer

O Sistema Educacional Brasileiro compreende três etapas da Educação Básica: a educação infantil (para crianças de zero a 5 anos), o ensino fundamental (para alunos de 6 a 14 anos) e o ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos). Municípios e estados devem trabalhar de forma articulada para oferecer o ensino fundamental. Já o ensino médio, com duração de três anos, é de responsabilidade dos estados. O ensino fundamental é obrigatório. Isso significa que toda criança e adolescente entre 6 e 14 anos deve estar na escola, sendo obrigação do Estado oferecer o ensino fundamental de forma gratuita e universal, conforme Lei Federal, nº 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.



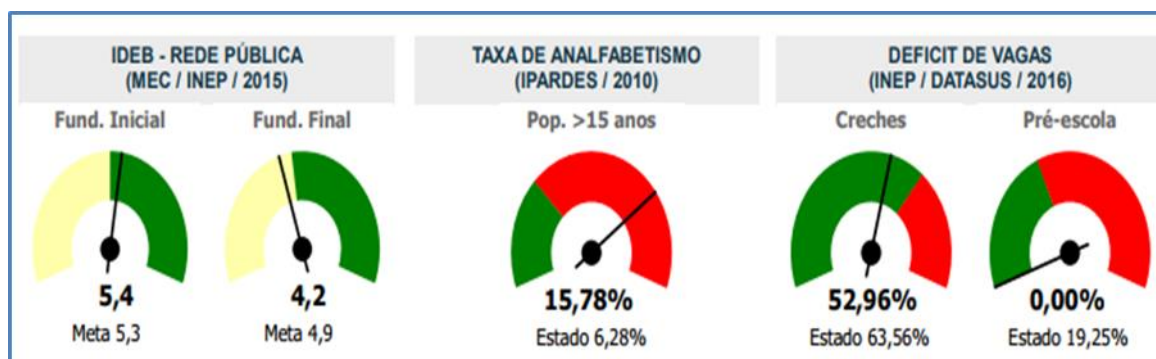


Tabela 9. Instituições de ensino que ofertam a educação infantil, - 2017

Nome Escola	Rede de Ensino	Nº alunos atendidos
Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida	Municipal	185
Centro Municipal de Educação Infantil Pedacinho do Céu	Municipal	80
Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe de Rio Bonito	Municipal	33

Fonte: Setor administrativo das instituições de ensino, 2017.

Tabela 10. Instituições de ensino que ofertam o ensino fundamental, - 2017

Nome Escola	Rede de Ensino	Nº alunos atendidos
Escola Municipal do Campo Dionísio Pedrini	Municipal	68
Escola Municipal Glória Xavier de Mendonça	Municipal	71
Escola Municipal Professor Júlio Levino Rodrigues	Municipal	466
Escola Estadual do Campo Padre Antônio Vieira	Estadual	57
Escola Estadual do Campo do Bairro Catarinense	Estadual	85
Colégio Estadual Vicente Tomazini	Estadual	560

Fonte: Setor administrativo das instituições de ensino, 2017.

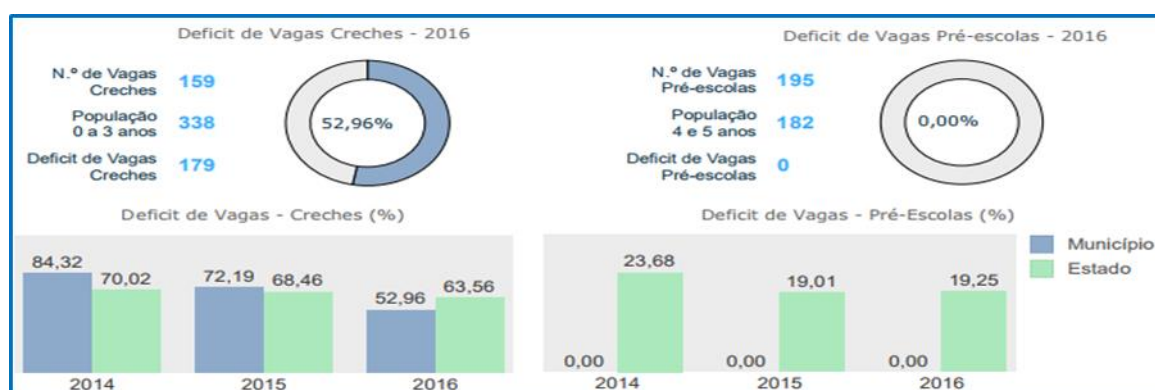
Tabela 11. Oferta da EJA no Município, 2017

Programas /Cursos	Local	Nº alunos atendidos
EJA Fase I	Escola Municipal Professor Júlio Levino Rodrigues	22
EJA Fase II	Colégio Estadual Vicente Tomazini	70

Fonte: Setor administrativo das instituições de ensino, 2017.

Déficit de Vagas - Creches e Pré-escola

A EC/59, aprovada em novembro de 2009, estabelece a obrigatoriedade de ensino para crianças de 4 e 5 anos, que deverá ser atendida pelos gestores municipais até 2016. Fonte: matrículas INEP; população estimada DATASUS. Nota: Foi fixada a projeção intercensitária de 2012, segundo faixa etária, do DATASUS para cálculos referentes aos anos de 2014, 2015 e 2016.

Gráfico 17. Déficit de Vagas - Creches e Pré-escola

Desempenho Escolar

Percentual de alunos matriculados considerados aprovados, reprovados ou desistentes. A situação de desistência (abandono) é caracterizada por alunos, matriculados em determinada série, que deixam de frequentar a escola durante o ano letivo.

Fonte: IPARDES

Gráfico 18. Desempenho Escolar**Taxa de Distorção Idade X Série**

Proporção de alunos nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e médio, com idade superior a recomendada às etapas do sistema de ensino básico.

Fonte: IPARDES.

Gráfico 19. Taxa de Distorção Idade X Série

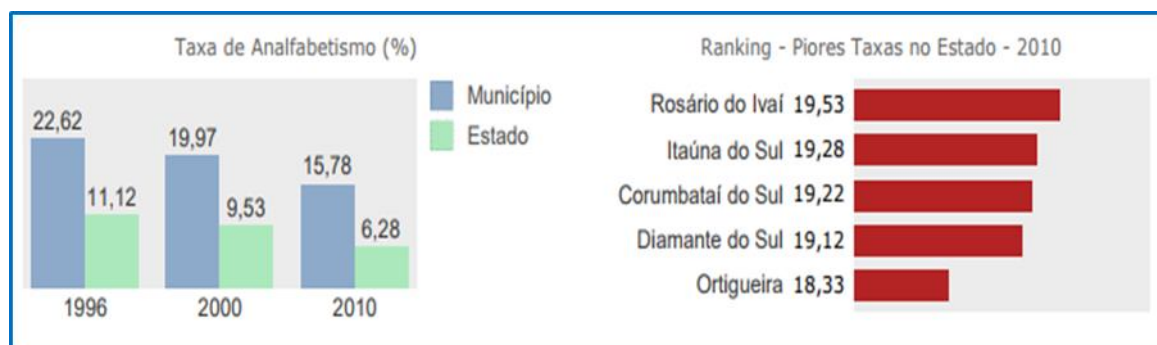
Taxa de Analfabetismo

É o percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária. Considera-se, aqui, a faixa etária de 15 anos ou mais, isto é, o analfabetismo avaliado acima da faixa etária onde, por lei, a escolaridade seria obrigatória.

Consideraram-se como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam o próprio nome, incluindo as que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram.

Fonte: IPARDES.

Gráfico 20. Taxa de Analfabetismo

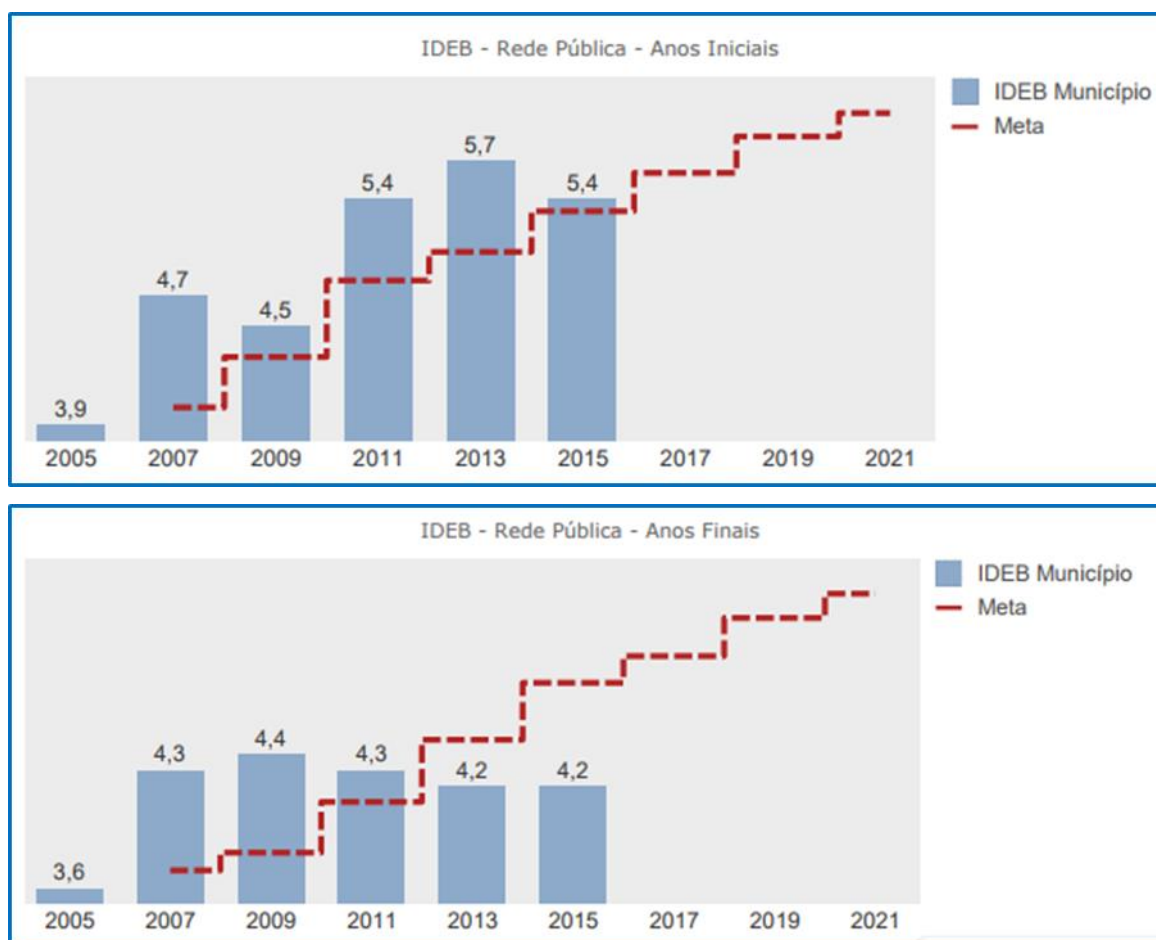


IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e a Prova Brasil.

O índice foi criado em 2007 e tem divulgação de forma bienal. Foram fixadas metas até o ano de 2021, no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, eixo do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), implementado pelo Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007.

Fonte: MEC / INEP

Gráfico 21. IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

-Evasão escolar: 1,16%

-Detenção escolar/repetência: 10,86%

-Números de crianças fora da escola/educação infantil: Não tem

Tabela 12. Taxa de analfabetismo segundo faixa etária – 2010

Faixa Etária (Anos)	Taxa (%)
De 15 ou mais	15,78
De 15 a 19	0,48
De 20 a 24	2,16
De 25 a 29	1,83
De 30 a 39	4,60
De 40 a 49	12,13
De 50 e mais	33,17

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Foi considerado como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam o próprio nome, incluindo as que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram

-Programas:

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): Destina recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas da Educação Básica, recurso utilizado com custeio e capital.

Programa Novo Mais Educação: Trabalha reforço escolar, artesanato, jogos e oficinas de leitura.

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): Programa que fornece livros didáticos para os alunos.

Programa Saúde na Escola (PSE): São realizadas atividades diversas nas instituições escolares, após realizadas são lançadas no sistema do SIMEC.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): No município são gastos 30% do recurso, para compra de alimentos produzidos pelos agricultores da agricultura familiar.

Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE): São recursos recebidos do governo federal para ajudar no transporte escolar.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): Programa que capacita os professores da educação infantil, 1º ao 3º de Ensino Fundamental e o Programa Novo mais Educação.

Programa Brasil Carinhoso: Recurso recebido do governo federal para ajudar no custeio das creches.

Programa Municipal na Rede Escolar de Alimentação Especial: Objetivo é realizar o controle alimentar em relação as dietas especiais, quando a criança

apresenta alguma doença (diabetes, intolerância ao glúten e a lactose, alergias alimentares entre outras). A criança que apresenta alguns desses sintomas no qual os pais apresentam a receita médica com diagnóstico da doença é oferecido dieta especial com acompanhamento da nutricionista.

Programa a União Faz a Força (Convênio SICREDI e Prefeitura municipal): É um programa que será implantado no município no ano de 2.018, no momento só foi assinado o termo de adesão junto ao SICREDI.

-Projetos:

Projeto Agrinho: É um projeto que tem como parceiro o SENAR (convênio entre SENAR e prefeitura municipal). Os professores recebem do SENAR material didático e treinamento. Já os alunos recebem material didático com atividades desenvolvidas em sala de aula. São trabalhados temas diversos com os alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Projeto Cooperjovem (Convênio Cvale e Prefeitura municipal): É um programa onde os professores do 4º ano recebe treinamento e material de apoio para trabalharem em sala de aula o tema Cooperativismo com os educandos.

Atividade realizadas em segurança alimentar e nutricional

Figura 10. Palestra Alimentação Saudável Famílias Assistência Social.



Figura 11. Palestra - Alimentação Saudável com Alunos Ensino Fundamental.



Figura 12. Aula Alimentação Saudável - Ensino Fundamental.



Figura 13. Palestra com Pais de Alunos Alimentação Saudável, Balanceada e Equilibrada.



Figura 14. Pesagem e Avaliação Nutricional.



Figura 15. Reunião com Produtores Rurais do Projeto 30% e PAA.



Figura 16. Oficina de Alimentação Saudável aos alunos, (Lanche Salada de Frutas).

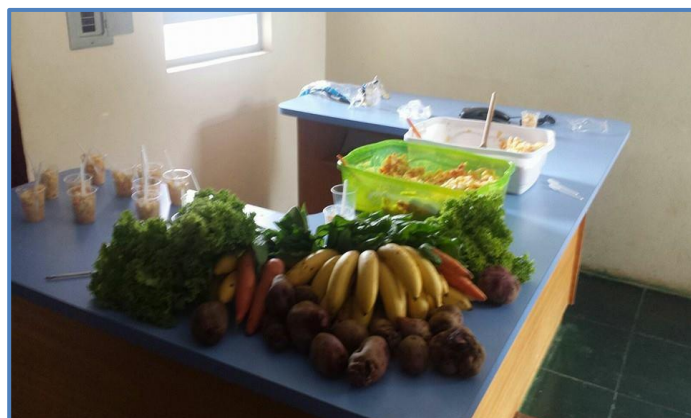


Figura 17. Capacitação com os Funcionários da Educação.



Figura 18. Oficina Marechal Cândido Rondon sobre Alimentação.



Figura 19. Reunião Inclusão do Peixe na Merenda Escolar, Educação e Produtores Rurais.



Figura 20. Capacitação Conselheiros Alimentação Escolar Cascavel.



Figura 21. Palestra com as Gestantes sobre Alimentação Saudável, Saúde e Educação.



Figura 22. Aula Alimentação Saudável Alimentos Reguladores.



Figura 23. Palestra Hiperdia - Saúde.



Figura 24. Teatro CMEI Conhecimento das Frutas e Verduras (Creche)





Figura 25. Dieta Especial Alunos com Doenças Relacionadas a Alimentação, Intolerância a Lactose e Diabetes, Etc

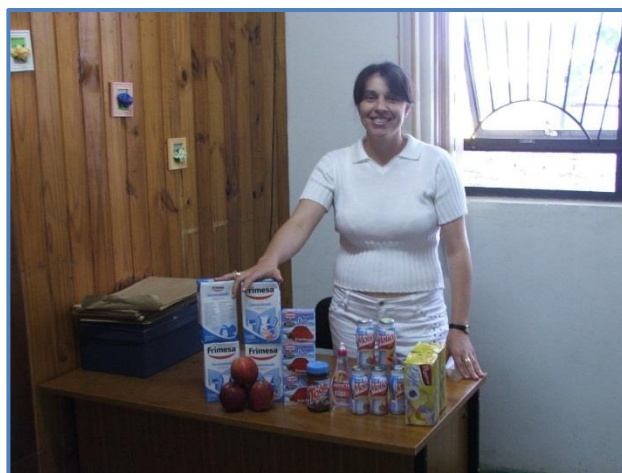


Figura 26. Cardápio Variado, Bolo de Chocolate com Morangos



Figura 27. Aula de Culinária D.V.



Principais Eventos Culturais

Folia de Reis: o feriado de 06 de janeiro foi instaurado no município através da Lei nº 518/2005, em comemoração à Folia de Reis, com o objetivo de resgatar a tradição desta festa.

Queima de fogos: no dia 31 de dezembro, o município realiza uma grande queima de fogos na praça municipal. O evento atrai visitantes de outros municípios e a cada ano ganha mais popularidade e torna-se cada vez mais elaborada.

Festa da Matriz: a festa acontece no dia 12 de outubro, em comemoração à Padroeira do Município, Nossa Senhora da Aparecida.

Festa do Peão de Francisco Alves: a festa acontece no mês de dezembro, reunindo peões de várias regiões do Estado.

Festas Juninas: todas as instituições de ensino do Município, tanto da rede municipal como estadual, realizam as festas juninas, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, envolvendo, além dos alunos, a comunidade em geral. No Bairro Palmital, pequeno Centro Comunitário Rural do município, é realizado o “Arraiá do Parmitá”. Esta festa, já é tradição do local, vem sendo realizada por seis anos consecutivos, organizada pela própria comunidade local.

Cavalgada: realizada por pessoas ligadas à criação de gado e à realização da Festa do Peão. Tem como objetivo resgatar a cultura dos boiadeiros.

São realizadas nas ocasiões das datas e épocas festivas eventos, onde são ofertadas ações programadas com palestras, oficinas, campanhas educativas e atividades diversas:

Dia da mulher;

Semana Santa;

Dia do Índio;

Descobrimento do Brasil;

Dia do Tiradentes;

Dia das mães;

Programa férias saudável;

Dia dos pais;

Dia do soldado;

Dia da independência;

Dia da criança;

Semana mundial da alimentação;

Proclamação da república;

Carnaval;

Aniversário da cidade;

Descobrimento do Brasil;

Principais Eventos Esportivos:

O esporte municipal restringia-se ao futebol, mas à medida que outras modalidades foram surgindo nas escolas, o esporte municipal também evoluiu, passando a desenvolver outras modalidades, como o futsal e o handebol.

Com o incentivo dado ao handebol, o município tem-se destacado em muitas competições.

Em 2006, obtive os seguintes resultados:

- Jogos da Juventude do Paraná, realizado no município de Pato Branco, ficou em quarto lugar;
- Categorias de base: Sub 12 masculino, campeão paranaense no município de Santa Helena; Sub 12 feminino, vice-campeão paranaense; Sub 10 masculino, campeão paranaense; Sub 10 feminino, campeão paranaense; Sub 16, quinto colocado no Campeonato Paranaense Cadete, no município de Boa Esperança;
- Jogos Escolares do Paraná, realizado no Município, foi campeão no Sub 14 masculino, Sub 14 feminino e Sub 17 masculino;
- Jogos Escolares do Paraná, fase final, realizada em Curitiba, o Sub 14 consagrou-se vice-campeão.

Em 2007:

- Categorias de Base de handebol, Festival Paranaense realizado no município de Iporã, o Sub 10 masculino, foi campeão; o Sub 10 feminino, ficou em quarto lugar; o Sub 12 masculino, foi campeão; o Sub 12 feminino ficou em terceiro lugar e o Sub 14 masculino foi campeão;
- Campeonato Cadete Brasileiro ficou em quinto lugar e o Sub 16 masculino, consagrou-se campeão;
- Copa Oeste de Handebol Juvenil, o Sub 17, ficou em segundo lugar (toda a equipe era composta por adolescentes de 16 anos);
- Jogos da Juventude do Paraná, realizado no município de Paranavaí, ficou em segundo lugar na Categoria Juvenil.

Em 2008, obtive os seguintes resultados:

- Paranaense, categoria de base, realizado em Goioerê, o Sub 12 masculino ficou em segundo lugar; o Sub 12 feminino em terceiro lugar; o Sub 14 masculino consagrou-se campeão e o Sub 14 feminino ficou em quinto lugar;
- Nos Jogos Colegiais, fase regional, foi campeão nas categorias Sub 14 feminino, Sub 14 masculino, Sub 17 masculino e Sub 17 feminino;
- Fase Final dos Jogos Escolares do Paraná, realizado em Curitiba, o Sub 14 feminino ficou em quarto lugar; o Sub 14 masculino em segundo lugar e o Sub 17

masculino foi campeão, tendo o direito de representar o Paraná nas Olimpíadas Escolares em Recife;

- Campeonato Paranaense Cadete, realizado em Francisco Alves, o Sub 16 masculino foi campeão e o Sub 16 feminino ficou em sétimo colocado;
- Brasileiro Cadete de Handebol Masculino, realizado em Francisco Alves, o Sub 16 masculino ficou em quarto lugar;
- Copa Oeste de Handebol, o Sub 17 consagrou-se campeão;
- Jogos da Juventude do Paraná consagrou-se campeão.

Em 2009, nos Jogos Escolares do Paraná, realizado em Nova Olímpia, foi campeão nas categorias de base Sub 14 masculino, Sub 14 feminino, Sub 17 masculino e Sub 17 feminino, e na fase final dos Jogos Escolares do Paraná, realizado em Curitiba, o Sub 14 feminino ficou em segundo lugar e o Sub 14 masculino e Sub 17 masculino, consagraram-se campeões.

Em 2010, os Jogos Escolares 1ª fase regional foi realizado em Umuarama onde o masculino foi campeão, na Fase Macrorregional o feminino, Copa Oeste, Super Copa Oeste, ficou em segundo lugar. O masculino ficou em primeiro lugar, Super Copa Oeste, Jogos da Juventude - B, A e o cadete Masculino em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, ficando em segundo lugar no Paranaense Cadete, Copa Paraná Handebol e Paraná Sub 12.

Em 2011, os Jogos Escolares foram realizados em Umuarama, o Macro Regional onde o feminino ficou em primeiro lugar e o masculino nas modalidades: Cadete Masculino, Sub 14, Sub 17 e Sub 18 em segundo lugar.

O futebol mantém-se nas categorias maiores, com competições amadoras. A capoeira também é uma modalidade que tem conquistado muito espaço entre os jovens, assim como o karatê que também é desenvolvido no Município.

Em 2012, o campeonato Paranaense foi realizado em Goioerê, o feminino alcançou o terceiro lugar, e o masculino foi classificado em primeiro lugar nos

Jogos Escolares do Paraná nas três fases e em segundo lugar na Copa Paraná, quinto lugar no Paranaense de Cadete e no Campeonato Brasileiro de Clubes.

No ano de 2013 o Município participou do Festival Paranaense Sub 10, na cidade de Goioerê e recebeu a seguinte classificação: equipe masculina obteve o primeiro lugar e a equipe feminina foi classificada em quarto lugar.

No ano de 2014, a equipe Sub 10, participou do Festival Paranaense na Cidade de Toledo e a equipe masculina trouxe o segundo lugar e a feminina, a terceira colocação.

Principais Atrativos Turísticos

Morro do Moreira: localiza-se no trecho Iporã-Guaíra da BR-272. Possui aproximadamente 80 metros de altura, tendo um solo com pouca vegetação e ocupado por pastagens, o que possibilita uma ampla visão do horizonte.

Corredeiras Santa Bárbara: localizada no Rio Piquiri, é composta por um percurso em torno de 150 metros com pedras altas e expostas, formando uma corredeira com águas velozes e pequenas cachoeiras, num trecho em que o vão do Rio é de mais ou menos 250 metros.

Parque Florestal Ênio Pepino: reserva biológica, localizada na Estrada Beija Flor, composta por matas nativas de aproximadamente 42 alqueires, localizadas nas terras dos atuais herdeiros do colonizador Ibrahim Abud Neto, que conservou a mata desde o início da colonização do Município.

Barqueata ecológica: com soltura de peixes no Rio Xambrê – objetivando a preservação do Meio Ambiente.

Relação de equipamentos (centro cultural, biblioteca, teatros, centro desportivos, ginásio de esportes):

01 Ginásio de esporte;

04 Quadras com cobertura;

- 01 Piscina coberta;
- 02 Campos de futebol;
- 04 Campos de futebol suíço;
- 01 Cancha de bocha.

Equipamentos na cultura:

- 01 Biblioteca cidadã Valter Vargas Gonçalves;
- 01 Clube no distrito de Rio Bonito.

-Programas culturais e esportivos/cursos realizados, clientela atendida:

- Natação: Crianças e adolescentes;
- Hidroginástica: Adultos e idosos;
- Futsal: Crianças e adolescentes;
- Handebol: Crianças e adolescentes;
- Futebol: Crianças, adolescentes, adultos e idosos;
- Ginástica: 3ª Idade.

Figura 28 Atividades de Natação



Figura 29. Atividades de Hidroginástica



Figura 30. Atividades de Handebol



Figura 31. Atividades de Futebol



Figura 32. Atividades de Futsal

5 - Aspectos Ambientais

Tabela 13. Número de domicílios particulares permanentes, segundo algumas características

Características	Nº de domicílios
Abastecimento de água (Água canalizada)	2.336
Esgotamento sanitário (Banheiro ou sanitário)	2.092
Destino do lixo (Coletado)	1.577
Energia elétrica	2.089

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

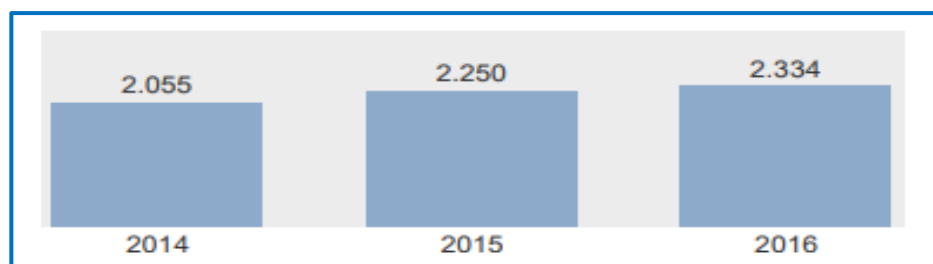
NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 20 de agosto de 2014.

Abastecimento de Água

A água tratada é fornecida a população pela Sanepar segue os padrões de portabilidade estabelecidos pela portaria N° 518 do ministério da saúde cobre 98% da população urbana e partes do distrito do rio Bonito e Bairro catarinense.

Fonte: IPARDES e Plano Municipal de Saúde.

Gráfico 22. Abastecimento de Água - Unidades residenciais atendidas



Atendimento de Esgoto

Unidades residenciais atendidas.

Não há rede de esgoto, ainda implantada, o que se torna um dos grandes problemas da mesorregião noroeste, a população utiliza principalmente de fossa séptica ou rudimentar.

No entanto desde 2012 existe verba destinada ao Esgotamento Sanitário, encontrando-se o Município atualmente, 2017, na fase de término dos preparativos para estender a rede de esgoto pela sede do Município.

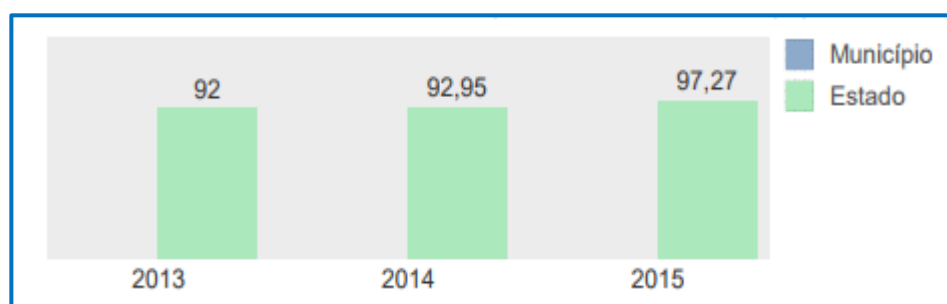
Já foram efetivadas as seguintes fases: Construção de elevatórias, aquisição do espaço para Lagoa de tratamento, construção da Lagoa de tratamento.

Existe sistema parcial de **esgoto da água pluvial**, mas aproximadamente 80% de toda água da chuva escoam para o córrego pé de moleque e conseqüentemente grande quantidade de lixo acaba indo junto com a chuva e contaminando a água.

Taxa de cobertura do Serviço de Coleta de Resíduos

Fonte: SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento / Ministério das Cidades.

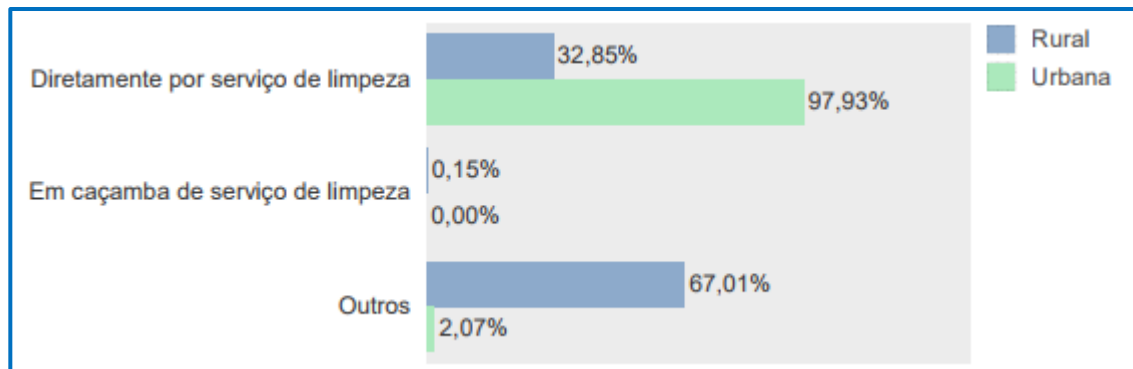
Gráfico 23. Taxa de cobertura do Serviço de Coleta de Resíduos (%)



Forma de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos

O lixo é coletado cinco vezes por semana, conforme escala, e depositado em aterro sanitário a 3 km da sede urbana do município, aterro este devidamente impermeabilizado conforme determina legislação.

Gráfico 24 Percentual de domicílios, segundo forma de coleta de resíduos sólidos. Fonte: IBGE – Resultados Preliminares CENSO 2010.



Indicadores de desenvolvimento sustentável por bacias hidrográficas - Iparde 2013

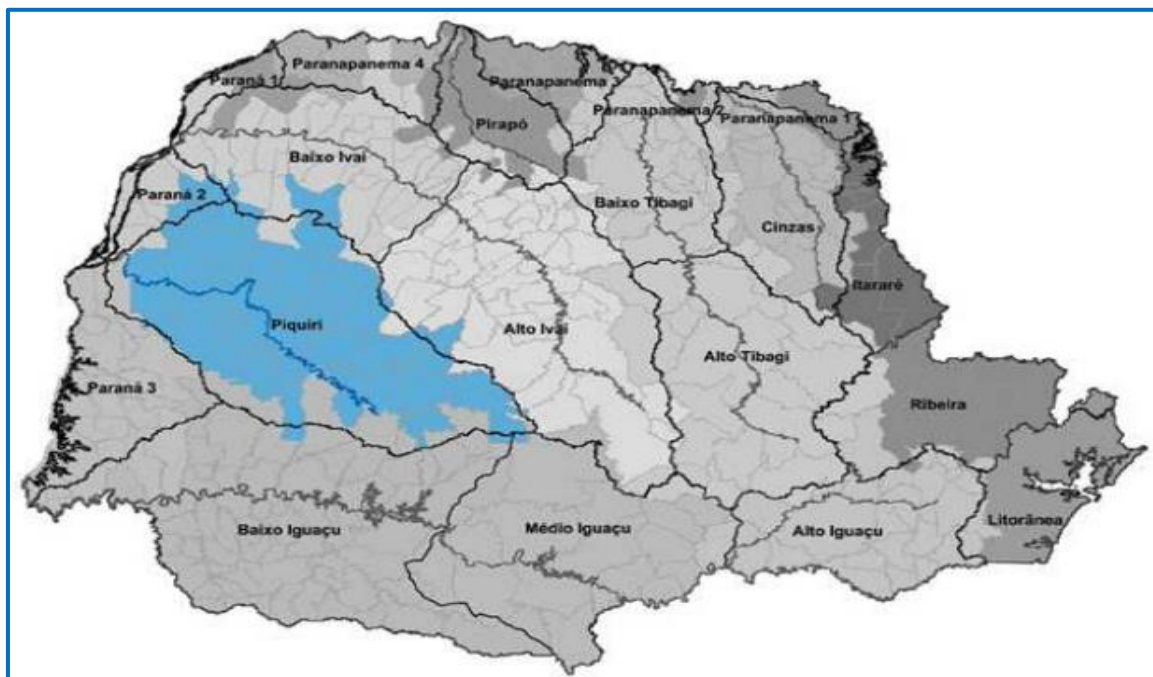
A publicação "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná" lançada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos em parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparde), reúne dados ambientais, sociais, econômicos, de saúde, gestão e saneamento. O levantamento é considerado pioneiro no país, pois adota pela primeira vez a bacia hidrográfica como unidade de análise. O estudo realizado pelo Iparde usa o ano de 2011 como base e dá continuidade a uma série de publicações iniciada em 2007, que segue recomendações da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), com adaptações às especificidades brasileiras.

Os desmatamentos ocorridos devido a ocupação do território determinam uma redução nos recursos florestais.

Possui atualmente uma pequena reserva natural, nela são encontradas madeiras como: peroba, cedro, figueira, imbuia, palmito, dentre outros. Nessa área de preservação encontra-se cobra, avifauna e flora regional.

O rio Xambrê funciona como limite municipal norte, e afluente da margem direita do rio Piquiri com quem confluem a noroeste do Município.

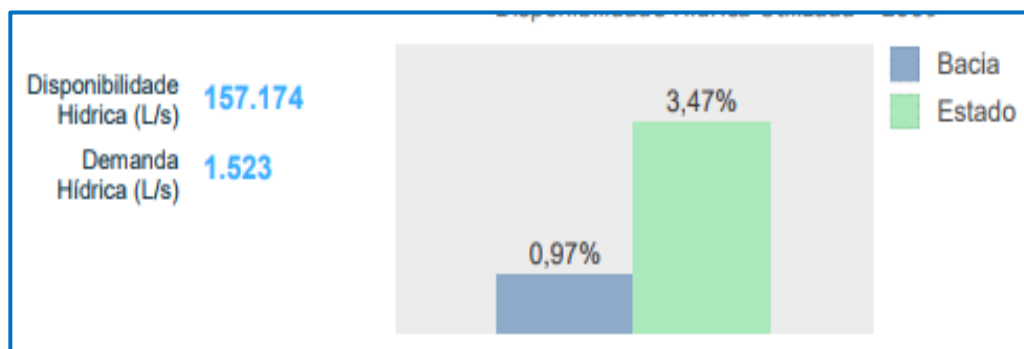
Figura 33. Bacia Hidrográfica: Piquiri



Balanço Hídrico

Apresenta a relação entre a disponibilidade e a demanda hídrica superficial na bacia hidrográfica. Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná.

Gráfico 25. Balanço Hídrico utilizada – 2009



Energia Gerada

Quantidade de energia gerada, em quilowatt, na bacia hidrográfica. Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná.

A energia elétrica é fornecida pela Copel com 100% de cobertura.

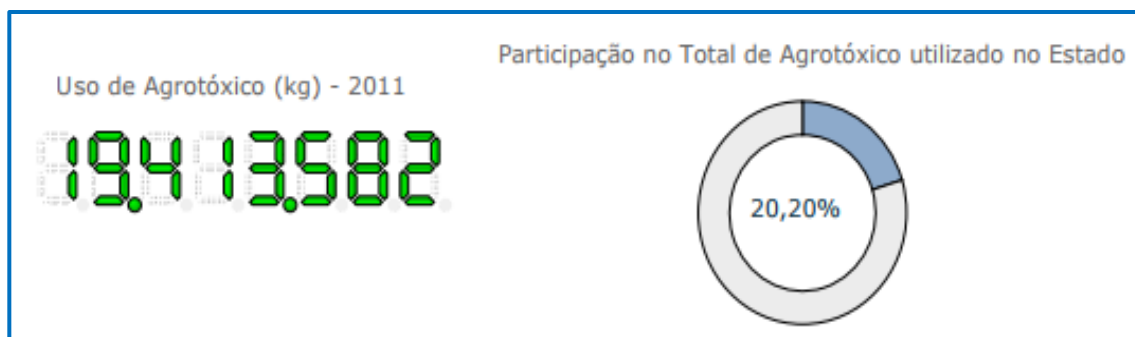
Gráfico 26. Energia Gerada



Uso de Agrotóxico

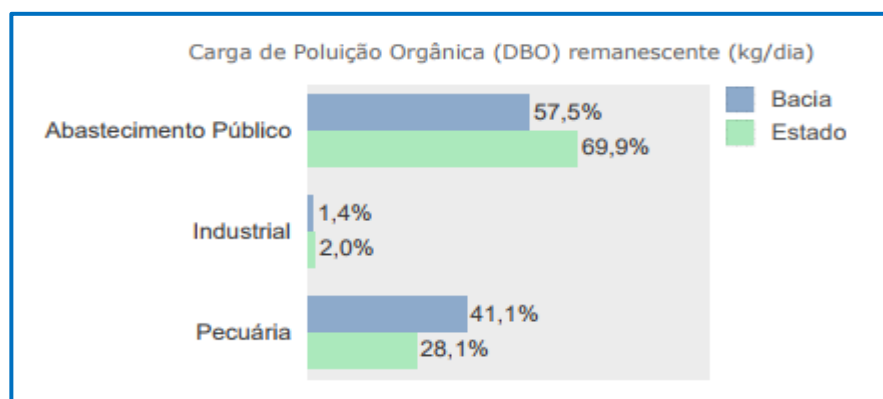
Quantidade de agrotóxico utilizado, em quilograma, na bacia hidrográfica. Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná.

Gráfico 27. Agrotóxico utilizado



Carga de Poluição Orgânica (DBO) remanescente

A quantidade de DBO (demanda bioquímica por oxigênio) remanescente é um indicador que demonstra a salubridade do sistema hídrico através da quantidade de matéria orgânica que volta para a bacia hidrográfica. Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná.

Gráfico 28. Carga de Poluição Orgânica (DBO) Remanescente**Efluentes**

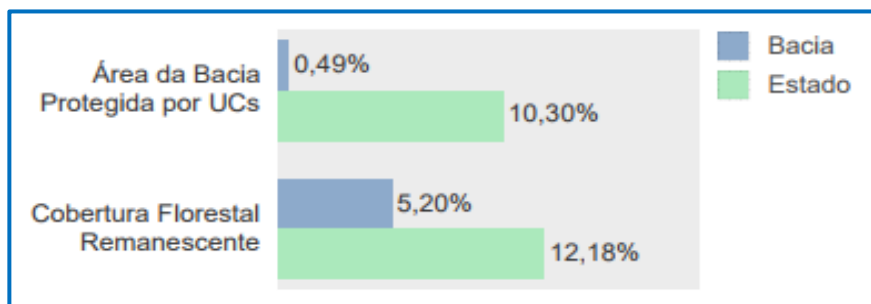
Apresenta a relação entre efluentes gerados e tratados na bacia hidrográfica.
 Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná

Gráfico 29. Efluentes**Cobertura Vegetal e Unidades de Conservação**

Expressa a dimensão e distribuição dos espaços territoriais que estão legalmente protegidos dentro das bacias hidrográficas. As unidades de conservação de Proteção Integral incluem Parques, Reservas Biológicas, Estação Ecológica,

Monumento Natural e Refúgio Silvestre. Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná.

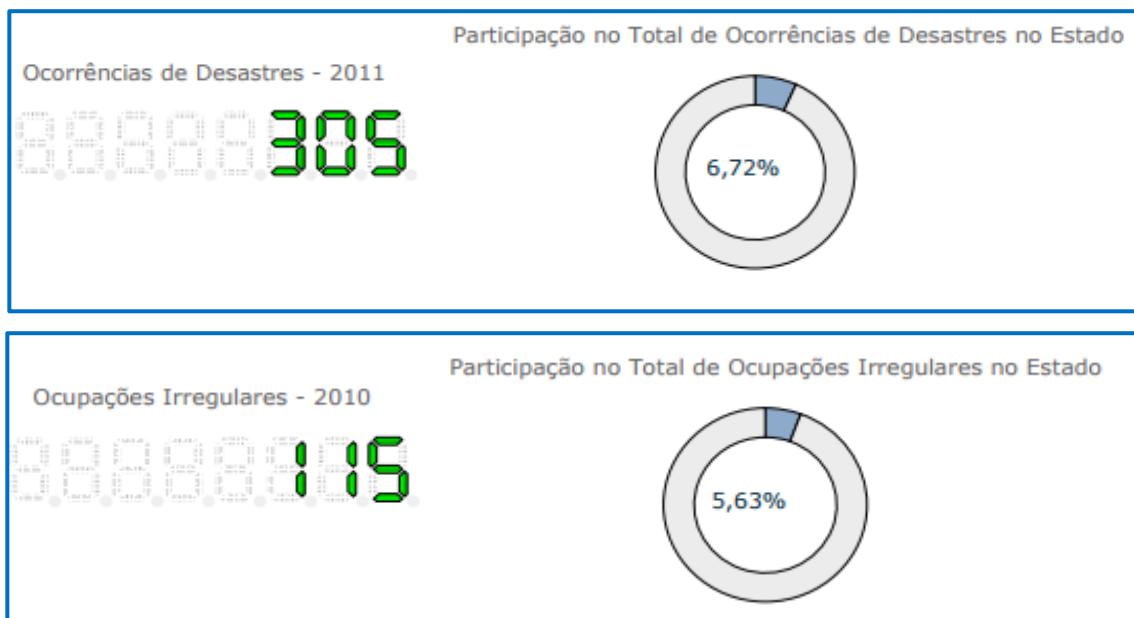
Gráfico 30. Cobertura Vegetal e Unidades de Conservação – 2012



Vulnerabilidade Socioambiental

Apresenta a quantidade de desastres naturais e ocupações irregulares existentes na bacia hidrográfica. Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná.

Gráfico 31. Vulnerabilidade Socioambiental



Florestas Plantadas

Expressa a área de florestas plantadas, com eucaliptos e pinus, por bacia hidrográfica.

Fonte: IPARDES - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Paraná.

Gráfico 32. Florestas Plantadas

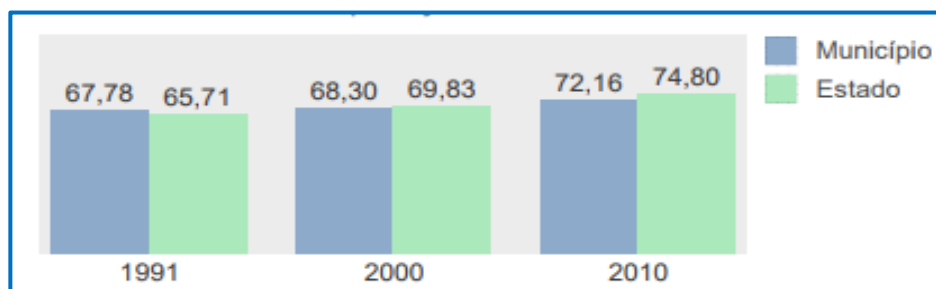


6 - Aspectos de Saúde

Esperança de Vida ao Nascer

Número médio de anos que um indivíduo viverá a partir do nascimento, considerando o nível e estrutura de mortalidade por idade observados naquela população. Para o cálculo da esperança de vida ao nascer leva-se em consideração não apenas os riscos de morte na primeira idade, mortalidade infantil, mas para todo o histórico de mortalidade de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Sendo uma síntese da mortalidade ao longo de todo o ciclo de vida dos indivíduos, a esperança de vida é o indicador empregado para mensurar as dimensões humanas no índice de desenvolvimento, qual seja, direito a uma vida longa e saudável. Isso porque, em cada um dos grupos etários os indivíduos estão sujeitos a diferentes riscos de mortalidade, estabelecendo distintas causas principais de mortalidade. Fonte: PNUD.

Gráfico 33. Esperança de Vida ao Nascer

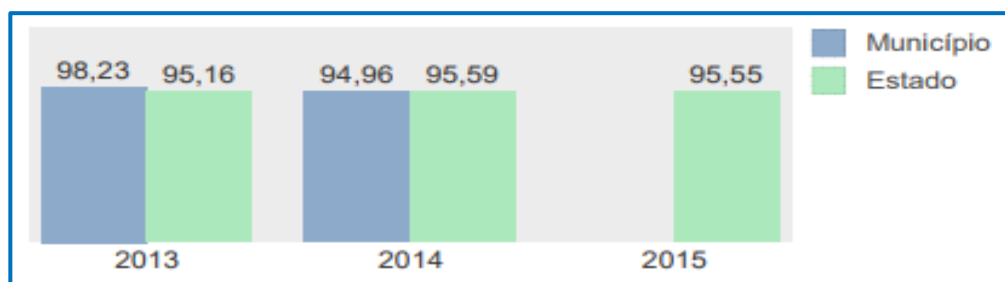


Percentual de crianças menores de 1 ano com vacinação em dia

Estima a proporção da população infantil, menor de 1 ano, imunizada de acordo com o esquema vacinal preconizado pelo Programa Nacional de Imunização (PNI). Devem ser considerados os seguintes tipos de vacinas e respectivo esquema, de acordo com o período de análise:

- Tetravalente (contra difteria, tétano, coqueluche, meningite e outras infecções pela bactéria haemophilus influenza e tipo b), 3 doses em menores de 1 ano;
- Poliomielite oral, 3 doses em menores de 1 ano;
- Tuberculose – BCG, 1 dose em menores de 1 ano;
- Hepatite B, 3 doses em menores de 1 ano. Fonte: DATASUS.

Gráfico 34. Percentual de crianças menores de 1 ano com vacinação em dia (%)



Taxa de Mortalidade Geral

Tabela 14. Outros indicadores de mortalidade proporcional – período – 2008/2016

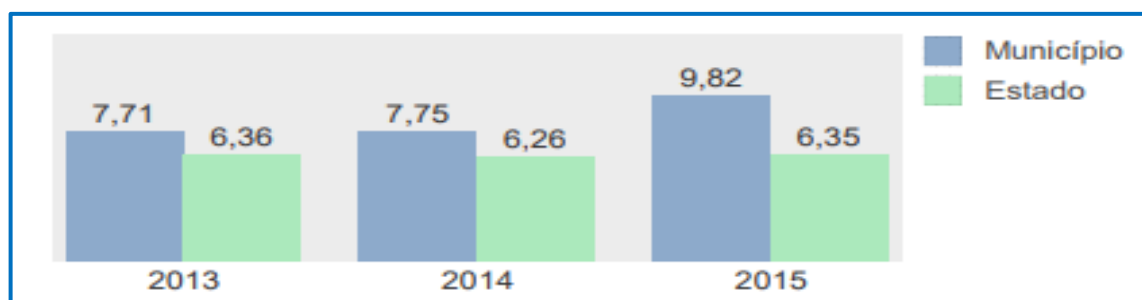
Indicadores de mortalidade	2014	2015	2016	2017
Total de óbitos	50	65	62	12
Nº de óbitos por 1.000 habitantes				
% óbitos por causa mal definidas	*	*	*	*
Taxa de mortalidade prematura (< 70 anos) pelo conjunto das 4 principais doenças crônicas (doenças do aparelho circulatório I 00 a I 99, câncer C00 a C97, diabetes E10 a E14, doenças respiratórias crônicas J 40 a J47)	9	20	2	*

Fonte: SIM (Sistema e Informação de Mortalidade), DATASUS

Número de óbitos, expresso por mil habitantes, ocorridos na população geral, em determinado período. Taxa de Mortalidade Geral = (Óbitos Gerais / População) x 1000

Fonte: IBGE / DATASUS.

Gráfico 35. Taxa de Mortalidade Geral



-Descrição e análise do perfil da mortalidade infantil e por causas específicas.

Tabela 15. Taxa de mortalidade em crianças menores de 1 ano de idade a cada mil nascidos vivos – 2008 – 2012

Descrição	2014	2015	2016	2017
Óbito Infantil (Número Absoluto)	1	2	1	1
Taxa de mortalidade infantil	10,31	0	9,26	0
Taxa de mortalidade Peri natal	0	0	0	0

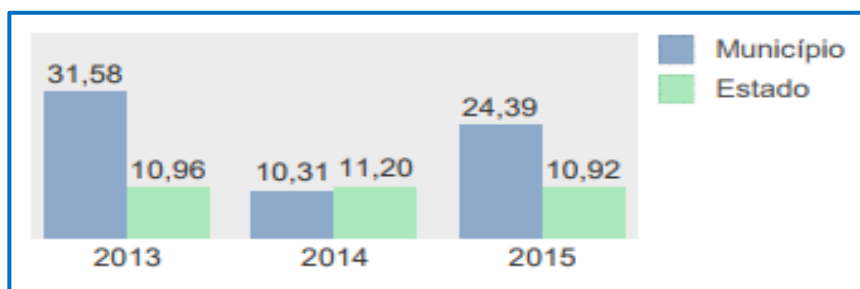
Taxa Mortalidade Infantil óbitos por mil nascidos vivos

Fonte: SINASC; Ministério da saúde, DATASUS / Relatório Gestão

Taxa de Mortalidade em menores de 1 ano de idade

A mensuração é feita pela taxa ou coeficiente de mortalidade infantil, que relaciona o número de mortes infantis, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico no período considerado.

Fonte: DATASUS.

Gráfico 36. Taxa de Mortalidade em menores de 1 ano de idade**Tabela 16.** Comparativo taxa Mortalidade Infantil e menor 5 anos 2016 com Região e Estado

Descrição		Ano	Local	Região	Estado
Taxa de Mortalidade Infantil (mil nascidos vivos)	Datasus/ SESA-PR	2016	9,26	14,10	10,44
Taxa de Mortalidade em Menores de 5 anos (mil nascidos vivos)	Datasus/ SESA-PR	2016	9,26	16,26	16,36

Fonte: IPARDES – Perfil avançado do Município de Francisco Alves

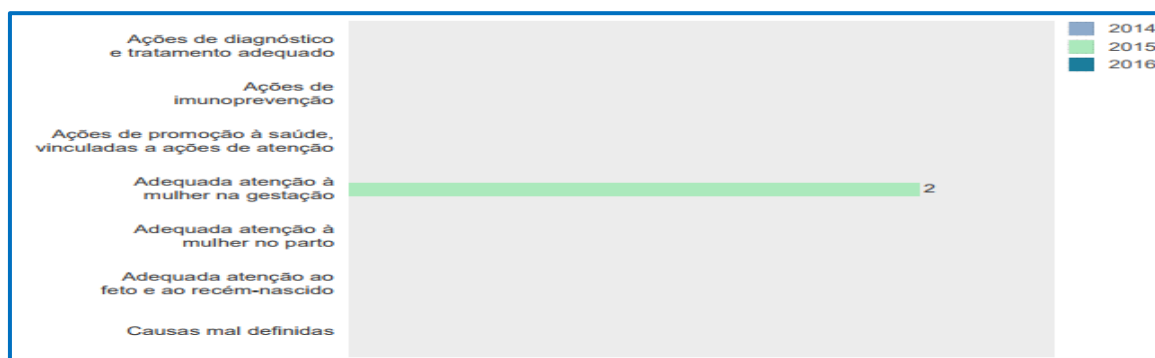
Análise:

Mortalidade infantil permanece estável desde 2014, sendo que as mortes ocorridas foram por causas de genéticas incompatível com a vida.

Taxa de Mortalidade em menores de 5 anos de idade

Número de óbitos de menores de cinco anos de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Fonte: DATASUS.

Gráfico 37. Taxa de Mortalidade em menores de 5 anos de idade

Mortalidade infantil:

Em 2016 foi de 9, 26, isto menos de 5 pontos percentuais que na região e 1 em referência ao Estado, sendo que se considerar menores de 5 anos a diferença é de 7 pontos a menos que na região e 3 pontos a menos que o Estado.

Há que se esclarecer que a taxa de mortalidade para municípios com menos de 100 mil habitantes não reflete a realidade, usando-se então número absoluto que é sempre pactuado no SISPACTO em 0 ou no número eventual de óbito já ocorrido dependendo da data da pactuação naquele ano, sendo que para 2017 foi pactuado 01 que já havia ocorrido, não tendo ocorrido óbito em 2016.

Número de nascidos vivos

Por local de residência pode apresentar alteração para mais, devido ao costume de migrantes ex moradores do município virem realizar o parto em Francisco Alves devido as facilidades em terem seus filhos no município, depois retornam as suas cidades de origem.

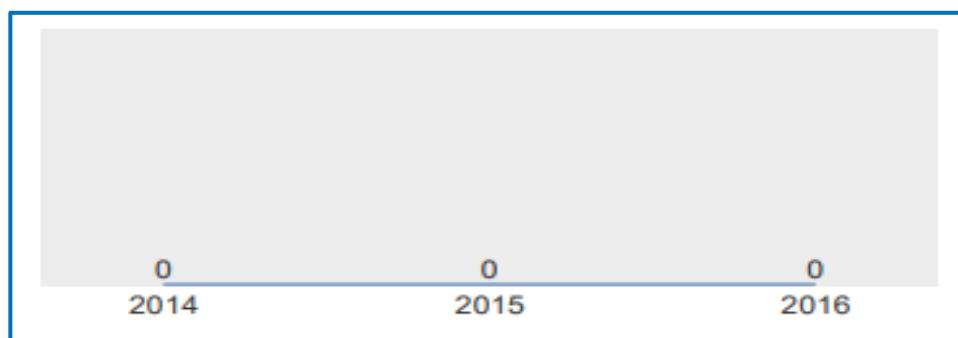
Tabela 17. Nascidos vivos 2014 - 2017

2014	2015	2016	2017	Total
97	82	108	71	358

Tabnet sec. saúde=<http://www.tabnet.sesa.pr.gov.br> ou
<http://www.tabnet.sesa.pr.gov.br/tabnetsesa/dh?sistema/sinasc99diante/nascido>

Número de óbitos maternos

Morte materna, segundo a 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), é a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independente da duração da gravidez, devida a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela, porém não devida a causas acidentais ou incidentais. Fonte: SVS / SIM/DATASUS

Gráfico 38. Número de óbitos maternos – 2016

Descrição e análise da mortalidade materna

Tabela 18. Taxa de Mortalidade Materna Maternidade (a cada 100 mil nascidos vivos) – 2008 – 2012

Descrição	2013	2014	2015	2016
Óbito Materno (Número Absoluto)	0	0	0	0
Taxa de mortalidade materna	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SINASC; Ministério da saúde, DATASUS / Relatório Gestão

Taxa de Mortalidade Materna

Número de óbitos femininos por causas maternas, por 100 mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Fórmula: (n.º de óbitos de mulheres residentes, por causas ligadas a gravidez, parto e puerpério / n.º de nascidos vivos de mães residentes) x 100.000 Fonte: DATASUS.

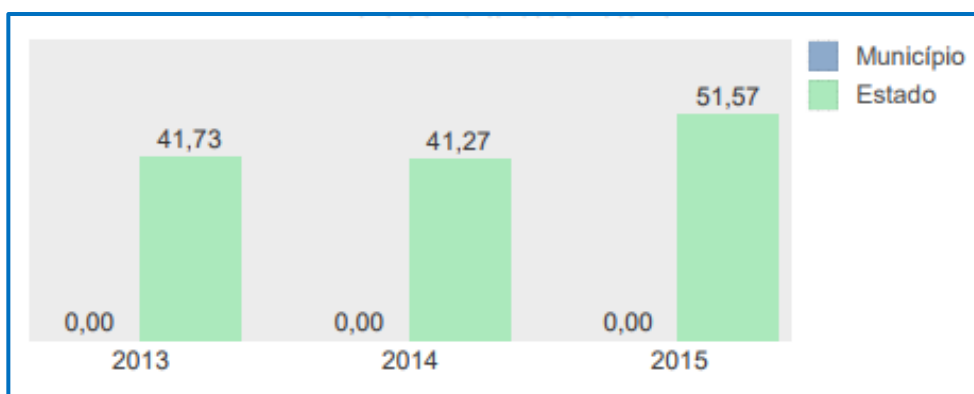
Gráfico 39. Taxa de Mortalidade Materna

Tabela 19. Informações sobre nascimentos no período de 2014 a 2017

Condições	2014	2015	2016	2017
Número de nascidos vivos	97	82	108	41
De mães de 15-19 anos	19	18	19	6
De mães de 10 – 14 anos	2	1	1	1
Com baixo peso ao nascer crianças nascidas com peso até 2.479 kg	6	2	5	2
Taxa de nascidos vivos por partos cesáreos	69	58	66	28
Taxa de nascidos vivos por partos vaginais	28	24	42	13

Fonte: SINASC; Ministério da Saúde, DATASUS

Análise:

Nota-se incremento dos nascimentos com diminuição após 2013 de crianças nascidas com baixo peso:

Tabela 20. Percentual de crianças nascidas vivas por número de consultas pré-natais de 2008 a 2016

Consultas de Pré-natal	2014	2015	2016	2017
1-3 consultas	10	2	3	0
4-6 consultas	23	24	30	6
>7 consultas	64	56	75	30
Total	97	82	108	36

2017 – Dados parciais até mês 06

Fonte: SINASC; Ministério da saúde, DATASUS

Análise:

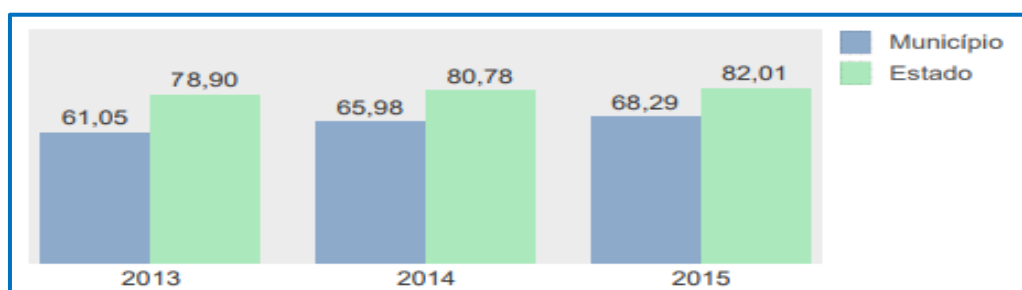
Nota-se uma melhora na Adesão ao pré-natal com aumento significativo de Consultas de pré-natal tanto na faixa de 4 a 6 consultas, quanto na faixa de mais de 7 consultas.

Nascidos vivos de mães com mais de 7 consultas de acompanhamento pré-natal

O número de gestantes é estimado pelo número de nascidos vivos. O indicador utilizado corresponde ao percentual de gestantes com mais de sete consultas de acompanhamento pré-natal, em relação ao total de gestantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado.

Fonte: DATASUS.

Gráfico 40. Nascidos vivos de mães com mais de 7 consultas de acompanhamento pré-natal (%)



Vigilância em saúde

Visa analisar a atuação voltada a eliminar, diminuir, controlar ou prevenir doenças, agravos e riscos à saúde, bem como a intervenção nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e de prestação de serviços de interesse a saúde.

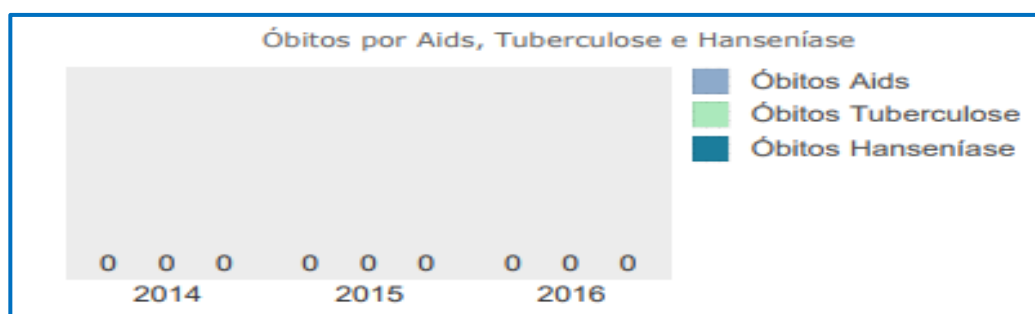
A vigilância em saúde está organizada e consta no organograma da estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal diretamente subordinada ao Secretário de Saúde. Internamente, isto é, na Secretaria de Saúde está dividida em Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental e Vigilância em Saúde do Trabalhador, sendo que cada um desses segmentos possui um coordenador, e o Coordenador da Vigilância Sanitária responde também pela Saúde do Trabalhador. Tal estrutura informal necessita ser reavaliada criando-se uma estrutura condizente com a legislação que exige inclusive concurso específico para a área.

Cada segmento possui equipamentos de informática bem como acesso à internet e também equipamentos como termômetro, analisador de água, veículos para deslocamento e realização do processo de trabalho, necessitando de veículo próprio para transporte de bombas e equipamentos de pulverização.

Controle de Doenças e agravos prioritários

- Óbitos por HIV Óbitos por síndrome de imunodeficiência adquirida - Aids, na população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado. Correspondem aos códigos B20 a B24 da Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças - CID-10. Fonte: DATASUS/SIS.
- Óbitos por Tuberculose na população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado. As mortes por essas causas correspondem aos códigos A15 a A19 da Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças - CID-10. Fonte: DATASUS/SIH.
- Óbitos por Hanseníase na população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado. As mortes por essas causas correspondem aos códigos A30 e B92 da Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças - CID-10. Fonte: DATASUS/Ministério da Saúde.

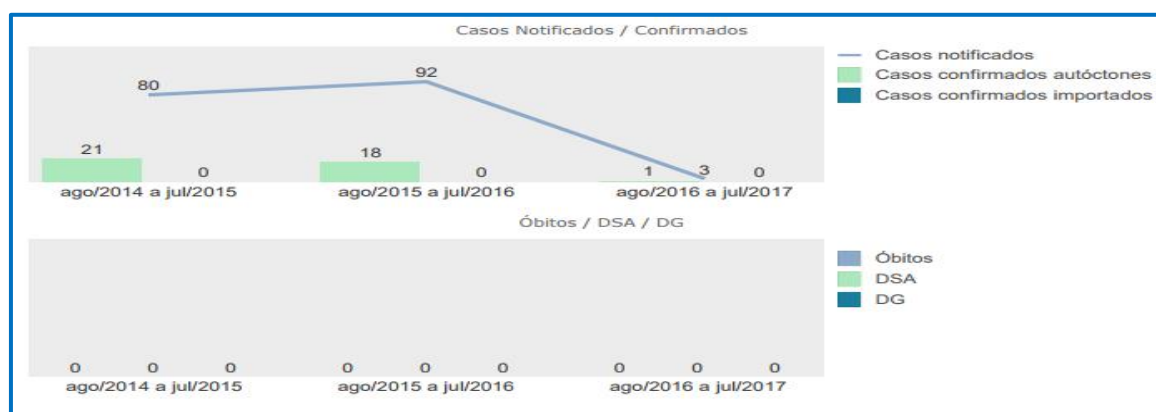
Gráfico 41. Controle de Doenças e agravos prioritários



Dengue

DSA - Dengue com Sinais de Alarme/DG - Dengue Grave Para acessar o Boletim da Dengue completo acesse: <http://www.dengue.pr.gov.br> Fonte: SVS / SESA.

Gráfico 42. Dengue



Diagnóstico Epidemiológico

Principais fontes DATASUS e sistemas municipais de informação (SINASC, SIM, SINAN).

Os dados e indicadores solicitados estão condizentes com o caderno do APSUS (Oficina 4 – Monitoramento e avaliação) e com alguns dos indicadores do COAP (contratos Organizativo de Ação Pública), a fim de facilitar a elaboração das metas do Plano Municipal de Saúde e as Ações das Programações anuais de saúde.

-Descrição e análise do número de casos e incidência das doenças transmissíveis e de notificação compulsória.

Tabela 21. Doenças de Notificação Compulsória – 2012-2016

Doença de Notificação	2012	2013	2014	2015	2016
Acidentes Animais Peçonhentos	0	6	0	2	1
Atendimento Anti rábico	0	16	12	11	18
Hepatite Viral B	0	0	0	0	0
Hepatite Viral C	0	0	0	0	0
Outras Hepatites Virais	0	0	0	0	0
Intoxicações por agrotóxico	0	0	0	0	0
Intoxicações por medicamentos	0	0	0	0	0
Intoxicações por pesticidas domésticos	0	0	0	0	0
Dengue	04	0	0	0	0

Malária	0	1	0	0	0
Doença Meningocócica	0	0	0	0	0
Meningite Viral	0	0	0	0	0
Meningite Bacteriana	0	0	0	0	0
Meningite não especificada	0	0	1	5	0
Paracoccidioidomicose (blasto micose)	0	0	0	0	0
Sífilis Congenita	0	0	2	0	0
Sífilis Gestante	0	1	1	0	0
Sífilis não especificada	0	0	2	0	0
Toxoplasmose	0	0	0	0	0
Tétano Acidental	0	0	0	0	0
Tuberculose	0	0	0	0	0
Varicela	31	0	0	0	2
Hanseníase	0	0	0	0	0
HIV/AIDS	0	0	0	0	0

Fonte: SINAN (Sistema de informatização e notificação de agravos)

Vigilância Epidemiológica:

Serviço de Epidemiologia conta com 01 Enfermeira que acumula e realiza as investigações de morte e também um Auxiliar, estagiário que faz as informações do SISVAN e Cartão SUS.

Descrição e análise do perfil da mortalidade geral, proporcional por faixa etária, sexo e grupos de causas mais frequentes.

Tabela 22. Mortalidade Geral por Local de Residência – período de 2009/2012.

	2009	2010	2011	2012
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	01	01	02	01
Neoplasias (Tumores)	06	06	14	06
Doenças sangue órgãos hemat e trans imunitar	0	01	0	1
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	02	0	02	0
Transtornos mentais e comportamentais	01	0	0	0

Doenças do sistema nervoso	01	01	0	1
Doenças do aparelho circulatório	18	14	14	8
Doenças do aparelho respiratório	05	06	06	4
Doenças do aparelho digestivo	01	03	02	3
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0	0	0
Doenças do aparelho geniturinário	01	01	01	-
Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	0
Algumas afec. originadas no período perinatal	0	02	0	2
Malf. cong. deformid e anomalias cromossômicas	01	0	0	0
Sint. sinais e achad. Anorm. Ex. clin. e laborat.	02	04	04	0
Causas externas de morbidade e mortalidade	04	05	06	4

Fonte: DATASUS ou SIM

Atenção Primária à Saúde

Visa analisar a organização e o funcionamento, com destaque para aspectos ligados ao acesso as ações e serviços de saúde, a estratégia de saúde da família e a qualidade e humanização do atendimento.

A atenção primária está organizada com 03 equipes de Saúde da Família, sendo 02 urbanas (Equipes 1 e 3 – Leste e Oeste) e uma Rural, com sede no Posto de Saúde do Distrito do Rio Bonito, com atendimento também no Bairro Catarinense, com médico 40 horas, enfermeira, técnico de enfermagem e agentes suficientes para cobertura da área Rural, conforme população. Conta ainda com ESB - Equipe de Saúde Bucal com dentista, técnico e auxiliar, vinculado à Equipe 1 da ESF.

O acesso aos Serviços de Atenção Primária, sejam eles em Saúde Geral, como, Saúde Bucal se dá por procura espontânea, busca ativa e visitas de rotina dos agentes de Saúde.

A Municipalidade aderiu ao PSE – Programa Saúde na Escola com suas especificidades, para todos os alunos da Rede Pública de Ensino, sendo este um Programa envolvendo Educação e Saúde, onde muitas ações são realizadas em conjunto.

Também aderiu ao Programa Estadual Família Paranaense e suas especificidades, também, envolvem outras secretarias.

Desenvolver as PIC – Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na atenção Básica possuindo desde 2016 profissional em Acupuntura.

Aderiu em 2011 com certificação em 21/11/2012 ao 1º Ciclo ao PMAQ – Programa de Melhoria da Qualidade na atenção Básica, inicialmente com 01 Equipe ESF- Estratégia Saúde da Família com ESB- Equipe Saúde Bucal, o que era permitido, e em 2017, mudando os critérios do PMAQ efetivou a adesão das 03 Equipes ESF, sendo que atualmente recebe incentivo referente a somente 01 equipe.

NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Neste quesito já efetivou solicitação de Adesão, não tendo sido contemplado até o momento apesar de Contar com Equipe mínima na Saúde: Psicólogo, Fisioterapeuta, Professor Educador Físico.

Tabela 23. Outros Indicadores Sispacto e relacionados a atenção básica

Indicadores	2013	2014	2015	2016
% de ação coletiva de escovação dental supervisionada	3	0	13	0
% de enxodontia realizada em relação aos procedimentos	8	7,23	4,21	3,97%
% de acompanhamento das condicionalidades do programa bolsa família	74,00 %	65,62%	78,00%	80,74%
% de exames cito patológicos do colo do útero m mulheres de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma faixa etária	0,74	0,75	0,49	0,33

% de mamografias em mulheres de 50 a 69 anos e a população feminina na mesma faixa etária	0,52	0,46	0,22	0,53
Internações por diarreia	0	0	0	0,5/100
Percentual de internações por condições sensíveis a atenção básica	23	26	16,78	0

Fonte: DATASUS, SINAN, ou sistema municipal/Sargsus Rel. Gestão 2012/2013/2014/2015/2016

Tabela 24. Série histórica de cobertura da APS, ESF e ESB.

Cobertura Populacional	2014	2015	2016	2017
Cobertura Populacional estimada pelas equipes da APS	100%	100%	100%	100%
Cobertura da ESF	-	-	-	6387
Cobertura Populacional estimada pelas ESB	-	-	-	6387

Assistência Ambulatorial Especializada

Busca analisar a organização e o funcionamento, com destaque para oferta e demanda de serviços, incorporação tecnológica, articulação e fluxo entre os diferentes níveis assistenciais, a resolubilidade e os mecanismos de regulação.

Diretamente afeta à atuação das Equipes Saúde da família principalmente na oferta de serviços nos cuidados das manifestações crônicas, já que as manifestações agudas e de urgência/emergência são direcionadas ao pronto atendimento. Como porta de entrada da rede de assistência as ESFs vão até se esgotarem os recursos de assistência para efetivarem encaminhamento para rede especializada, ofertadas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde em todas especialidades disponíveis, com marcações de consultas em atendimentos como os ortopédicos no ambulatório de ortopedia do CISA, com logística de transporte para o centro de referência, através de ônibus, vãs e outros veículos.

Assistência Hospitalar

Objetivo é analisar a organização e o funcionamento dos serviços próprios e o perfil dos estabelecimentos conveniados, com destaque para o porte, o número de leitos destinados ao SUS e a disponibilidade de equipamentos hospitalares.

Atualmente a Assistência Hospitalar no Município de Francisco Alves é integrada à Redes de Assistência Regional e do Estado do Paraná pactuada na CIB Estadual estando a maioria dos leitos alocados na Cidade Sede Regional, Umuarama, os quais são acessados pela central de leitos em todas as suas especialidades. Também temos referência para centros com capacidade tecnológica avançada para diferentes especialidades nas Cidades de Arapongas, Ibitiporã, Paranavaí, Maringá, Curitiba, dentre outros, tudo apoiado por logística de Agendamento na Central de Agendamento do Município ou através do serviço de TFD – Tratamento Fora de Domicílio Regional e transporte por ambulâncias e outros veículos.

Como suporte de primeiro atendimento e estabilização do paciente que aguardará nos casos agudos a liberação da Central de Leitos conta o Município com uma UPA - Unidade de pronto atendimento 24 horas.

Assistência às urgências e emergências

Tem por objetivo analisar a organização e o funcionamento com ênfase na estrutura física e tecnológica, atendimento pré-hospitalar, qualificação da equipe profissional, disponibilidade de transportes para transferência de pacientes, unidades de pronto atendimento não hospitalares e estruturação dos mecanismos de regulação.

O Município aderiu à Rede de Urgência/emergência desde o início e se constituiu membro do Consorcio para instalação do SAMU Noroeste, mantendo sua adesão em dia e providenciou a Adequação do Serviço Hospitalar e de Saúde para abrigar em parte de suas instalações uma UPA, em substituição ao Hospital, visto o custo benefício, exigências de Vigilância Sanitária e perspectivas do Governo Estadual priorizando UPAs em detrimento de pequenos Hospitais, especialmente

em Cidades com menos de 10.000, considerando que para Cidades de 15.000 habitantes já se torna inviável o funcionamento de um Hospital.

As instalações físicas do antigo Hospital pertencente à Autarquia – Serviço Hospitalar e de Saúde foram adequadas e reformadas, conforme projeto e exigências aprovadas pela Vigilância da Regional de Saúde.

A UPA funciona 24 horas como posto avançado do SAMU, tendo capacidade instalada para primeiros atendimentos e estabilização de pacientes e recebeu equipamentos para urgência/emergência, contando com oxímetro, desfibrilador e demais exigidos para tal. Conta também com serviço de Eletrocardiograma, cujos laudos são repassados on line.

Rede física de atendimento em saúde

Fonte CNES do município

Tabela 25. Estabelecimento e tipo de prestador, segundo dados do CNES – Paraná no ano de 2012/2016

Tipo de Estabelecimento	Público	Filantrópico	Privado
Policlínica	0	0	0
Unidade Básica de Saúde	01	0	0
Posto de saúde	02	0	0
Centro de Saúde	01	0	0
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	0	0	0
Consultório Isolado	0	0	1
Hospital Geral	0	0	0
Pronto Atendimento 24 horas	0	0	0
Unidade de serviço de Apoio de Diagnose e terapia	0	0	1
Unidade de Vigilância em saúde	1	0	0

Total	05	0	1
-------	----	---	---

-Rede de serviços de saúde:

- Centro de Saúde e Postos de saúde – Porta de entrada da Rede ESF
- Pronto Atendimento 24 horas, com Médicos, Enfermeira, Técnico Enfermagem em plantões 12 horas – Porta de Entrada das Urgências Emergências, conta com acesso Central de leitos e SAMU Região Noroeste.
- Recepção com serviço de agendamento para cada ESF e Medico especialista com atendimento no Posto de Saúde (Ortopedista)
- Serviço de Agendamento para o Cisa- Consórcio Intermunicipal de Saúde, com logística de transporte.
- Serviço de Agendamento para TFD - tratamento fora de domicilio, com logística de transporte.
- Serviço de Psicologia área da Saúde
- Serviço de Vacinas
- Serviço de Atendimento na Atenção Farmacêutica Básica
- Serviço de recepção e agendamento para Fisioterapia – Fisioterapia atende 20 horas semanais em 02 dias por semana, com fisioterapeuta concursado.
- Serviço de recepção e agendamento para o PIC – Práticas integrativas complementares (Acupuntura) - Atende 02 dias por semana, com profissional contratado.
- Serviço de Vigilância em Saúde com Coordenadores de Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde do Trabalhador, Vigilância Ambiental (combate Mosquito Aedes – transmissor da Dengue, febre amarela, chikunguyia e Zica, caramujo africano e caramujo transmissor esquistossomose, escorpiões, bicho Barbeiro, etc.)

- Centro de Saúde.

ESF 1 – Urbano – conta com ESB – Equipe de Saúde Bucal (Dentista, Técnico Saúde Bucal e Auxiliar) no Anexo – Unidade Atenção Primária que atende a clientela das duas Equipes ESF Urbano, conta com aparelho de RX Odontológico. Também atende a população Rural.

- Sala da Vigilância em Saúde com Diretor e Técnico cedido pelo Estado, este coordena Vigilância Sanitária e Vigilância em saúde do trabalhador.
- Sala da Vigilância Ambiental, está com coordenadora própria.
- Sala de Vacina
- Sala da Farmácia Básica
- Sala de Enfermeira – consultas de enfermagem e pré-natal e gerenciamento programas.
- Sala de Atendimento Psicólogo
- Sala de Curativo
- Sal de Consultas Médicas
- Sala de Agentes de Saúde

ESF3 – Urbano (anexo ao centro de Saúde = Unidade Atenção Primária)

Enfermeira ESF3 afastada por maternidade substituída pela Enfermeira destinada
Epidemiologia acumula ESF enquanto aguarda retorno da titular

- Sala de Consultas Médica
- Sala de Consultas de enfermagem
- Sala de Odontologia
- Sala de Agendamento Cisa
- Sala de Agendamento TFD
- Sala de Curativo
- Sala de Agentes de Saúde
- Sala de Esterilização por Autoclave de baixo volume de materiais por ciclo
- Equipe completa de cada ESF, inclusive rural: Médico, Enfermeira, Técnico e Agentes – 40 horas
- Posto de Saúde
- Posto de Saúde do Rio Bonito
- ESF Rural Sede da Equipe
- Sala de Consultas Médica
- Sala de Consultas de enfermagem
- Sala de Odontologia
- Sala de Curativo
- Sala de Agentes de Saúde

-Posto de Saúde do Bairro Catarinense

Extensão do Atendimento da Equipe Saúde da Família Rural

-Sala de Consultas Médica

-Sala de Consultas de enfermagem

-Sala de Odontologia

-Sala de Curativo

-Sala de Agentes de Saúde

-Leitos hospitalares: Todos os leitos passaram para os hospitais de Umuarama Com o término das atividades do Serviço Hospitalar e de Saúde que passou a atender como Unidade de Pronto atendimento 24 horas contando, no entanto com leitos suficientes para estabilização dos pacientes.

-Dados descritos sobre o atendimento à saúde: Atendimento segue orientações Estadual para atendimento em rede. Outros dados podem ser obtidos no Plano Municipal de saúde enviado, Relatório de Gestão.

- Relação de programas (preventivos e curativos):

ESF – Estratégia Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde, Hipertensão e Diabetes (hiperdia), suplementação de Ferro, PSE- Programa Saúde na Escola, ART – Tratamento Restaurado Atraumático, PIC – Práticas Integrativas e Complementares, APSUS – capacitação e Investimentos.

-Programas de saúde de prevenção de uso de drogas, AIDS, gravidez.

Não há Programas específicos para uso de drogas, aids, gravidez, todos são implementados no dia a dia das ações das Equipes de Saúde da Família, constando como grande preocupação a gravidez na adolescência. Temos Médico capacitado para tratamento de Tabagismo, mas ocorre baixa adesão.

Quanto aos usuários de Álcool e outras drogas temos o CAPS-AD, estruturado pelo CISA, para o qual são encaminhadas tais pessoas, na logística de transporte dos pacientes das especialidades atendidas pelo CISA.

-Programas preventivos e curativos de saúde bucal nas escolas, posto de saúde, programa de saúde da família: Programa Saúde na Escola, Programa de Bochechos com Flúor, Ações Adesão ao Programa Estadual de Tratamento Odontológico Atraumático (ART) com uso de Ionômero de vidro

-Consórcio de saúde: O Município faz parte do CISA - Consorcio Intermunicipal de Saúde, com situação financeira regular, onde tem consultas com especialista, Exames diversos: RX, tomografia, ressonância, parte da Farmácia Especializada, Órteses e próteses, óculos e também procedimentos e acesso ao ambulatório de ortopedia bem como a Cirurgias e anestesistas com incentivo municipal.

Participa do Ciuenp - Consórcio Intermunicipal Urgência Emergência Noroeste do Paraná, com fins de viabilizar a implantação e Manutenção do SAMU, também em situação regular financeiramente com o mesmo, para o qual está disponibilizando a UPA local para estabilização de pacientes.

Também participa do Consórcio Paraná Medicamentos onde faz aquisições dos medicamentos da farmácia básica, utilizando-se dos recursos das três esferas de financiamento: Federal, Estadual e do componente Municipal. Também tem situação regular nesse Consórcio para o qual faz participação monetária pagando anuidade I.

Sobrepeso e obesidade entre adolescentes e adultos: Não há dados tabulados, casos detectados pela ESF tem acompanhamento equipe Saúde da família incluindo monitoramento pelos Agentes de saúde.

Pacientes com obesidade mórbida são acompanhados por equipe multidisciplinar conforme protocolo para eventual cirurgia Bariátrica.

Tipos de doenças relacionadas a alimentação:

Existe doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas por diferentes faixas etárias, acredita-se que a vida atribulada, favorece a má alimentação e as pessoas

lembram do assunto apenas quando surge algum tipo de doença, quando são obrigadas a fazer uma dieta mais específica e muitas vezes restrita.

Apesar de ser município pequeno e relativamente calmo atitudes como pular refeições, consumir alimentos ricos em gorduras, industrializados e outras atitudes deste tipo diminuem a disponibilidade de nutrientes necessários ao bom funcionamento do organismo. Algumas doenças causadas em decorrência de uma alimentação inadequada estão presentes no Município quais sejam:

Obesidade - Caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal, associado a outros problemas de saúde como fatores genéticos, ambientais e psicológicos. Entre os fatores ambientais está o consumo excessivo de calorias e a diminuição no gasto energético devido ao sedentarismo, hábitos que prioritariamente devem ser modificados para o controle da doença.

Colesterol elevado - O aumento de colesterol na corrente sanguínea pode ocasionar entupimento de veias e artérias causando o infarto e derrame. Vindo, o colesterol de duas fontes: do seu organismo e dos alimentos que você ingere. No organismo ele é produzido pelo fígado e o colesterol proveniente da sua alimentação encontra-se em alimentos fontes de gordura animal, como: manteiga, margarina, creme de leite, bacon, leite integral, queijos amarelos. Como prevenção evitar o consumo excessivo de alimentos ricos em gorduras, bem como alimentos industrializados ricos em gordura trans, além de aumentar o consumo de alimentos ricos em fibras e praticar atividade física regularmente.

Gastrite - inflamação na mucosa do estômago, que podemos classificar de aguda ou crônica. Nos casos de gastrite crônica temos o *helicobacter pylori*, fator hereditário, stress, má alimentação, realização de poucas refeições ao dia com grande volume de alimentos e com grandes intervalos entre cada refeição.

Medidas preventivas na alimentação, como comer mais vezes ao dia, em menores quantidades é uma das medidas a serem tomadas. Também excluir alimentos que causam desconforto e irritam ainda mais a mucosa também é imprescindível, exemplo: frituras em geral, doces, bebidas à base de cafeínas, bebidas gaseificadas, bebidas alcoólicas, alimentos ácidos, condimentados e outros.

Diabetes - caracterizada pela falta de produção ou produção insuficiente de insulina ou também pela ação insuficiente da insulina, que faz com que haja o aumento na taxa de glicose no sangue. A diabetes tipo II pode estar relacionado com o excesso de peso e a obesidade. Pessoas com diabetes devem ter um acompanhamento com Nutricionista para elaborar um cardápio conforme a realidade da pessoa, controlar o consumo de carboidratos e incentivar uma reeducação alimentar, além da prática de exercícios físicos regularmente.

Hipertensão - níveis de pressão arterial acima dos valores de referência para a população em geral e suas causas são a obesidade, consumo excessivo de álcool, sal em excesso, tabagismo, sedentarismo e fator hereditário. Esta doença é um dos principais fatores de risco para as doenças cardiovasculares.

No entanto não temos dados numéricos para cada um dos tipos específicos de doenças relacionadas a alimentação.

Aleitamento materno: realiza-se o incentivo nas consultas de enfermagem durante pré-natal e outros momentos, com cumprimento do Protocolo do Programa Mãe Paranaense.

Apoio a família nas questões de alimentação: Não há um programa específico, mas detectado o problema pelas equipes ESF procura-se fazer um acompanhamento, especialmente no caso de crianças com necessidades de leites especiais, através da Ação da Assistência Social em conjunto com a saúde, supre as necessidades.

Ações de vigilância sanitária - área de alimentos: A vigilância sanitária do Município cumpre os Protocolos de Vigilância definidos pelo estado e pactuados no Sispacto, realizando 100% das ações propostas, especialmente na fiscalização da área de alimentos, Programa Leite das Crianças, rotulagem e fiscalização de alimentos produzidos pela agricultura Familiar

Suplementação de ferro: Programa disponível principalmente para gestante fazendo-se a suplementação desde as primeiras consultas de pré-natal.

O município aderiu em 2015 à fortificação alimentar através de saches para alimentação nas Creches (atualmente CEMEIs), pela adição de saches do preparado diretamente no alimento fornecido; através do PSE – Programa Saúde na Escola, mas não foi contemplado até o momento.

Tabela 26. Número de estabelecimento por tipo de convênio segundo o tipo de atendimento prestado, segundo dados do CNES - Paraná no ano de 2016

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de saúde		2016
			Público	Privado	
Internação	1	0	0	0	1
Ambulatorial	4	0	0	0	4
Urgência	1	0	0	0	1
Diagnose e terapia	1	0	0	0	1
Vig. Epidemiológica e sanitária	1	0	0	0	1

Tabela 27. Leitos de internação por 1000 habitantes, segundo dados do CNES, -Paraná no ano de 2016

Leitos existentes por 1000 habitantes	24
Leito SUS por 1000 habitantes	3,8

Todos Leitos transferidos para Cidade de Referência em Média e alta complexidade (Umuarama) desde transformação do SHS em Pronto Atendimento, conforme Condução da 12ª Regional de Saúde.

Tabela 28. Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade, dados do CNES – Paraná no ano de 2016

Especialidade	Público	
	Existentes	SUS
Cirúrgicos	02	02
Clínicos	14	14
Obstétricos	03	03
Pediátrico	05	05
Outras especialidades	0	0
Hospital/ DIA	0	0
Total	24	24

***2016 - Todos Leitos transferidos para Cidade de Referência de Média e Alta Complexidade (Umuarama-PR)

Assistência Farmacêutica

Visa analisar a organização e a prestação desta assistência, compreendendo desde o acesso ao elenco básico e o fornecimento dos medicamentos excepcionais até o financiamento.

Organizada e com Assistência Farmacêutica Básica e Hospitalar, está contando com uma Farmacêutica no Serviço Hospitalar e de Saúde, uma Autarquia destinada a gerir a Média e Alta complexidade do Sistema SUS no Município, em cujas instalações encontra-se a UPA - Unidade de Pronto Atendimento, cuja medicação é suprida através da mesma. A estrutura conta com local próprio, com palets para armazenamento conforme exigências da Vigilância Sanitária da Regional de Saúde.

Na Atenção Básica a Farmácia está localizada no Centro de Saúde contando com toda a infraestrutura física, inclusive ar condicionado e geladeira, exigida pelas orientações legais supervisionada pela 12ª Regional de Saúde e atende à demanda de receitas da Atenção Básica representada pelos 03 Equipes de Saúde de Família, bem como das emitidas pelos especialistas do CISA – Consórcio Intermunicipal de Saúde. Também faz a intermediação na distribuição de insulinas e componentes da Farmácia especializada estadual.

Conta com a REMUME – Relação Municipal de Medicamentos, que foi construída através de uma proposta da Regional de Saúde, Conselho de Farmácia e Universidade, conforme a RENAME - Relação Nacional de Medicamentos e Relação Estadual e seus componentes.

A Assistência Farmacêutica Municipal faz parte do Consórcio Paraná Medicamentos cujo financiamento Tripartite é repassado diretamente ao Consórcio ao qual também, se paga uma anuidade. A Municipalidade também alocou a contrapartida Municipal da Assistência Farmacêutica no Consórcio, o que traz muita economia na aquisição da medicação básica cujas aquisições são programadas trimestralmente via on line.

Recebe do Estado, uma vez que cumpriu os protocolos do APSUS componente Básico da Assistência Farmacêutica, tendo aderido em 2015 ao IOAF – Incentivo Organização Assistência Farmacêutica a ser utilizado no custeio da Assistência Farmacêutica, sob a condição de cumprimento dos itens do artigo 6º da Resolução SESA nº 620/15;

Assistência Laboratorial Básica

Conta o Município, instalado na Autarquia Serviço Hospitalar e de Saúde, com Laboratório Básico de Análises Clínicas, contando com um Bioquímico e um auxiliar de laboratório e eventualmente estagiários e, com os equipamentos necessários para análises clínicas básicas atendendo tanto o Pronto atendimento quanto as demandas vindas da atenção básica e também especializada do CISA.

Serviços não efetuados pelo Laboratório local são terceirizados e oferecidos gratuitamente à população, tanto dentro do Município quanto nos grandes centros que contem com tais serviços e, dentre as mais requisitadas, as análises anatomo-patológicas.

Planejamento

Há um Núcleo de planejamento composto pelo Secretário de Saúde, Diretores dos diversos setores como Atenção Básica, Diretor da Autarquia SHS, responsável pela média a alta complexidade, Vigilância em Saúde, Atenção Farmacêutica, coordenadores de diversos setores de serviço como Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador, Vigilância ambiental, Equipes ESF e de Saúde Bucal e Ouvidoria atento às demandas e oportunidades para fazer do setor saúde um processo resolutivo e em constante evolução, atento aos princípios do SUS.

Descentralização/Regionalização

Afeta à 12ª Regional de Saúde, sediada no Município polo de Umuarama, pela qual há um processo de orientação, educação em saúde aos profissionais e gestores e encaminhamento dos diversos processos e demandas desde a origem Federal, estadual, representada pela Secretaria de Estado da Saúde e, locais originadas no município.

Participa das Reuniões Bipartites regionais onde são aprovadas e direcionadas todas as decisões dos municípios pertencentes à Regional, a fim de que todos se beneficiem igualmente de cada processo. Também participa das Bipartites Estaduais realizadas em Curitiba além das reuniões e Câmaras Técnicas do COSEMS – Conselho Secretários Municipais de Saúde.

Financiamento

O financiamento é tripartite com aporte de recursos Federais, Estaduais e Municipais, sendo que está constituído o Fundo Municipal de Saúde para que se efetive as transferências fundo a fundo, sendo que cada tipo de transferência tem sua regulamentação própria de acordo com a Portaria 204/07 onde define os Blocos de financiamento, além das Resoluções da SESA PR com discriminação de recursos específicos para custeio ou capital. O Município tem investido por volta de 28% de todos os recursos recebidos, quando o Legal mínimo é de 15% sendo que detalhes dos gastos públicos e da execução orçamentária e financeira, que aliás são apurados quadrimestralmente e apresentados tanto na Câmara Legislativa quanto ao Conselho de Saúde e podem ser verificados também no Relatório de Gestão em Sistema on line denominado SARG SUS, que disponibiliza ao público os relatórios de vários anos anteriores.

Participação Social

É efetivada pela atuação do Conselho Municipal de Saúde criado pela Lei Municipal 194/90, atualizada em 2001 pela Lei 399, onde na época constituía o Conselho de forma paritária segundo a Resolução 333 do Conselho Nacional de Saúde, com representatividade de 50% de Usuários, 25% de Trabalhadores da Saúde e 25% de Gestores e Prestadores de Serviço. Tem Caráter Consultivo e Deliberativo e Reúne-se o Conselho Ordinariamente, bimestralmente nos meses ímpares para resoluções e deliberações e extraordinariamente sempre que assim for exigido.

Em parceria com a Prefeitura de Francisco Alves tem convocado regularmente, por resolução conjunta, as Conferências Municipais de Saúde tendo a última sido realizada em 2017.

Gestão do Trabalho em Saúde

A Gestão do Trabalho está calcada na contratação por concurso, havendo eventuais contratações substitutivas por outros meios em casos excepcionais como em caso de afastamento de funcionário para tratamento de saúde.

As equipes de atenção Básica estão completas, bem como do Pronto Atendimento, cujos funcionários são cedidos pela mantenedora (Prefeitura) à Autarquia Municipal Serviço Hospitalar e de Saúde, evitando assim a precarização dos trabalhadores e as consequências de tal prática tanto para o Serviço Público como para os profissionais que ficam sem segurança e incentivo para auto aperfeiçoamento.

Recebem insalubridade de acordo com levantamento do Perfil Profissionográfico Previdenciário e legislação específica. Todos fazem parte do Plano Geral de Cargos e Salários não havendo um Plano de Cargos, salários e Carreira específico para a Saúde. Não distribui incentivo por produtividade, especialmente do PMAQ por ser somente uma equipe e também por necessitar lei municipal específica o que demanda um estudo de impacto nas finanças pública. Há negociação salarial em conjunto com sindicato dos funcionários públicos visando melhorias de salários e resolutividade dos serviços bem como das condições de trabalho.

Educação em saúde

Afeta, hoje mais a responsabilidade Estadual e Municipal, proporciona o deslocamento de profissionais para receberem treinamento e instruções tanto para a Regional de Saúde quanto para outras partes do Estado.

Localmente possui um Núcleo de Educação em Saúde criado em 2009 pelo Decreto 60/09 e nomeando seus membros para com certa especificidade acompanhar fases do planejamento, implantação e operação das obras e serviços oriundos dos recursos repassados pela FUNASA, mais especificamente para implantação da rede de esgoto sanitário, através da SANEPAR.

Desenvolve, no entanto, trabalhos de educação em saúde em todas as áreas, através dos setores de Vigilância em Saúde e Atenção Básica.

Em parceria com a Secretaria de Educação participa de eventuais palestras de interesse de ambas as áreas, por ela contratadas, além de educação em saúde e Nutrição junto aos escolares inclusive através do PSE – Programa Saúde na Escola.

Tem contado com a parceria da UNIPAR – Universidade Paranaense para desenvolver alguns projetos de educação da população, com participação por exemplo no Dia D de combate à dengue

Informação em Saúde

O Município está em sintonia com os diversos sistemas de informação possuindo funcionários responsáveis para cada um sendo que na saúde tem licitado um sistema próprio que carrega todas as informações de atendimento, ações de agentes de saúde e de endemia, e reunindo os dados os transmite ao e-sus através de programa específico disponibilizado pelo DATASUS e também a outros programas.

Ouvidoria

Tem ouvidoria Municipal implantada pela Lei 914/2015 e na Saúde desde 2012 pela resolução 03/2012 da Secretaria de Saúde que define orientações Gerais da mesma, bem como com ouvidor nomeado por decreto e atualmente tem se adequado segundo as últimas instruções da Ouvidoria Estadual, através da Regional de Saúde, visando a implantação do Sistema SIGO, a fim de informatizar o Serviço.

Infraestrutura

Possui infraestrutura e recursos logísticos atualizados e corrigidos conforme legislação e aproveitamento de incentivos para investimentos em reforma e ampliação, assim: reformou e ampliou posto de saúde do Distrito do Rio Bonito para abrigar a ESF 2 – Rural, bem como o Posto de Saúde do Bairro Catarinense.

Ampliou e reformou o Centro de Saúde da sede do Município para abrigar ESF, Farmácia, Vigilância em Saúde sala de Vacinas climatizada e com geladeiras específicas com alarme e discagem a telefone em caso de problemas ou falta de energia. Reformou também as instalações do Serviço Hospitalar e de Saúde, de acordo com projeto orientado pela Regional de Saúde, para abrigar a UPA – Pronto Atendimento 24 horas em substituição ao Hospital de pequeno porte, este inviável tanto do ponto de vista financeiro como de capacidade produtiva.

Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS

Tem como missão organizar as ações e serviços de Atenção Primária à saúde, visando a promoção do cuidado da população em todo o seu ciclo de vida.

O programa faz parte do Família Paranaense da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, destinada aos municípios elencados pelo Programa Família Paranaense como prioritários, para a implementação de ações em saúde no Programa Família Paranaense, que propõe a melhoria das condições de vida e o protagonismo das famílias com maior grau de vulnerabilidade social, por meio de oferta de ações intersetoriais.

7 - Aspectos Sociais

A Secretaria Municipal de Assistência Social tem como objetivo implementar de modo articulado e intersetorial a Política Municipal de Assistência Social, formulada democraticamente com a sociedade, em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS nº. 8.742 de 7/12/1993, Lei 12.435/2011, que altera alguns artigos da LOAS (Lei nº 8.742/1993), integrando ao texto o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a Política Nacional de Assistência Social/2004, o Sistema Único de Assistência Social/NOB 2005 e a Lei Orgânica Municipal, visando à melhoria da qualidade de vida e a promoção da cidadania no Município. Baseado em indicadores da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

Caracterização demográfica da extrema pobreza

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de

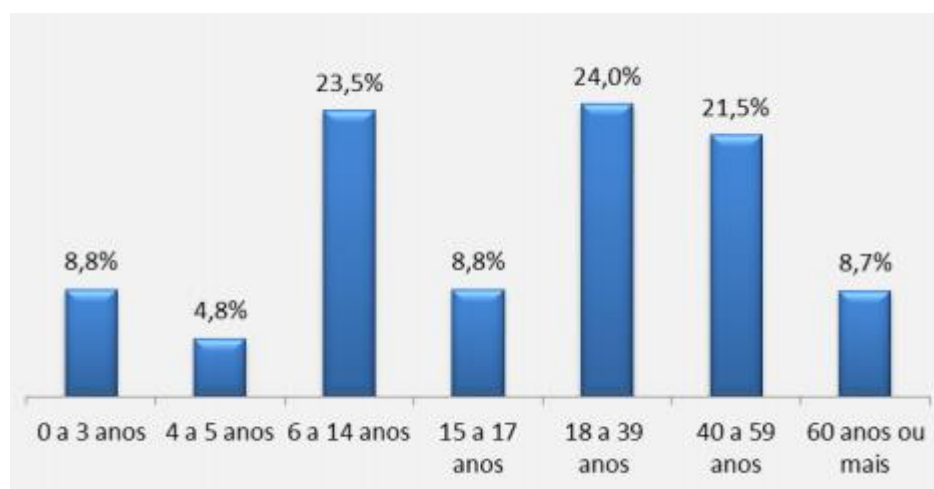
6.418 residentes, dos quais 337 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 5,3% da população municipal vivia nesta situação. Do total de extremamente pobres, 137 (40,6%) viviam no meio rural e 200 (59,4%) no meio urbano.

O Censo também revelou que no município havia 30 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 16 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 79 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 30 jovens nessa situação. Foram registradas 29 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. 45,9% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos.

Tabela 29. População em situação de extrema pobreza por faixa etária - 2010

Idade	Quantidade
0 a 3	30
4 a 5	16
6 a 14	79
15 a 17	30
18 a 39	81
40 a 59	72
65 ou mais	29
Total	337

Gráfico 43. Distribuição da população pobre por faixa etária



Fonte – MDS – SAGI

Serviços socioassistencial

A Política Nacional de Assistência Social prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade, os quais atendem as necessidades sociais das pessoas como cidadãos de direitos. São compostos por programas, projetos, serviços e benefícios ofertados pelo município.

A estrutura e o funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social compõem a rede de proteção social básica e especial que busca prevenir ou retirar os indivíduos que se encontram em situações de risco pessoal e social.

A porta de entrada para os serviços de Proteção Básica é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. O Município conta como uma unidade de CRAS e o serviço de proteção especial está diretamente ligado ao órgão gestor da assistência social.

Atendimento da Rede Pública de Assistência Social

A Política Nacional de Assistência Social (Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS), estabelece que o objetivo da Proteção Social Básica é: “prevenir situações de risco, desenvolvendo potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”.

O público alvo é “a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, fragilidade de vínculos afetivos relacionais e fortalecimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) ”.

Proteção Social Básica:

• Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) –

Programa desenvolvido pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, contribui para o processo de inclusão social das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, atuando de forma integrada com os programas

sociais do Governo Municipal, com vista à garantia de direitos sociais através de ações socioeducativas e de inserção produtiva, potencializando a rede socioassistencial básica e a organização comunitária para o desenvolvimento local.

Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, de maneira a promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

O município realiza uma média de 70 atendimentos/mês.

• **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV**

Este serviço é realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, afim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolvendo o sentimento de pertença e de identidade, fortalecendo vínculos familiares e incentivando a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social.

No município esse serviço é oferecido a 72 crianças e adolescentes, 10 adultos e 11 idosos. As atividades são diferenciadas, com metodologias específicas, conforme preconizado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Benefícios socioassistenciais:

- **Auxílio Cesta Básica** – tem como objetivo atender as famílias em situação de vulnerabilidade social para complementação alimentar. Distribuição de alimentos: O município oferta em média 35 benefícios eventuais (cestas básicas) mensais, sendo que tal benefício provem em torno de 16 itens e a prioridade é para famílias em situação de vulnerabilidade, enquadrando gestantes, idosos, lactantes e crianças ou em casos de calamidade pública.

- **Auxílio Passagem** - visa o fornecimento de passagem para pessoas que se encontram em transito no município a serem encaminhadas para outros destinos, bem como para atendimentos as necessidades sociais dos usuários da Política de Assistência Social, conforme avaliação da equipe técnica do CRAS. Meta de atendimento: 300 passagens/ano.

- **Auxílio Natalidade** - visa o fornecimento de material de consumo (kit para o bebê) para atendimento a criança de forma a reduzir vulnerabilidades provocadas por nascimento de membro da família. São atendidas aproximadamente 02 gestantes (mensal).

- **Auxílio Funeral** - tem como objetivo oferecer serviços funerários. Visa reduzir vulnerabilidades provocadas por falecimento de membro da família. Não se tem uma média, o atendimento se dá conforme a demanda.

- **Auxílio Documentação** - é concedido em forma de autorização para aqueles que necessitam de documentos como forma de garantia ao direito à cidadania. Não se tem uma média, o atendimento se dá conforme a demanda.

- **Benefício de Transferência de Renda** - é feito pelo Programa Bolsa Família (PBF) – programa de transferência de renda direta com condicionalidades, do

governo federal. O benefício varia de acordo com a renda familiar por pessoa e o número de crianças, adolescentes jovens e que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

- **Benefício de Prestação Continuada (BPC)** - é ofertado à pessoa idosa com mais de 65 anos e a pessoa com deficiência, que comprovem não possuírem meios para prover sua sobrevivência. Este benefício é feito junto a Agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de Umuarama, atualmente o município tem 183 indivíduos recebendo este benefício de um salário mínimo por mês.

-Número de pessoas idosas BPC - 33

-Número de pessoas com deficiência BPC – 126

- **Programa Família Paranaense** da Secretaria de Estado da Família e do Desenvolvimento Social (SEDS). As famílias estão sendo acompanhadas pela equipe de referência do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). A família beneficiária deste programa Estadual recebe o valor da renda no mesmo cartão social do Programa Bolsa Família do Governo Federal. O município tornou-se prioritário, por que foi selecionado pelo valor do Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM), pelo percentual de extrema pobreza e pelo Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVFPR). No mês de setembro de tivemos 246 Famílias em Alta Vulnerabilidade Social.

Proteção Social Especial

É a modalidade de atendimento assistencial destinada as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

São situações que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas, comportam encaminhamentos monitorados, apoio e

processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

Ações na área de Segurança Alimentar e Nutricional.

Lanches oferecidos nas oficinas e atividades desenvolvidas para o público alvo.

Grupos do PAIF: Sucos, Pão com patê, Bolo de cenoura, Tortas de legumes e frango, etc.

SCFV: refeições para as crianças (café da manhã, almoço, café da tarde) e o mesmo lanche que é fornecido para PAIF, também oferta para o SCFV.

Figura 34. Lanches oferecidos nas oficinas e atividades



8 - Aspectos Agrícolas e Pecuária

Tabela 30. Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas - 2006

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Área (ha)
Lavoura temporária	287	13.062
Horticultura e floricultura	19	182
Lavoura permanente	43	798

Pecuária e criação de outros animais	504	15.752
Produção florestal de florestas plantadas	2	X
Produção florestal de florestas nativas	1	X
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	1	X
Total	857	29.835

Fonte> IBGE – Censo Agropecuário

Nota: A soma das parcelas da área, não corresponde ao total porque os dados das unidades territoriais com menos de três informantes, estão desidentificados com o caráter 'x'. Dados revisados e alterados após a divulgação da 2ª apuração do Censo Agropecuário, em outubro de 2012.

Tabela 31. Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor - 2006

Condição do Produtor	Estabelecimentos	Área (ha)
Proprietário	697	25.791
Arrendatário	101	3.646
Parceiro	7	179
Ocupante	50	219
Produtor sem área	2	
Total	857	29.835

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

NOTA: A soma das parcelas da área, não corresponde ao total porque os dados das unidades territoriais com menos de três informantes, estão desidentificados com o caracter 'x'. Dados revisados e alterados após a divulgação da 2ª apuração do Censo Agropecuário, em outubro de 2012.

Tabela 32. Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola por tipo de cultura temporária - 2016

Cultura Temporária	Área colhida (ha)	Produção (t/há)	Rendimento médio
Abacaxi (mil frutos)	8	210	26.250
Mandioca	300	8.750	29.167
Melancia	5	150	30.000
Milho (em grão)	16.500	74.250	4.500
Soja (em grão)	17.080	61.320	3.890

Tomate	2	59	29.500
Triticale (em grão)	15	38	2.533

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal

NOTA: Os municípios sem informação para pelo menos um produto da cultura (lavoura) temporária não aparecem nas listas.

Diferenças encontradas são em razão dos arredondamentos. Posição dos dados, no site da fonte, 29 de setembro 2017

Tabela 33. Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola pelo tipo de cultura permanente - 2016

Cultura Permanente	Área colhida (ha)	Produção (t/há)	Rendimento Médio 3(kg/ha)
Banana (cacho)	50	1.000	20.000
Café (em grão)	5	5	1.000

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal

NOTA: Os municípios sem informação para pelo menos um produto da cultura (lavoura) permanente não aparecem nas listas. Diferenças encontradas são em razão dos arredondamentos. Posição dos dados, no site da fonte, 29 de setembro 2017.

Tabela 34. Efetivo de Pecuária e Aves - 2015

Efetivos	Número	Efetivos	Número
Rebanhos de bovinos	23.756	Rebanho de ovinos	457
Rebanho de equinos	523	Rebanho de caprinos	299
Galináceos – total	878.000	Rebanho de vacas ordenadas	3.532
Galinhas (1)	2.400		
Rebanho de suínos – total	3.000		
Matrizes de suínos (1)	19		

FONTE: IBGE - Produção da Pecuária Municipal

NOTA: O efetivo tem como data de referência o dia 31 de dezembro do ano em questão. Os municípios sem informação para pelo menos um efetivo de rebanho não aparecem nas listas. Os efetivos dos rebanhos de asininos, muares e coelhos deixam de ser pesquisados, em razão da pouca importância econômica. A série histórica destes efetivos encerra-se com os dados de 2012. Posição dos dados, no site da fonte, 29 de setembro 2017.

(1) A partir de 2013 passa-se a pesquisar as galinhas fêmeas em produção de ovos, independente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação) e as matrizes de suínos.

Tabela 35. Produção de Origem Animal – 2015

Produtos	Valor (R\$ 1.000,00)	Produção	Unidade
Casulos do bicho-da-seda	31	1.879	Kg.

Leite	13.178	18.250	mil l
Mel de abelha	60	7.000	Kg.
Ovos de galinha	56	27	mil dz.

FONTE: IBGE - Produção da Pecuária Municipal

NOTA: Os municípios sem informação para pelo menos um produto de origem animal não aparecem na lista. Diferenças encontradas são em razão da unidade adotada. Posição dos dados, no site da fonte, 29 de setembro 2017.

3. DESAFIOS DO PLAMSAN/2018-2021

Desafio 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional – Corresponde à Diretriz 1 da PNSAN.

1- Transferência de Renda

No município temos inseridas no Cadastro Único 1.055 famílias, destas 459 recebem o Benefício do Programa Bolsa Família. 18,23% da população beneficiada pelo PBF aproximadamente. O Valor transferido no mês de setembro de 2017 aos beneficiários foi de R\$ 81.722,00, sendo o valor médio do benefício de R\$ 178,04 por família.

Condicionalidades

Perfil Assistência Social:

Gestão de cadastros Famílias com renda até ½ salário mínimo no município: 898 famílias. Famílias com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizada: 647 famílias Taxa de Atualização Cadastral (TAC): 72,05% Média nacional TAC: 70,26%

Perfil Educação:

Total de crianças e jovens de 6 a 17 anos do PBF no município: 437 crianças/jovens Crianças e jovens de 6 a 17 anos acompanhados: 337 crianças/jovens Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE): 77,12% Média nacional TAFE: 92,57%.

Perfil Saúde:

Total de famílias com perfil saúde no município: 367 famílias. Famílias acompanhadas: 159 famílias Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (TAAS): 43,32% Média nacional TAAS: 78,25%.

No município temos no Benefício de Prestação Continuada – BPC:

Beneficiários Idosos = 33

Beneficiários com Deficiência = 126

2- Programa Família Paranaense

O Município foi selecionado pelo valor do Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM), pelo percentual de extrema pobreza e pelo Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVFPR). Tornando assim município prioritário.

O Família Paranaense apresenta os seguintes dados:

Famílias cadastradas no CadÚnico – 1.059

Famílias em alta vulnerabilidade social – 246

Famílias selecionadas – 19

Famílias recebidas – 0

Famílias incluídas – 94

Famílias desligas – 11

Famílias aptas ao desligamento – 2

Famílias com necessidades de atualização – 38

Ações

Renda família paranaense – 523

Luz fraterna – 848

Índice de aderência – 50%

Atualizações: Folha (PBF) 09/2017 – CadÚnico 19/08/2017 – Painel 27/09/2017 13:03.

3 - Alimentação Escolar (cmei/ rede municipal/estadual)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação dos hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar saudável e balanceada e de ações de educação alimentar e nutricional o repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O município faz a complementação dos valores repassados pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O valor repassado ainda é pouco diante da demanda existente no município. No ano de 2016 o município recebeu do FNDE através do Programa Nacional de

Alimentação Escolar – PNAE o valor de R\$ 87.098,00, esse valor foi pago em 10 parcelas - março a dezembro - desse valor trinta por cento (30%) o que corresponde a R\$ 26.129,40 foi pago aos agricultores da agricultura familiar, o município investiu um valor de R\$ 152.771,64 em recursos próprios (livres) para manter a qualidade da merenda escolar municipal, sendo um total de R\$ 239.869,64.

Os recursos gastos com a agricultura familiar visam integrar intervenções na área da agricultura com iniciativas de proteção social, nomeadamente a alimentação escolar. O município hoje conta com 10 produtores da agricultura familiar, como dito anteriormente os produtores são os mesmos do PAA e PNAE e feira local.

O problema que o município enfrenta hoje é que estes produtores produzem os mesmos tipos de hortaliças, sendo a maioria desses folhosas, e a quantidade de tubérculos como: cenoura, beterraba, mandioca se torna pouco perante a nossa clientela, na questão de frutas hoje não temos nem um produtor que produz, já tivemos maracujá, banana maçã, mamão, bem como polpa de fruta e hoje esses alimentos não faz mais parte da produção da agricultura familiar.

Com relação a quantidade de produtos recebidos da agricultura familiar é suficiente pois supre a necessidade das escolas o que falta é diversidade de alimentos. Precisa-se incentivar a produção de olericultura, bananas, abacaxi, melancia, arroz e feijões.

A aquisição de produtos da agricultura familiar é feita através de chamamento público, dispensando o processo licitatório, teve início no ano de 2009, sendo desde essa data transferido 30% dos recursos do PNAE, os valores pagos aos produtores correspondem a nossa demanda. A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela LEI N° 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da AE. Ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros

alimentos diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar. Este encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede municipal de ensino.

Em 2017 estão sendo atendidos no município, alunos, distribuídos da seguinte forma:

Pré escola: 193 alunos;

Creches: 155 alunos;

Ensino fundamental: 602 alunos;

Atendimento Educação Especial:

Deficiente visual: 07 alunos;

Deficiente mental: 04 alunos;

Deficiente Intelectual: 05 alunos

Atendimento em convênio Prefeitura municipal e APAE município de Iporã: 32 crianças.

4 - Programas existentes na área de segurança alimentar e nutricional:

Tem-se médio acesso ao Pronaf, alguns produtores não acessam ou por falta de informação (não procuram informações) ou próprio comodismo (estão estagnados, não querem sair da sua zona de conforto).

É preciso melhorar e incentivar o acesso ao PRONAF, visando diversificar a produção e também realizar a transição para a produção de orgânicos como: olericultura, bananas, abacaxi, melancia, arroz e feijão.

No município temos os seguintes programas:

Programa Saúde na Escola (PSE);

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

Programa Municipal na Rede Escolar de Alimentação Especial (Intolerância a lactose, intolerância ao glúten, e outras alergias alimentares)

5 - Produtos da agricultura familiar:

Os recursos gastos com a agricultura familiar visam integrar intervenções na área da agricultura com iniciativas de proteção social, nomeadamente a alimentação escolar.

O município hoje conta com 10 produtores na agricultura familiar, como dito anteriormente os produtores são os mesmos do PAA e Projeto 30% e feira. O problema que o município enfrenta hoje é que estes produtores produzem os mesmos tipos de hortaliças, sendo a maioria desses folhosos, e a quantidade de tubérculos como: cenoura, beterraba, mandioca se torna pouco perante a nossa clientela, na questão de frutas hoje não temos nem um produtor que produz, já tivemos maracujá, banana maçã, mamão, bem como polpa de fruta e hoje esses alimentos não fazem mais parte da produção da agricultura familiar. Muitos agricultores relatam que com a utilização dos agrotóxicos nas plantações de soja e milho ocasionaram a morte dos pés de fruta na região.

Na questão da quantidade de produtos recebidos da agricultura familiar a quantidade entregue por ano supre a necessidade das nossas escolas o que falta é diversidade de alimentos.

O PAA teve início no ano de 2011, a agricultura familiar é fortemente marcada pela produção de hortaliças e manufaturados como pães, bolachas, massas caseiras como macarrão caseiro, estes produtores são os mesmos que compõem a Feira de Produtores. No caso dos agricultores no município a economia rural é marcada pela produção de soja e milho e pecuária leite, o município também tem produtores alevinos de (peixe tilapia), é uma produção nova mas vem aumentando.

O que se produz hoje: Olericultura- grandes quantidades de uma determinada olerícula, ex. alface, em uma época do ano, em outra época não se produz nada e também uma pequena quantidade de banana.

O que precisa é melhorar o escalonamento da produção, melhorar em muito a diversidade tanto das olericulturas como das frutas (bananas, abacaxi, melancia) e cereais (arroz e feijões).

6 - Os produtos adquiridos pelo PNAE municipal são:

Abóbora seca, abobrinha verde, acelga, aipim/mandioca, alface, banana maçã, banana nanica, batata doce, beterraba, bolacha caseira, macarrão caseiro, brócolis, cebolinha verde, cenoura, chicória, chuchu, couve manteiga, milho verde sem palha, pão caseiro, repolho, salsinha, maracujá e pepino.

7 - Como se dá a educação nutricional nas escolas:

A educação nutricional nas escolas municipais se dá principalmente através do cardápio adequado, balanceado e saudável que visa à promoção e a proteção da saúde através da formação de bons hábitos alimentares garantindo uma vida saudável e prevenindo doenças relacionadas a alimentação como: hipertensão, colesterol alto, diabetes, triglicerídeos alto, anemia, alergias alimentares entre outros.

São realizadas palestras com os educandos sobre alimentação adequada e saudável, bem como os grupos de alimentos, grupo de energéticos, grupo de construtores, grupo reguladores e grupo de carboidratos simples.

Através de palestras com os pais sobre alimentação saudável, uma vez que as crianças fazem alimentação saudável na escola, porém em casa se alimentam errado.

Através do fornecimento de produtos de origem da agricultura familiar, pois além de consumir alimentos saudáveis as crianças aprendem a valorizar a agricultura familiar local.

E também orientação as cozinheiras no que diz respeito a alimentação adequada e saudável.

8 - Número de crianças fora da escola/educação infantil:

Temos filas de espera somente nos Centros de Educação Infantil do município.

9 - Como se dá avaliação nutricional dos alunos:

A avaliação nutricional dos estudantes se dá anualmente através da coleta de dados antropométricos (peso/altura) dos alunos e avaliação de peso/estatura/idade, realizado através do Programa Saúde na Escola (PSE) juntamente com a Secretaria de Educação através da equipe do PSE e nutricionista da educação o trabalho acontece de forma intersetorial saúde e educação.

Esse trabalho tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

O último dado é deste ano, e realizamos a pesagem em agosto/2017, os dados encontram-se disponíveis no Sistema de Saúde e SERE educação. Foram avaliados 903 estudantes da rede municipal de ensino, os alunos da rede estadual também foram avaliados pelos mesmos métodos, porém quem faz a pesagem são os professores da rede estadual de ensino, os dados também se encontram disponíveis no SERE.

10 - Distribuição de Alimentos:

Na área da Assistência social

Distribuição de alimentos: O município oferta em média 35 benefícios eventuais (cestas básicas) mensais, sendo que tal benefício provem em torno de 16 itens e a prioridade é para famílias em situação de vulnerabilidade, enquadrando gestantes, idosos, lactantes e crianças ou em casos de calamidade pública.

Na área da educação

A distribuição de alimentos dentro do município no geral é feita direto do produtor para comprador (prefeitura), e supermercados (prefeitura).

A compra de alimentos é feita através de Licitação na modalidade “Pregão Presencial”, realizada anualmente de acordo com a faixa etária da clientela atendida. A distribuição pelo fornecedor, é realizada mediante uma listagem liberada pela secretaria municipal de educação, que entrega os produtos diretamente nos CMEIs e escolas e as merendeiras mediante orientação da nutricionista, conferem e atestam a qualidade dos gêneros alimentícios, ex: latas amassadas, qualidade de verduras.

Os gêneros alimentícios não perecíveis são entregues mensalmente e os gêneros perecíveis como leite, carne, ovos, pães, frutas e verduras, são entregues semanalmente.

No Programa de Aquisição de Alimentos e Projeto Trinta por cento (30%), a central de recebimento está localizada na Secretaria Municipal de Educação, é feita de forma direta produtor e secretaria de educação (prefeitura). A central de recebimento possui uma balança com capacidade de 250kg e um estrabo, o controle de qualidade é feito pela nutricionista responsável da merenda escolar, que ao receber os produtos faz uma minuciosa qualificação. Quando o produto vem em qualidades duvidosas o produtor recolhe e leva de volta, depois do recebimento a nutricionista também é responsável pela distribuição, onde é acionado um motorista da prefeitura municipal para entregar os produtos nas instituições de ensino.

Desafio 2 - Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural - Corresponde às Diretrizes 1, 2, 4, 5 E 6 da PNSAN;

1 - Insegurança Alimentar e Nutricional

Percebe-se que os produtores estão plantando sempre os mesmos produtos, não tem diversificação sendo preciso incentivar os produtores a plantarem outros tipos de produtos visando diversidade e qualidade nutricional e com isso proporcionar a segurança alimentar da população local.

2 - Acesso à Terra e Gestão Territorial

Desde 2011 até o presente momento foram feitos 5 créditos fundiários pelo PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário), as famílias passaram de trabalhadores rurais a produtores rurais.

Desafios para o Futuro: O programa é muito burocrático e se gasta muito tempo para pagar o vendedor da área, com isso há uma falta de estímulo para quem vende a área de terra e para quem acessa o programa.

O valor que se paga pela área de terra adquirida no programa é muito baixo, já que no município o valor da terra é superior ao restante da região, pela vocação dos solos do município em produzir grão com alta produtividade.

3 - Ocupação do Solo

A área total do município é de 31.189,80 hectares, sendo a maior parte ocupada pela área rural, sendo em torno de 1.000,00 produtores, com uma variada diversificação de produtos como: plantio de soja, milho safrinha, milho para silagem no verão mais e mesma área para o inverno, mandioca industrial, pastagem cultivadas, abacaxi, banana, pouca produção ainda pois o plantio esta novo, melancia, café, mandioca de mesa, alface + olerícolas folhosas, limão, feijão verde, tomate, aves de corte (integração) produção de mais de 6 milhões de aves por ano, de leite, produção de 15 milhões de litros de leite por ano, gado de corte, produção de 10.000 cabeças por ano, ovinos, produção de 1.000 cabeças por ano, peixe (produção de tilápia, nos próximos anos os aumentos nos produtores e na produção será muito grande, vamos passar 500 hectares de lâmina de água e 50 produtores), produção de 60 toneladas de tilápias por ano,

produção atual, ovos de galinha, produção caseira, 12 mil dúzias por ano, suínos, produção de 10.000 cabeças ano, melação e rapadura, 15 toneladas por ano.

4 - Acesso à Políticas Públicas

Na área da agricultura:

Apesar dos programas existentes, tem-se que realizar ações de divulgação dos mesmos, pois muitos não acessam por falta de conhecimento e também é preciso melhorar e aumentar a assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais.

Na área da assistência social:

A forma de acesso às políticas públicas na área rural se faz por busca ativa, assim como por informações dos agentes de saúde e terceiros.

5 - Percentual da área ocupada pela agricultura familiar em relação a área total de produção

No município 60% do solo é ocupado pela agricultura familiar.

6 - Programas de incentivos a agricultura familiar a nível municipal, estadual e federal.

•Municipal:

Desde 2003 foram investidos mais de 6.000.000,00 em estradas rurais, em várias ações, como:

- Adequação de estradas e carreadores e aplicação de cascalhos em estradas e carreadores nos pontos mais críticos), foram adequados quase 200 km de estradas;
- Terraplanagem em todas as construções dos aviários e regularização dos acessos ao mesmo com cascalhamento e adequação;
- Substituição das pontes de madeira em péssimo estado por pontes em concreto armado (Convênio entre estado e município);
- Construção de casas rurais (Convênio entre união, estado e município);
- Distribuição de mais de 200 toneladas de Calcário (Convênio entre município e estado);
- Construção de poços comunitário;

- Construção de poços e rede de distribuição de águas (Convênio entre união e município);
- Compras de alimentos para merenda escolar de produtores rurais;
- Programa de inseminação artificial (melhoramento da genética do rebanho leiteiro);
- Oferta de dois técnicos para atender os produtores.

•Estado:

- Construção de pontes;
- Programa do Óleo Diesel (recurso destinado para compra de óleo diesel para manutenção das estradas rurais);
- Pavimentação de estrada (Pavimentação em bloco sextavado da estrada Pirapó, que dá acesso ao maior distrito do município com grade concentração de produtores familiares, investimento de R\$ 2.000.000,00.
- Programa de Fertilidade do Solo (Aquisição de mais de 200 toneladas de Calcário);
- Programa Trator Solidário (Acesso aos produtores a 3 colhedoras de grãos no valor de quase mais de R\$1.000.000,00;
- Fornecimento de 4 resfriadores de leite no valor de R\$ 32.000,00.

Desafio 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN

1 - Fortalecimento da Agricultura Familiar

E necessário a divulgação das políticas públicas existente e também promover acesso todas as políticas públicas.

2 - Transição Agroecológica

É importante que o município junto com a EMATER faça o acompanhamento, e que os produtores comecem a realizar a transferência de tecnologia com assistência técnica.

3 - Mulheres e Juventude

O que devemos buscar é realizar ações de divulgação e facilitar o acesso ao programa do PRONAF Mulher, pois raramente este programa é acessado, muitas vezes causado pela monopolização da administração da propriedade somente no chefe de família.

E com relação aos jovens o programa é essencial para que se possa ter sucessão na propriedade rural, pois devido à idade avançada dos chefes familiares (maiores que 55 anos), precisa se pensar na sucessão da propriedade familiar.

4 - Sementes

Não existe programa Municipal, Estadual ou Federal. Faz-se necessário criar programa em parceria com o estado, para adquirir sementes de cobertura e adubação verde, já que este tipo de cultura, não demanda interesse dos produtores, pois não tem benefícios econômicos diretos, pois são culturas responsáveis por cobertura do solo, adubação e manutenção da estabilidade do solo.

5 - Mudanças Climáticas

Para que no futuro não tenhamos problemas ambientais é preciso manter ou recompor as matas ciliares e também manter e cuidar das florestas nativas.

Desafio 4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN.

1 - Compras Públicas:

PNAE: A aquisição de produtos da agricultura familiar pode ser realizada por chamada pública, dispensando-se neste caso o processo licitatório.

Os outros produtos que fazem parte da alimentação escolar como: frutas, hortaliças, ovos, tubérculos, grãos, leite e derivados, carnes e derivados, açúcar, sal, óleo entre outros é feito através do processo licitatório.

No município o desafio é promover acesso as políticas públicas e valorizar a produção municipal dos produtores da agricultura familiar.

Também se faz necessário a fiscalização dos vendedores ambulantes da agricultura familiar de outros municípios.

2 - Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional:

Temos uma central de recebimento e distribuição, porém com tudo isso necessitamos de um lugar adequado que contenha ventilação natural e iluminação natural para que possamos implantar a Central de Recebimento e Distribuição de Alimentos, também um veículo próprio somente usado para a distribuição de alimentos com isso melhoraria muito a logística de entrega dos produtos, pois as vezes chega o produto e não tem o veículo para distribuir o mesmo, alterando assim sua qualidade.

A prefeitura também faz a compra e manutenção de equipamentos utilizados na preparação e armazenamento de produtos da alimentação escolar, também realiza a manutenção de utensílios utilizados na alimentação escolar, isso ocorre em todas as instituições escolares.

Em 2.017 foi inaugurada a Escola de ensino fundamental Prof. Júlio Levino Rodrigues de Ensino Fundamental que até então funcionava compartilhada com o estado, para esta escola foi adquirido todos os utensílios e equipamentos a serem utilizados na preparação e armazenamento da merenda escolar.

3 - Agricultura Urbana

Temos uma vila urbana, existe dois produtores que entregam para os projetos PAA e Projeto 30% e também entregam na feira e em outros municípios.

4 - Organização de feiras:

No município tem-se 10 produtores feirantes. A feira acontece de terça e sexta-feira, a partir das 16:00 até às 18:00 horas, perto do pátio de máquinas da

prefeitura municipal, se faz necessário ampliar para produtos orgânicos, incentivar a diversidade e também melhorar a infraestrutura.

O município cedeu o terreno e construiu o barracão com as bancas para comercialização.

Desafio 5 - Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias – Corresponde às Diretrizes 3 e 5 da PNSAN.

1 - Promoção da Alimentação Saudável no Ambiente Escolar:

A promoção da alimentação saudável no ambiente escolar se dá principalmente na oferta de cardápios saudáveis que são preparados com produtos da agricultura familiar, os cardápios são balanceados e saudáveis e visa à promoção e prevenção da saúde bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis.

A alimentação saudável se dá através de palestras educativas para educandos e pais dos mesmos, visa orientar sobre a alimentação balanceada e saudável e consequentemente previne doenças relacionadas a alimentação como: alergias, hipertensão, colesterol alto, triglicérides alto, anemias entre outros.

Também realiza o controle alimentar em relação a dietas especiais, quando a criança apresenta alguma doença por exemplo, diabetes, intolerância ao glúten e a lactose, alergias alimentares entre outras, para esta criança é oferecido dieta especial, mas para isso os pais devem apresentar a Secretaria Municipal de Educação (nutricionista) a receita médica com diagnóstico da doença.

2 - Controle dos riscos relacionados ao consumo de alimentos e a exposição ao uso de agrotóxicos.

Para que tenhamos um maior controle precisamos intensificar a fiscalização da produção e também melhorar assistência técnica.

Desafio 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação –
Corresponde à Diretriz 5 da PNSAN.

1 - Leite das Crianças

O leite é distribuído no Colégio Estadual Vicente Tomazini e Escola do Campo Padre Antônio Vieira, atualmente (outubro/2017) tem-se 113 famílias cadastradas, sendo 115 litros de leite distribuídos.

2 - Alimento Rastreado

O rastreamento de produtos utilizados na merenda escolar é feito através da vigilância sanitária.

É preciso fiscalização e rotulagem das propriedades com rastreamento e melhorar a assistência técnica.

3 - Implementação da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade:

Com a consagração do direito à alimentação adequada, como algo inerente à dignidade da pessoa humana é indispensável à realização dos demais direitos constitucionalmente garantidos. O poder público deve adotar as políticas e as ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, que consiste “na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitam a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

As secretarias de saúde e educação realizam todo ano em trabalho intersetorial a pesagem das crianças de toda a rede escolar, podendo se medir os níveis de crianças sobrepesas, obesas e desnutridas, é um trabalho muito importante, porém deve-se fazer um trabalho mais abrangente com estratégias com todas as secretárias a fim não somente detectar estes casos, mas também para tratar e

prevenir, oferecendo assim uma vida mais saudável, prevenindo doenças relacionadas a alimentação.

4 - Programa saúde na escola:

Estabelecer estratégias de integração da saúde e educação objetivando o desenvolvimento das ações de prevenção, promoção e atenção à saúde dos educandos, capacitando profissionais em temas relacionados à segurança alimentar e nutricional e alimentação saudável.

Desafio 7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural – Corresponde à Diretriz 6 da PNSAN.

1 - Água para consumo humano:

Em alguns momentos temos vivido dificuldades devido à parte do Estado quanto ao Laboratório de Análise da UEM visto processos de licitação ou assinatura de termo de cooperação, como ocorreu em 2015/16, com suspensão de algumas análises.

É necessário estender análises sistemática da água para consumo humano nas Escolas e estabelecimentos municipais, exigir análises mensais da água em estabelecimentos produtores de alimento e também exigir limpeza semestral de reservatórios de água em estabelecimentos produtores de alimentos, inclusive de produções da agricultura familiar.

2 - Água para produção de alimentos:

Para melhorar a distribuição a população é importante a construção de poços semi artesianos nas comunidades.

3 - Recursos Hídricos:

O município deve pensar em estratégias para poder promover a proteção de fontes, minas e matas ciliares, orientar sobre o uso consciente de poços profundos e melhorar a assistência técnica.

4 - Saneamento Básico Rural:

Uma sugestão é a construção de biodigestores e melhorar assistência técnica.

Desafio 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social – Corresponde às Diretrizes 3, 8 da PNSAN e Diretriz SISAN.

1 - Intersetorialidade entres os setores

É preciso consolidar a intersetorialidade e a participação social na implementação do SAN e do SISAN para a realização do DHAA. E também a regularidade das reuniões do CONSEA para traçar metas de SAN no município e acompanhamento do PLANSAM 2018/2021.

2 - Participação Social

Faz-se necessário o apoio a participação e controle social, por meio dos conselhos de segurança alimentar e nutricional e o funcionamento do CONSEA, para que o município realmente implante a política SAN.

3 - Gestão e financiamento do sistema

O município está em processo de construção dessa política, para isso precisa assegurar recursos financeiros para implementar ações de educação alimentar e nutricional em todos os setores municipais e junto a sua população.

4 - Formação, pesquisa e extensão em SAN e DHAA

É preciso subsidiar ações permanentes de formação técnica e capacitação dos profissionais envolvidos nos serviços públicos de atenção à saúde, assistência social, educação e agricultura e também é preciso a contratação de profissionais para as saúde, educação, agricultura e assistência social para que sejam alcançados os desafios propostos no PLANSAN.

Desafio 9 - Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas

alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.

Este desafio não se aplica ao município de Francisco Alves por não termos pessoas de outros países, contudo o município se complete a atender caso alguma família vier a residir na cidade.

4 PLANO DE AÇÃO DO PLAMSAN

DESAFIO 1 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Relacionadas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Assegurar melhores condições socioeconômicas às famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, com reforço ao acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de alimentação, saúde, educação e assistência social, para a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza e a proteção do DHAA	Programa Bolsa Família	Aumentar a taxa de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família	01 - Fazer anúncio de rua divulgando a necessidade da pesagem.	Aumentar para 84% cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do programa Bolsa Família	SMS	SMAS SME	11.001.08.243.0014.6.006 Ações Destinadas a Criança e ao Adolescente - PMDCA	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
			02 - Estabelecer calendário (escala semanal) para pesagem na UBS.	Números de pesagem mensal	SMS	SMAS SME	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
			03 - Alinhar o acompanhamento das condicionalidades com as demais secretarias.	Elevar a Taxa de Atualização Cadastral no município para 84% até final do PLAMSAN	SMAS	SMS SME	11.001.08.243.0014.6.006 Ações Destinadas a Criança e ao Adolescente - PMDCA	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança

								alimentar e nutricional
			04 - Reunir-se para discutir os assuntos pertinentes às condicionalidades.	6 reuniões ao ano para avaliação dos cadastrados	SMAS	SMS SME	11.001.08.243.0014.6.006 Ações Destinadas a Criança e ao Adolescente - PMDCA	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
	Família Paranaense	Atingir Meta do Programa Família Paranaense	05 - Manter Programa Família Paranaense de acordo com a meta estabelecida	Atender 100 famílias anualmente	SMA	SMA SMS	11.001.08.244.0014.2.018 Manut. do fundo Municipal de Assist. Social Fonte - 833	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável das famílias mais vulneráveis,	Distribuição de Alimentos	Execução de ações do Direito Humano à Alimentação Adequada,	06 - Realizar avaliação nutricional das crianças cadastradas no Programa Estadual Leite das Crianças	100% das crianças avaliadas todos os anos	SMS	SEED SMS	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

por meio do provimento de refeições e alimentos, e da distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos e aqueles que vierem a enfrentar intempéries da natureza			07 - Dar continuidade ao atendimento do benefício eventual (Cesta Básica) as famílias em situação de vulnerabilidade social	Atender conforme demanda	SMA	SMA	05.002.08.244.0014.2.017 Manutenção Ativ. da Assist. Social	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
			08 - Ampliar e melhorar a estrutura da Central de recebimento e distribuição de alimentos e adquirir mais equipamentos que compõe a mesma.	Ampliação realizada até 2019 Equipamentos adquiridos até final do PLAMSAN	SME	SME	Inserir no PPA	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
Promover o Acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação básica, de forma a contribuir para o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis	Alimentação Escolar	Assegurar, aos alunos da rede municipal de ensino, programas que fortalecem a alimentação escolar	9 - Realizar orientação odontológica quanto alimentos cariogênicos para alunos, professores e demais profissionais	Números de ações realizadas por ano	SMS	SME SMS	10.001.10.301.0012.2.014 Manut. Atendimento Odontológico	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
			10 - Produzir material orientativo sobre práticas alimentares e estilo de vida saudável para os educandos	Projeto em execução até 2020	SME	SMS SME	10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança

					alimentar e nutricional
11 - Dar continuidade na qualidade e diversidade diária escolar destinada a clientela da rede municipal de ensino, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e formação de práticas alimentares saudáveis	Números de alunos atendidos por ano	SME	SME	06.002.12.361.0018.2.048 Manutenção da Merenda Escolar	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
12 - Oportunizar aos educandos projeto de pesquisa de campo para o conhecimento da agricultura familiar criando assim um vínculo com os mesmos, e valorizando essa classe que é tão importante para que possamos ter alimentação adequada e saudável	4 visitas realizadas até final do PLAMSAN	SME	SMA	06.002.12.361.0018.2.048 Manutenção da Merenda Escolar	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

			13 - Oferecer formação de profissionais que atuam com componentes de alimentação	Capacitar 30 profissionais por ano	SME	SMAS SMA SMS	06.002.12.361.0018.2.048 Manutenção da Merenda Escolar 06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
			14 - Incentivar os agricultores a produzirem diversos tipos de produtos para serem utilizados na merenda escolar	10 produtores até final do plano	SME	SMA	06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

DESAFIO 2 - Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Fomentar a criação de unidade de apoio com infraestrutura, equipamentos e pessoal para o recebimento, manipulação, armazenamento e distribuição dos alimentos da agricultura familiar nos programas municipais existentes	Insegurança Alimentar e Nutricional	Consolidar o sistema municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, para garantia do acesso a alimentação	15 - Implantar a central para o recebimento dos alimentos manipulação, armazenamento e distribuição no âmbito da execução do PAA, PNAE, em nível municipal com a infraestrutura incluindo veículo apropriado com câmara fria, equipamentos necessários e a equipe técnica especializada com apoio financeiro das três esferas de governo. (Proposta da Conferência SAN/015)	Central implantada até final do Plano	SME	Prefeitura	Inserir no PPA	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
		Atender as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional	16 - Promover o acesso à alimentação adequada e saudável para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional	Número de famílias atendidas Números cursos	SMAS	SMAS SMA SME SMS	05.002.08.244.0014.2.017 Manutenção Ativ. da Assist. Social	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de

			e dar condições para ela conseguir sua própria renda através de cursos de capacitação (Proposta da Conferência SAN/2015)	ofertados até final do plano				insegurança alimentar e nutricional distribuição de alimentos
			17 - Incentivar os produtores a plantarem outros tipos de produtos visando diversidade e qualidade nutricional e com isso proporcionar a segurança alimentar da população local	Números de produtores até final do plano	SMA	SME SMA SMAS SMS	06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
Promover a autonomia econômica por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, da ampliação e qualificação das políticas públicas de	Acesso à Políticas Públicas	Fomentar o Acesso a Informação	18 - Orientar e direcionar os grupos específicos, quando ocorrer, acesso à rede de assistência à saúde tendo ESF (Estratégia Saúde da Família) como porta de entrada para assegurar integralidade da atenção	Número de pessoas atendidas até final do PLAMSAN	SMS	SMAS SMA SME SMS	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional

segurança alimentar e nutricional.		19 - Divulgar e facilitar o acesso aos programas do PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar) e PNCF (Programa Nacional do Crédito Fundiário)	Números de ações realizadas por ano	SMA	SMA EMATER	08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 01: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
		20 - Melhorar e aumentar assistência técnica aos produtores rurais.	Números de produtores atendimentos por ano Realizar concurso até final do plano	SMA	SMA EMATER	08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

DESAFIO 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Promover o modelo de produção, extração e processamentos de alimentos agroecológicos e orgânicos e de proteção e valorização da agrobiodiversidade	Fortalecimento da Agricultura Familiar	Prestar ATER qualificada, voltados para a produção	21 - Viabilizar a organização da agricultura familiar para a produção de alimentos baseados na agroecologia ou orgânicos e que para isso as secretarias de agricultura estadual e municipal e EMATER de o apoio técnico com ênfase na certificação e comercialização garantindo uma alimentação de qualidade e saudável. (Proposta da Conferência SAN/2015)	Números de produtores no processo de transição até final do Plano Criar lei que proíbe a pulverização aérea e proprietário convencional fazer barreira verde até final de plano	SMA	Prefeitura SMA EMATER	08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

			22 - Oferecer aos produtores da agricultura familiar, cursos de capacitação para que o mesmo adquira maior conhecimento quanto aos agrotóxicos, sobre diversas alternativas de produção e como conseguir subsidio nas três esferas de governo (Proposta da Conferência SAN/2015)	Números de agricultores capacitados por ano Números de cursos ofertados por ano	SMA	SMA EMATER SMS	08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
Incentivar a Inclusão da Mulher e do Jovem na produção agrícola e no cooperativismo	Mulheres e Juventude	Criação de Políticas Públicas e Programas de Incentivo e Inclusão da Mulher e do Jovem na produção agrícola e no cooperativismo	23 - Criar Programa em parceria com instituições de ensino, extensão e pesquisa, sindicatos, associações e outras formas de organização social e etc., para capacitação e aprimoramento de conhecimentos em agronegócio.	Parceria firmada até 2019	SMA	SMA SENAR EMATER UNIVERSIDADE	Inserir no PPA	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
			24 - Divulgar e facilitar acesso ao programa do PRONAF - Mulher e Jovem.	Números de ações realizadas por ano	SMA	SMA EMATER	08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração,

								processamento e distribuição de alimentos
Garantir a qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos a serem consumidos e facilitar a comercialização no mercado formal dos produtos das agroindústrias familiares.	Legislação Sanitária	Coordenar e supervisionar produtos	25 - Realizar ações de Vigilância Sanitária aos produtores que vendem na feira local, orientando e fiscalizando os produtos e a rotulagem	Números de ações realizadas por ano	SMS	Prefeitura SMS SMA	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departamento de Vigilância Sanitária	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
			26 - Promover assistência técnica através de um profissional capacitado na formação de produtos hortifrúti e produtos manipulados como: conservas, panifícios, doces, carnes e laticínios. (Proposta Conferência SAN/2015)	Profissional contratado até final do Plano	SMA	Prefeitura	Inserir no PPA	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

	Sementes	Implementar a produção agrícola	27 - Criar programa em parceria com o estado, para adquirir sementes de cobertura e adubação verde, pois são culturas responsável por cobertura do solo, adubação e manutenção da estabilidade do solo	Programa implantado até 2021	SMA	EMATER SEAB Prefeitura	08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
	Mudanças climáticas	Utilização racional dos recursos naturais e a preservação da agrobiodiversidade	28 - Manter ou recompor as matas ciliares e cuidar das florestas nativas.	Números de ações realizadas por ano	SMA	EMATER SMA Prefeitura	08.001.18.542.0013.2.039 Manutenção Departamento de Meio Ambiente	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

Desafio 4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Utilizar a abordagem territorial como estratégia para promover a integração de políticas públicas e a otimização de recursos, visando à produção de alimentos e ao desenvolvimento rural	Compras Públicas	Ampliar a aquisição de produtos da agricultura familiar	29 - Melhorar a infraestrutura viária municipal e territorial para escoamento da produção dos agricultores familiares por meio da aquisição de máquinas e equipamentos	Números de equipamentos adquiridos até final do Plano	SMA	Prefeitura MAPA	08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
			30 - Promover acesso as políticas públicas, valorizando a produção municipal dos produtores da agricultura familiar.	Números de produtores atendidos em cada política pública	SMA	SMA SMAS SME SMS EMATER	08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
			31 - Fiscalizar os vendedores ambulantes da agricultura familiar de outros municípios	Números de fiscalização realizadas	SMA	Prefeitura Secretaria Administração	Inserir no PPA	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

Equipamentos públicos de SAN	Apoio a estruturação de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para receber alimentos saudáveis, incluindo os da Agricultura Familiar	32 - Implantar local adequado para recebimento dos alimentos	Estrutura implantada até final do plano	SME	Prefeitura SMA SME SMS SMAS	Inserir no PPA	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
		33 - Adquirir veículo adequado para transportar os alimentos até as instituições escolares.	Veículo adquirido até 2021	SME	Prefeitura SME	Inserir no PPA	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
		34 - Distribuir resfriadores de leite para os produtores e melhorar assistência técnica.	Números de produtores atendidos até final do Plano	SMA	SMA	08.001.20.606.0010.1.053 Aquisição de Equipamentos e Insumos	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
Organização de feiras	Ampliar e melhorar a capacidade dos produtos e do espaço da feira	35 - Melhorar a infraestrutura e incentivar a diversidade local	100% até 2021	SMA	SMA Prefeitura	08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

		36 - Fortalecer a agricultura familiar bem como a feira, priorizar as compras dentro do município melhorando assim a economia dos mesmos.	Realizar duas ações cada secretaria (saúde, educação, assistência social, agricultura e saúde)	SMA	SMA EMATER	08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos
		37 - Realizar ações de conscientização dos produtores feirantes para com a produção e que realizem a transição para a produção orgânica. (Proposta da Conferência SAN/2015)	Números de ações realizadas até final do plano	SMA	SMA EMATER	08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura 08.001.18.542.0013.2.039 Manutenção Departamento de Meio Ambiente	Diretriz 02: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

DESAFIO 5 - Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. De Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e de promoção da alimentação adequada e saudável, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)	Promoção da Alimentação Saudável	Incentivar a alimentação saudável aos grupos de gestantes, idosos, diabéticos, hipertensos	38 – Realizar cursos e palestras e orientações individuais para gestantes, idosos, diabéticos, hipertensos.	Números de ações realizadas por ano	SMS	SMS	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada
		Incentivar a alimentação saudável e o aleitamento materno	39 - Incentivo à amamentação mínima até 02 anos	Números de ações realizadas por ano	SMS	SMS	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada
		Realizar ações de educação nutricional	40 - Promover ações de segurança alimentar e nutricional e da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil	Números de ações realizada por ano até final de vigência do PLAMSAN	SME	SME	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 5: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional

Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis	Promoção da Alimentação Saudável no Ambiente Escolar	Elaborar e publicar ações de educação para o consumo.	41 - Incluir no projeto político pedagógico de forma transversal ações de educação alimentar e nutricional, nas escolas públicas municipais	Projeto elaborado e em execução 2019	SME	SME	06.002.12.361.0018.2.048 Manutenção da Merenda Escolar 06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada
			42 - Incentivar projeto de hortas nas escolas com os alunos, para mostrar a importância de uma alimentação adequada, segura e saudável	Projeto em execução até 2020	SME	SMA SME	06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação	Diretriz 5: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
		Educar profissionais de educação em SAN	43 - Trabalhar projetos de qualidade de vida e saúde dos servidores nas áreas das secretarias de educação, saúde, assistência social e agricultura	Números de profissionais capacitados por ano	CAISAN	SMAS SME SMS SMA	06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada
			44 - Realizar ações para a melhoria das condições de trabalho dos servidores da educação como: palestras, cursos, adequar objeto de trabalho para prevenir problemas de saúde no futuro projetos que envolve alimentação saudável e atividade física	Números de ações realizadas até final do PLAMSAN	CAISAN	SMAS SME SMS SMA	06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação	Diretriz 5: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional

		dos profissionais da educação					
Desenvolver ações de educação nutricional nas escolas do município	45 - Acompanhar a presença do nutricionista nas instituições municipais de ensino, pois muitas vezes o profissional se sobrecarrega com a parte burocrática do local onde está lotado	Contratar profissional para realizar a parte burocrática até 2018	SME	Prefeitura SME	Inserir no PPA	Diretriz 5: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional	
	46 - Realizar campanhas educativas para informações, orientações e estímulo de práticas e escolhas alimentares saudáveis pela população, respeitando a realidade local	4 campanhas até final do PLAMSAN	CAISAM	SMAS SME SMS SMA	06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação 05.002.08.244.0014.2.017 Manutenção Ativ. da Assist. Social 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada	
	47 - Realizar atividades para os educandos como: palestras, oficinas, roda de conversas, teatros, sobre a importância de alimentação saudável nas escolas municipais	Números de ações realizadas por ano	SME	SMAS SME SMS SMA	06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada	

		48 - Trabalhar projetos de educação nutricional escolar para capacitar professores da rede municipal para promoção da alimentação saudável, bem como o tema focado no aluno.	4 projetos até final do PLAMSAN	SME	SME	06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação	Diretriz 5: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
Controle dos riscos relacionados ao consumo de alimentos e a exposição ao uso de agrotóxicos	Promover a Educação Ambiental sobre uso de agrotóxicos e consumo de alimentos com grande exposição a agrotóxicos	49 - Realizar palestras e cursos sobre manipulação de alimentos e preventivo de intoxicação alimentar a ser ministrado pela Vigilância em Saúde Municipal	Números de ações realizadas por ano	SMS	SME SMA INSTITUIÇÃO DE ESINO E PESQUISA	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departamento de Vigilância Sanitária	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada
		50 - Divulgar dados sobre contaminação alimentar por agrotóxico e outros contaminantes	1 vez ao ano	SMS	SMS VS	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departamento de Vigilância Sanitária	Diretriz 5: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional

		51 - Realizar ações para combater e conscientizar sobre os males das pulverizações de agrotóxicos por meio de aeronaves que prejudica (destrói) pequenas plantações de subsistência como hortas e fruteiras familiares, e produção de alimentação orgânica	Ao menos 1 ação ao ano até final de vigência do PLAMSAN	SMA	SMS VS SMA	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departamento de Vigilância Sanitária 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 5: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
		52 - Promover campanha de conscientização através das secretarias municipais e EMATER, quanto ao uso abusivo de agrotóxicos nas lavouras, para garantir produção com qualidade e saudável. (Proposta da Conferência SAN/2015)	Parceria realizada em 2018 Números de campanhas até final do Plano	SMA	SMS SMA	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departamento de Vigilância Sanitária 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 5: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
Alimento Rastreado	Fortalecer os processos de controle dos alimentos	53 - Realizar fiscalização e rotulagem das propriedades	100% das propriedades fiscalizadas de final do plano	SMA	SMS SMA	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departamento de Vigilância Sanitária 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 5: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional

DESAFIO 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz nacional
Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde	Controle e prevenção dos agravos relacionados ao consumo de alimentos	Divulgar nos meios de comunicação os agravos relacionados a má alimentação	54 - Manter análise laboratorial de qualidade e conferência de temperatura recomendada dos transportadores e locais de armazenamento de leite a ser usados no Programa Leite das crianças, pela Vigilância Sanitária Municipal	Números de análise realizadas por ano	SMS	SMS SEED 12º REG. SAUDE	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Depart de Vigilância Sanitária	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional	Implementação da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade.	Deter o crescimento da obesidade na população, por meio de ações articuladas no âmbito da (CAISAN).	55 - Promover educação em saúde (Grupos Hiperdia, Idosos, Gestantes, Saúde na Escola (PSE).	Redução para 25% das internações por causas sensíveis à atenção básica até final do Plano	SMS	CAISAN	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
			56 - Realizar atividades intersetorial com Assistência Social, Educação, Esportes, Cultura, viando a prevenção e controle da obesidade	Números de ações realizadas por ano	SMS	SMS SME SMA SMAS ESPORTE E LAZER	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional

57 - Executar ações/políticas públicas nas unidades ESF através da promoção, prevenção e reabilitação da atenção integral do indivíduo em todas as fases da vida.	Números de ações realizadas por ano	SMS	SMS ESF	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
58 - Fortalecer o trabalho intersetorial entre educação e saúde na avaliação do estado nutricional dos educandos para obter o diagnóstico precoce dos possíveis desvios nutricionais, baixo peso ou sobrepeso, evitando assim as consequências decorrentes desses agravos à saúde no futuro	Números de alunos avaliados por ano	SMS	SMS SME	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
59 - Estabelecer estratégias de integração da saúde e educação objetivando o desenvolvimento das ações de prevenção, promoção e atenção à saúde dos educandos, capacitando profissionais em temas relacionados à segurança alimentar e nutricional e alimentação saudável, por meio do	Números de ações realizadas e profissionais capacitados por ano	SMS	SMS SME SMA SMAS ESPORTE E LAZER	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional

			programa saúde na escola					
			60 - Desenvolver ações contínuas voltadas a diminuição da prevalência de hipertensos e diabéticos.	Números de ações realizadas por ano	SMS	SMS SME SMA SMAS ESPORTE E LAZER	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
Promover o controle e a regulação de alimentos	Regulação de alimentos	Desenvolver ações voltadas a regulação de alimentos	61 - Promover cursos e capacitações, pela Vigilância em Saúde Municipal quanto as boas práticas de produção e rotulagem de alimentos produzidos no município.	Dois cursos realizados por ano	SMS	SMS VS	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departo de Vigilância Sanitária 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
			62 - Realizar fiscalização pela Vigilância Sanitária dos alimentos advindos de outros municípios, inclusive provenientes da agricultura familiar.	Números de fiscalizações realizadas por ano	SMS	SMS VS	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departo de Vigilância Sanitária 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
			63 - Tornar rotina criando protocolo na Farmácia Básica o fornecimento de Leite Especial, devidamente prescrito quanto intolerância lactose e outras disfunções neonatais	Protocolo criado em 2018	SMS	Farmácia Básica	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional

	Alimento rastreado		64 - Estabelecer a realização de análise laboratoriais por fiscalizações e eventuais apreensões para dar suporte a defesa sanitária animal e vegetal e o acesso ao alimento seguro e saudável para população	Convênio firmado com laboratório até final do plano	SMS	Prefeitura	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departamento de Vigilância Sanitária 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional
Fortalecer a vigilância alimentar e nutricional	Atenção nutricional	Análise do estado nutricional da população por meio dos sistemas vigentes	65 - Promover intersetorialidade das ações da Saúde – Atenção Básica (ESF-Estratégia Saúde da Família) com demais setores especialmente no programa Saúde na Escola (PSE) e nas condicionalidades da Saúde no Programa Bolsa Família desenvolvendo: Pesagem, palestras conjuntas, avaliação nutricional	Números de ações realizadas por ano	SMS	SMS SMAS SME	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 05: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional

DESAFIO 7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind.de Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Garantir o acesso à água para o consumo humano e a produção de populações rurais difusas e de baixa renda, de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional	Recursos Hídricos	Conservar e recuperar solos, matas ciliares e áreas de nascentes	66 - Realizar ações de conservação de solos, isolamento e reflorestamento em áreas de mata ciliar (APP) e conservação de nascentes, uma vez que nem todo proprietário faz o uso dessas práticas que são essenciais para o sucesso do Programa Produtor de Água.	Números de ações realizadas até por ano Números de nascentes conservadas ou recuperadas por ano	SMA	SMA	08.001.18.542.0013.2.039 Manutenção Departamento de Meio Ambiente 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura
			67 - Promover a proteção de fontes, minas e matas ciliares, fazendo o uso consciente de poços profundos	Números de ações realizadas até final do plano	SMA	SMA	08.001.18.542.0013.2.039 Manutenção Departamento de Meio Ambiente 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura
	Água para consumo humano e para produção de alimentos	Promover o acesso e controle da qualidade da água.	68 - Reorganizar plano de amostragem de qualidade da água (SISAGUA), aumentando o número de coletas para análise	30% de coleta a mais até final do PLAMSAN	SMS	SMS	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departamento de Vigilância Sanitária 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura

69 - Adquirir equipamento calorímetro e turbidímetro	Equipamento adquirido em 2018	SMS	SMS	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departamento de Vigilância Sanitária 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura
70 - Estender análise sistemática da água para consumo humano em Escolas e estabelecimentos de saúde municipais.	Números de análises realizadas por ano	SMS	SMS	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departamento de Vigilância Sanitária 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura
71 - Exigir análise mensal de água em estabelecimentos produtores de alimento e das escolas existentes no município	12 relatórios realizados por ano	SMS	SMS VS	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departamento de Vigilância Sanitária 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura

72 - Exigir limpeza semestral de reservatórios de água em estabelecimentos produtores de alimentos, inclusive de produções agricultura familiar	Números de estabelecimentos fiscalizados por ano	SMS	SMS VS	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departamento de Vigilância Sanitária 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura
73 - Implantar cisterna e perfuração de poços comunitários com água tratada.	Números de equipamento implantado até final do PLAMSAN	SMA	SMA SMS	10.001.10.304.0012.2.015 Manut. do Departamento de Vigilância Sanitária 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde 08.001.18.542.0013.2.039 Manutenção Departamento de Meio Ambiente	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura
72 - Priorizar o uso de águas de minas e rios para irrigação, acesso ao PIN (Programa de Irrigação noturna)	Números de irrigação até final do plano	SMA	SMA	08.001.18.542.0013.2.039 Manutenção Departamento de Meio Ambiente	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura
73 - Construir poços semi artesianos nas comunidades rurais	100% das comunidades até final do plano	SMA	SMA	08.001.18.542.0013.2.039 Manutenção Departamento de Meio Ambiente	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura

							familiar e da pesca e aquicultura
Saneamento Básico Rural e Urbano	Promover o Esgotamento Sanitário e Manejo de Resíduos Sólidos nas Comunidades Rurais e urbanas	74 - Implantar e ampliar ações de saneamento básico nas comunidades rurais e melhorar as ações de abastecimento de água para o maior número de domicílios rurais, através de tecnologias apropriadas.	Números de comunitária atendidas até final do PLAMSAN	SMA	SMA Comunidades rurais	08.001.18.542.0013.2.039 Manutenção Departamento de Meio Ambiente	Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura
		75 - Construir biodigestores na área rural	Números de biodigestores iniciados até final do plano	SMA	SMA	Inserir no PPA	Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura

DESAFIO 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade e a participação social.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. De Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Identificar avanços e retrocessos no cumprimento das obrigações de respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).	Intersectorialidade	Elaboração do II Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	76 - Garantir a elaboração do II Plano municipal de Segurança Alimentar e Nutricional através da assessoria do CONSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e apoio da CAISAN - Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, seguindo critérios, princípios e diretrizes do SISAN.	II PLAMSAN 2021	CAISAN	SMA SME SMAS SMS	Inserir no PPA	Diretriz 08: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.
		Ações intersectoriais	77- Incentivar ações e programas de SAN no âmbito da CAISAN, articulação e fortalecimento da intersectorialidade das secretarias.	Números de ações realizadas por ano	CAISAN	SMA SME SMAS SMS	06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação 05.002.08.244.0014.2.017 Manutenção Ativ.da Assist. Social 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 08: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada
	Participação social	Apoiar a realização da III Conferência Municipal SAN	78 - Apoiar a participação e controle social, por meio dos conselhos de	Conferência realizada, conforme determinação do	CAISAN	SMA SME SMAS SMS	Inserir no PPA	Diretriz 08: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

			segurança alimentar e nutricional.	CONSEA Nacional		CONSEA		
	Resgatar a participação dos cidadãos aumentando à participação e informação a sociedade geral.	79 - Garantir o funcionamento do CONSEA, visando dinamizar este colegiado como instrumento de participação e fiscalização, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento autônomo	Ao menos 6 ações até final do plano	CAISAN	SMA SME SMAS SMS CONSEA	06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação 05.002.08.244.0014.2.017 Manutenção Ativ. da Assist. Social 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 08: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.	
		80 - Fortalecer o CONSEA, por meio de cronograma de reuniões pelo menos as ordinárias a cada três meses e a extraordinária sempre que se fizer necessárias, para o desenvolvimento de ações projetos na segurança alimentar e nutricional a ex: PAA- programa aquisição de alimentos - compra direta. (Proposta da Conferência SAN/2015)	Números de reuniões realizadas por ano	CAISAN	SMA SME SMAS SMS CONSEA	06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação 05.002.08.244.0014.2.017 Manutenção Ativ. da Assist. Social 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 08: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada	

	<p>81 -Fortalecer o CONSEA municipal, envolvendo os conselhos municipais das secretarias de educação, agricultura, assistência social e saúde para desenvolver ações de segurança alimentar e nutricional juntamente com a secretaria da agricultura fortalecer a agricultura familiar</p>	<p>Números de conselheiros presente nas reuniões do CONSEA</p>	<p>CAISAN</p>	<p>SMA SME SMAS SMS CONSEA</p>	<p>06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação 05.002.08.244.0014.2.017 Manutenção Ativ.da Assist. Social 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde</p>	<p>Diretriz 08: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.</p>
	<p>82 - Capacitar os conselheiros sobre suas atribuições e funções no conselho para fazer uso de sua autonomia. (Proposta da Conferência SAN/2015)</p>	<p>Números de capacitações e conselheiros capacitados até fina do plano</p>	<p>CAISAN</p>	<p>CONSEA</p>	<p>06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação 05.002.08.244.0014.2.017 Manutenção Ativ.da Assist. Social 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde</p>	<p>Diretriz 08: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada</p>
	<p>83 - Ofertar palestra de conscientização do Direito do usuário e formular atrativos para a participação, como lanche e distribuição de brindes. (Proposta da Conferência Assistência Social/2017)</p>	<p>85% de participação até final do plano</p>	<p>CAISAN</p>	<p>SMA SME SMAS SMS</p>	<p>06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação 05.002.08.244.0014.2.017 Manutenção Ativ.da Assist. Social 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura</p>	<p>Diretriz 08: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada</p>

						10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	
Gestão e financiamento do sistema	Estabelecimento dos mecanismos de financiamento para a gestão do (SISAN), com vistas ao fortalecimento dos seus componentes: CAISAN e CONSEA	84 - Estruturar os órgãos municipais por meio do aporte adequado de estrutura física, recursos humanos habilitados e logística, para o fortalecimento das ações estratégicas à realização do direito humano à alimentação adequada e saudável	Disponibilizar mais 5 funcionários de diversas áreas de conhecimento (técnico agrícola, agrônomo, zootecnista, nutricionista, veterinário, fiscal) até final do PLAMSAN	CAISAN	Prefeitura	Inserir no PPA	Diretriz 08: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.
Formação, pesquisa e extensão em SAN e DHAA:	Capacitar profissionais em SAN	85 - Direcionar recursos da atenção básica especialmente para capacitações e demais movimentos da SAN	Números de capacitações realizadas	CAISAN	SMS	06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação 05.002.08.244.0014.2.017 Manutenção Ativ. da Assist. Social 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada
		86 - Participação da Saúde, especialmente Atenção Básica nas formações em SAN	Números profissionais de saúde envolvidos nas ações em SAN	CAISAN	SMS	10.001.10.301.0012.2.013 Manut. das Atividades do Postos de Saúde	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito

							humano à alimentação adequada
		87 - Fortalecer a capacitação dos membros da CAISAN e CONSEA municipal para melhor desempenho em suas atribuições, capacitando CONSEA, CAE e Conselhos como idoso, criança assistência social, saúde e agricultura sobre SAM e DHAA.	Números de capacitações realizadas Números de pessoas capacitadas	CAISAN	SMA SME SMAS SMS CONSELHOS MUNICIPAIS	06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação 05.002.08.244.0014.2.017 Manutenção Ativ.da Assist. Social 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 03: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada
Monitoramento	Revisão do PLAMSAN	88 - Trabalho intersetorial e reuniões semestrais entre as câmaras para realizar o monitoramento.	8 reuniões ano Até final de vigência do PLAMSAN	CAISAN	SMA SME SMAS SMS	.06.001.12.361.0018.2.022 Manutenção Ativ. da Educação 05.002.08.244.0014.2.017 Manutenção Ativ.da Assist. Social 08.001.20.122.0010.2.036 Manutenção Depto. Agricultura 10.001.10.301.0012.2.012 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 08: Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

DESAFIO 9 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.

Objetivo	Subtema	Meta	Ações – Propostas	Ind. de Resultado	Órgão responsável	Parceiros	PPA Projeto/Atividade	Diretriz Nacional
Assegurar a implementação das iniciativas relacionadas à segurança alimentar e nutricional aos indivíduos de outros países	Participação das políticas públicas	Ofertar atendimento à população de outros países	89 - Implementar projetos sociais para atendimento as pessoas advindas de outros países, com garantia de alimentação adequada e saudável	100% da demanda atendida em todas as políticas públicas	SMAS	SMA SME SMAS SMS	06.001.12.361.0018.2.02 2 Manutenção Ativ. da Educação 05.002.08.244.0014.2.01 7 Manutenção Ativ.da Assist. Social 08.001.20.122.0010.2.03 6 Manutenção Depto. Agricultura 10.001.10.301.0012.2.01 2 Manut. das Atividades de Saúde	Diretriz 07: Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais.

Capítulo 5

5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLAMSAN

O Plano deve efetivamente garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada - DHAA a todos os munícipes. Portanto as ações propostas, que foram projetadas para os quatro anos, deverão ser executadas por diversos setores, no qual cada um irá corroborar para a efetivação das mesmas realizando o acompanhamento de forma sistemática e o monitoramento e avaliação de acordo com o que foi estabelecido no plano de ação. O que se espera é que o acompanhamento integral do PLAMSAN, possibilite mudanças concretas nas ações de SAN em toda população.

Para o acompanhamento, o monitoramento e avaliação é fundamental que as ações previstas no PLAMSAN sejam monitoradas sistematicamente, através do levantamento dos indicadores que retratam cada etapa da atividade e, dessa forma, proceder os ajustes que se fizerem necessários, com vistas, a otimizar recursos humanos e financeiros e, principalmente, os resultados esperados.

O monitoramento deve ter como base a ação, o local, bem como as condições de funcionamento nas quais os órgãos responsáveis executam suas ações, as quais deverão ser apresentadas ao CONSEA, nas reuniões de avaliação do PLAMSAN. Neste processo é possível que se busque primordialmente a eficiência das estratégias definidas.

Para o acompanhamento do plano a CAISAN deverá viabilizar recursos nos orçamentos públicos de um modo geral, a participação e integração entre os setores que realizam ações em SAN, a articulação intersetorial entre as políticas sociais do município e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

Deverão ser aplicados métodos de avaliação de resultados e de processo, sempre que possível subsidiados pelas informações obtidas nos procedimentos de monitoramento, e também nas mudanças sociais que o município possa apresentar durante o período de execução do plano. Os procedimentos servirão para que os resultados e o impacto ilustrem o êxito ou não das ações, como

também para que estas sejam revisadas assegurando que todos tenham direito à alimentação como preconiza a legislação.

Tabela 36. Cronograma de monitoramento e avaliação

Ação	2018	2019	2020	2021
Implementação do Plano	X			
Acompanhamento das ações	X	X	X	X
Monitoramento e avaliação	X	X	X	X
Avaliação final				X
Elaboração do II PLAMSAN				X

A CAISAN deve participar dos momentos de planejamento municipal da política de SAN, de maneira a subsidiar as ações apresentadas neste Plano Municipal, como, por exemplo, as necessidades de serviços e investimento no aprimoramento da política de SAN no município.

FONTE DE PESQUISA

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - www.ibge.gov.br/ acesso em: out/2017.

Informações municipais para planejamento institucional. Versão 2.8. Março/2016. <http://www2.mppe.mp.br/cid/>. acesso em 12 out.2017.

IPARDES - Caderno Estatístico do Município de Cruzeiro do Oeste – setembro/2016. www.ipardes.gov.br/ acesso em: 12 out. 2017.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea - Orientações para a Elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e municípios/2014

Ministério de Desenvolvimento Social

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza

Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional 2012-2015. Curitiba, Pr. CAISAN, 2013. 100p.: 30cm

Plano Municipal de Educação de Francisco Alves - 2015/2024.

Plano Municipal de Saúde – 2018/2021

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/PLANSAN 2012-2015 www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf. Acesso em: 4 set. 2016.

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/PLANSAN 2016-2019 - Www4.planalto.gov.br › Página Inicial › Comunicação › Notícias › 2016. Acesso em: 4 set. 2016.